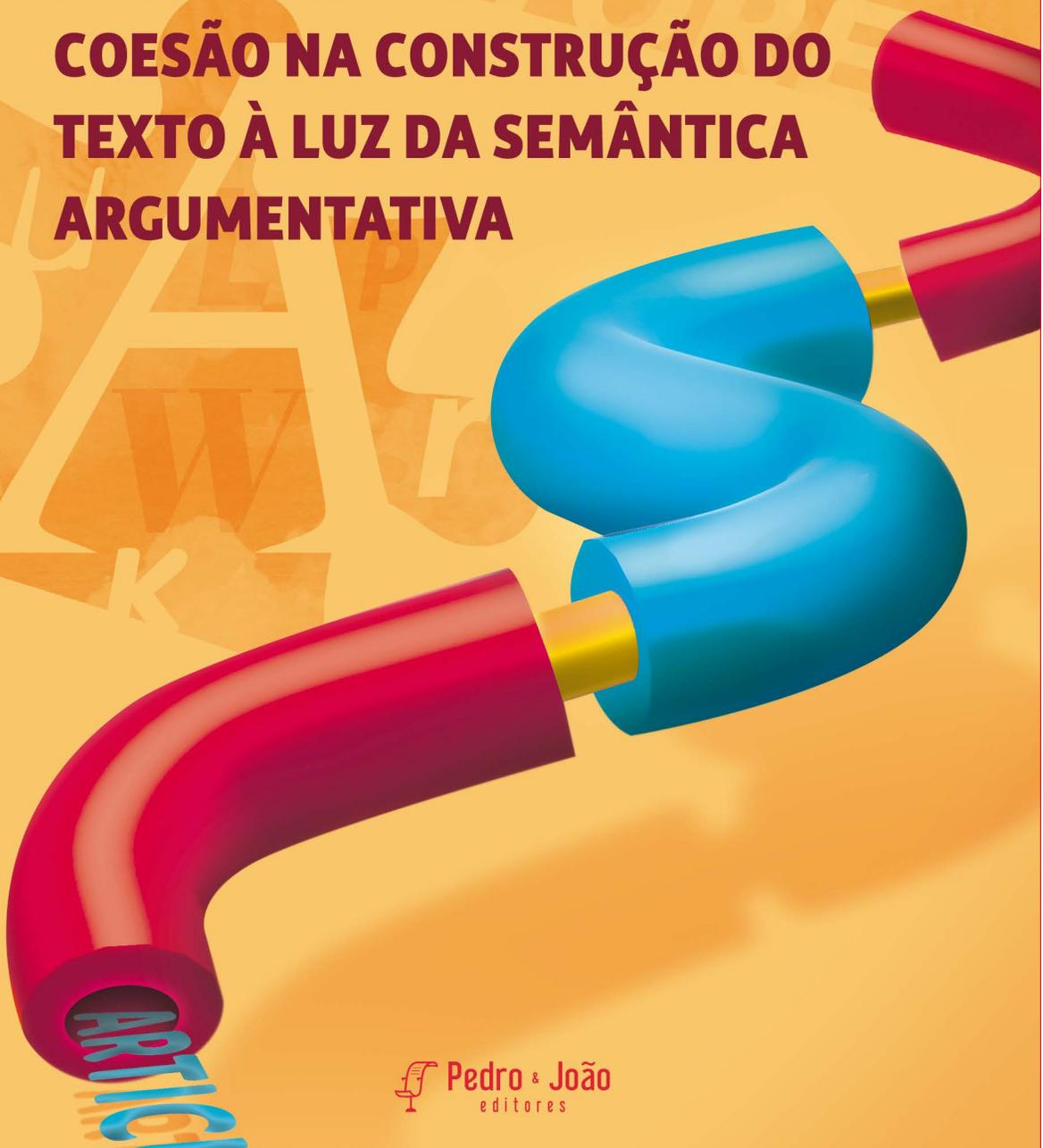


ROBERTA VECCHI PRATES

**O USO DE CONECTORES E
ARTICULADORES DE
COESÃO NA CONSTRUÇÃO DO
TEXTO À LUZ DA SEMÂNTICA
ARGUMENTATIVA**



**O USO DE CONECTORES E ARTICULADORES DE COESÃO
NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO À LUZ DA
SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA**

Obra com financiamento da



ROBERTA VECCHI PRATES

**O USO DE CONECTORES E ARTICULADORES DE COESÃO
NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO À LUZ DA
SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA**

Copyright © Autora

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Roberta Vecchi Prates

O uso de conectores e articuladores de coesão na construção do texto à luz da semântica Argumentativa. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 236p.

ISBN 978-65-87645-06-3

1. Estudos de Linguagem. 2. Uso de conectores e articuladores. 3. Semântica linguística. 4. Autora. I. Título.

CDD – 410

Capa: argiladesign.com.br

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil);



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a meu pai, Antônio Luiz Prates (in memoriam), cuja ausência será sentida em todos os momentos da minha vida. E a minha mãe, cujo alicerce foi fundamental para minha formação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser a minha força sempre,
À Universidade Federal Fluminense, pela realização deste
trabalho,
À minha filha Marina, minha força motivadora sempre,
Ao meu marido Marcos, companheiro incansável,
À minha família, meu alicerce,
Aos estudantes do IF SUDESTE –MG, Campos Rio Pomba,
Aos mestres com os quais tive o privilégio de conviver e aprender
enquanto aluna do doutorado,
Aos colegas e amigos do doutorado, com os quais trilhei essa
caminhada,
À Secretaria de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da
UFF.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao meu orientador Prof. Doutor Ricardo Stavola
Cavaliere pela exímia sabedoria
e generosidade com que conduziu esta orientação,
cujos ensinamentos se
perpetuarão em minha memória.

“... Uma ideia inteira muda porque uma
palavra mudou de lugar ou porque outra
se sentou como uma rainha dentro de
uma frase que não a esperava e que a
obedeceu ...”

Pablo Neruda

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO	17
1. CONECTIVOS E CONECTORES:	23
CONCEITO E TIPOLOGIA	23
1.1 O papel dos conectivos nas gramáticas do século XIX	25
1.2 A gramática racionalista.....	26
1.3 A gramática científica.....	27
1.4 O conceito de conectivo nos textos gramaticais brasileiros	28
1.5. Visão da gramática de base filológica	31
1.5.1 As conjunções.....	32
1.5.2 As preposições.....	41
1.5.3. O pronome relativo	48
1.5.4 As expressões denotativas.....	52
2. A GRAMÁTICA ANTES E DEPOIS DA NGB - VISÃO DO	
MODELO ESTRUTURALISTA –	59
2.1 As nomenclaturas anteriores à NGB	67
2.2 O Dicionário Gramatical de João Ribeiro (1889)	67
2.3 O léxico de NGB de Antenor Nascentes	68
2.4 A Gramática Expositiva de Eduardo C. Pereira	69
2.5 O Dicionário de Fatos Gramaticais de Joaquim Mattoso	
Câmara Jr.	71
2.7 A gramática pós NGB	76
3. CONCEITOS DA LINGUÍSTICA TEXTUAL.....	83
3.1 Texto e discurso	87
3.1.1 O texto	87
3.1.2 O discurso	92
3.2 Fatores da textualidade	96
3.2.1.Coerência e coesão	99
3.3. Instrumentos de coesão textual	103
3.4. Operadores discursivos.....	111
3.5. Operadores argumentativos.....	116
Escala argumentativa	123

4. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA DE DUCROT	127
4.1 O conceito	127
4.1.1 Entender a linguagem por meio da semântica argumentativa.....	128
4.1.2 Ducrot e a argumentação na língua	130
4.1.3 Teoria da argumentação e teoria dos topoi argumentativos	133
4.1.4 Ducrot e Saussure: semelhanças e divergências	137
4.1.5 Estratégias argumentativas	140
4.2. Valores semânticos dos conectivos	148
4.2.1 Valor semântico lexical	149
4.2.2 Valor semântico textual	151
4.2.3. Valor semântico discursivo	153
5. CRIAÇÃO LEXICAL: as palavras e os processos de transformação diacrônica	155
5.1 A derivação imprópria em plano diacrônico.....	155
5.2 Gramaticalização	157
5.2.1. O conceito.....	157
5.2.2. A visão da gramática funcional	160
5.2.3. Sobre conectores	164
5.3 Processos fonológicos na criação de conectivos	167
6. ANÁLISE DO CORPUS	171
7. CONCLUSÃO	203
8. BIBLIOGRAFIA	208
9. ANEXOS.....	219

PREFÁCIO

Ricardo Stavola Cavaliere

Uma das mais produtivas vertentes dos estudos sobre a linguagem humana no cenário hodierno situa-se no campo da semântica do texto, sucedânea da antiga semântica lexical e mesmo da semântica fraseológica, cujos domínios não ultrapassavam os limites do sistema linguístico. Com as novas teses sobre *significado* e *sentido* na arquitetura do texto, dispõe hoje o pesquisador de instrumentos mais seguros para investigar e descrever a tessitura textual em sua integralidade. Nesse mister, uma das conquistas que decerto nos proporcionam este novo olhar sobre as forças semânticas que interagem na produção textual resume-se exatamente em uma renovada concepção do próprio significado de texto, um dos desafios que ainda enfrentam os linguistas, cujo teor passa a levar em conta não só um componente linguístico, como também um componente extralinguístico de amplo espectro e decisivo para o atingimento bem-sucedido das intencionalidades semânticas.

Em face dessa nova ordem doutrinária, que amplia o conceito de texto e projeta um novo olhar para seus elementos constituintes, vêm-se multiplicando os estudos exploradores dessa profícua área de investigação, mormente na forma de teses e dissertações que se renovam a cada ano nos cursos de pós-graduação em linguística e áreas afins, de tal sorte que antigos itens lexicais, já identificados pela tradição gramatical no cenário canônico das classes de palavras, passam a ser reinterpretados quanto a seu papel na estrutura do texto, tanto no tocante à função sintática, quanto aos valores semânticos que encerram. Entre esses estudos, destaca-se *O uso de conectores e articuladores de coesão na construção do texto à luz da semântica argumentativa*, oferecido por Roberta Vecchi Prates, cujo

escopo situa-se em uma atualizada avaliação do papel dos denominados conectores ou articuladores textuais na construção semântico-sintática do texto.

Inspirada por dois eixos paradigmáticos distintos, o da tradição descritiva com fulcro na gramática de base filológica e o cunhado pelas recentes teses da semântica argumentativa, Prates logra avançar com segurança pelos meandros da produção textual para projetar novas luzes sobre essa figura complexa dos *articuladores* ou *conectores de oração*, agora desdobrados em *operadores de argumento*, como quer a nova ordem de abordagem nos estudos semântico-textuais. Como adverte Prates, o falante, na produção do texto, trabalha com a expressão semântica dos conectores, valendo-se da multiplicidade de sentidos que esses itens de coesão expressam, cuja percepção escapou aos olhos da tradição gramatical não propriamente por inépcia ou incipiência, senão pelo próprio escopo de seu modelo teórico, limitado à seara do sistema linguístico. Com efeito, a avaliação escorreita que se deve fazer sobre a eficácia de um dado modelo de investigação linguística há de levar em conta o contexto intelectual em que foi formulada e, sobretudo, a idoneidade de seus resultados em face do seu propósito teleológico. Evidente que não se há de condenar os estudiosos da antiga ordem filológica por não terem avançado à seara dos componentes extralinguísticos do texto, já que esse não era seu propósito, por sinal sequer cogitavam dessa empreitada.

Na articulação orgânica de seu trabalho, Prates inicia com uma conceituação dos conectivos portugueses, perpassando conceitos que os antigos estudos oferecem nessa área, inclusive a distinção que se passou a atribuir entre *conectivos* propriamente ditos e *conectores*. Nesse intuito, seu olhar desviou-se para modelos de descrição do português que estão no percurso da gramaticografia brasileira, entre eles o da gramática racionalista e o da gramática científica do século XIX, a par da gramática de base filológica que predominou em boa parte do século XX. Nesse intuito, os itens lexicais que mais se ajustam ao papel de conectivo, a conjunção, a preposição e o pronome relativo, gozam de especial atenção,

sobretudo porque serão tais termos os que justamente gozarão de uma renovada avaliação semântica no âmbito da linguística textual vigente no fim de século. Uma figura controversa da tradição filológica, as denominadas *palavras denotativas*, é igualmente objeto de referência, agora com especial atenção, já que, no aparato da antiga ordem, constituem uma classe de exceção que sempre incomodou os mais afeitos à exaustão da descrição linguística.

Para chegar às conquistas que a semântica argumentativa obteve já em dias contemporâneos, Prates ocupa-se da visão conferida aos conectores no modelo estruturalista, que, como se sabe, cuida do fato linguístico em perspectiva formal, portanto à ilharga dos usos sociolinguísticos. No entanto, esse escopo limitado às fronteiras do sistema logra contribuir decisivamente para que se aprimore o próprio conceito de conector e sua introdução no ensino da língua vernácula, visto que não poucas são as gramáticas publicadas pelos meados do século XX que passam a incluir em suas páginas a noção ampliada de conector em face da noção mais restrita de conectivo. Nesse momento da produção linguística brasileira, evidentemente não poderia a Autora relegar a segundo plano a figura exponencial de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), um dos linguistas que mais se debruçaram sobre o conceito de conectivo e de conector na construção do texto.

Em sua reta final, o estudo de Prates desemboca em renovado modelo de abordagem teórica desses itens lexicais, agora no âmbito da denominada semântica argumentativa, optando, nesse intuito, por seguir os passos já trilhados pelo eminente teórico francês Oswald Ducrot. Aqui, os princípios fundamentais do texto como unidade de comunicação esteiam-se no conceito de *tese* e *argumento*, aparato teórico que oferece nova e rica abordagem do papel dos conectores, agora metalinguisticamente renomeados como *operadores de argumento* ou *operadores argumentativos*. A principal conquista desse modelo revela-se na percepção de que os conectivos não são semanticamente vazios, conforme se supunha em modelos anteriores, e, do ponto de vista sistêmico,

frequentemente exercem papéis que não estão propriamente no seio da gramática da língua, senão no terreno mais difuso do texto.

O trabalho de Prates, ademais, não descarta de uma avaliação detida acerca dos processos de criação lexical que, em plano diacrônico, favorecem a gramaticalização de itens lexicais, de que resulta o contínuo surgimento de conectores ou mesmo operadores de argumento no decurso da mudança linguística. Trata-se de processo resultante da percepção do falante quanto a inexistência na língua de itens lexicais que expressem valores semânticos específicos, de que resulta a necessária transferência de papéis, do léxico para a gramática. Nesse segmento, a Autora oferece vários exemplos de itens lexicais que sofreram o processo de gramaticalização em português, demonstrando que se trata de movimento contínuo e sempre determinado pelo falante em face das necessidades semântico-discursivas.

Em suma, *O uso de conectores e articuladores de coesão na construção do texto à luz da semântica argumentativa* resume-se em estudo que contribui expressivamente para o melhor entendimento da arquitetura do texto, em múltipla abordagem, revelando-se uma contribuição relevante para a melhor compreensão dos denominados conectores textuais e seu papel discursivo. Nesse aspecto, impõe-se como leitura indispensável para os que se dedicam aos estudos linguísticos, em especial os profissionais de educação que exercem o magistério de língua portuguesa, os quais nele terão apoio para melhor elaboração de aulas de redação ou produção textual, conforme se prefere hoje denominar. Em boa hora, pois, decidi franqueá-lo ao público o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, de tal sorte que um número maior de leitores interessados tenha acesso a seu conteúdo e dele se valha no desenvolvimento renovado da pesquisa na seara dos estudos linguísticos.

INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objetivo analisar, no aspecto semântico, a incidência do uso de conectores e articuladores de coesão na construção do texto à luz da semântica argumentativa. Observamos que uma necessidade básica do ser humano é a comunicação eficaz. Como ela pode ser aprimorada? Como se tem tratado a construção e recepção de textos, uma vez que constituem unidades comunicativas básicas?

Com as teses da Linguística Textual investigamos a produção, recepção e divulgação de bons textos, cuja qualidade expressiva (forma) transmita com satisfação as ideias desejadas (conteúdo) nos distintos contextos (efetivação sociocomunicativa) (VAL, 1994).

Segundo Beaugrande & Dressler (1981), são fatores pragmáticos da textualidade, a intencionalidade e a situacionalidade, essa responsável pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre, e aquela porque visa a construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que o produtor tem em mente numa determinada situação comunicativa.

À ação comunicativa ou ocorrência linguística falada ou escrita em uma determinada circunstância chamamos texto ou discurso. Segundo Monnerat (2012), o discurso é a língua atualizada num dado momento, por um dado indivíduo, seja como fala, seja como escrita. O texto escrito ou oral constitui uma unidade linguística comunicativa básica, uma vez que as pessoas se comunicam não com palavras ou frases isoladas, mas através de textos. Podemos dizer assim que o texto é o produto do discurso.

Neste contexto, faz-se necessária a abordagem da textualidade, elemento responsável para que um texto não seja apenas uma sequência de frases soltas e desconexas ao receptor, mas o encadeamento lógico entre elas. Dentre vários fatores determinantes à elaboração e compreensão de um texto,

Beaugrande & Dressler (1981) destacam a coerência e a coesão, que se relacionam com o material conceitual e linguístico de um texto.

A coerência é o fator responsável pelo sentido do texto. Um discurso é coerente quando apresenta uma estrutura conceitual em consonância com o conhecimento de mundo do receptor. Para que haja compreensão de um texto, precisa-se de que não apenas o produtor construa seu sentido, mas ambos, produtor e receptor detenham os conhecimentos necessários para sua interpretação.

Por outro lado, a coesão se mostra como a conexão interna entre os vocábulos de um texto, sendo a responsável pela unidade formal do texto: a manifestação linguística da coerência. Essa conexão é realizada por meio de mecanismos gramaticais e lexicais, os quais se inserem artigos, pronomes, conjunções, preposições, entre outros.

É perceptível, entre os falantes da língua, que, ao construírem o discurso oral ou escrito, faltam-lhes muitas vezes os elementos gramaticais responsáveis pela adequada ligação entre as ideias imersas no texto – entre eles, os conectores - ficando essa função a cargo do conhecimento de nível semântico-cognitivo do receptor.

Esses elementos sequencializam as ideias e estabelecem ligações entre elas. Os conectores podem ser representados, na gramática tradicional¹, pelos conectivos – conjunções, preposições e pronomes relativos – ou por outros articuladores textuais – adjetivos, advérbios ou outras palavras que estabelecem ligações entre as partes do texto (MONNERAT, 2012).

O que se procura mostrar, entretanto, é que ao construir o seu discurso por meio do texto, o locutor tende a optar, frequentemente, pelo uso de conectores (articuladores textuais),

¹ Gramática Tradicional - consiste num modelo teórico descritivo do sistema de regras inerente à língua com base em perspectivas específicas, especialmente produzido nos moldes gregos e latinos. Receita modos de expressão e distingue o certo do errado. Sua preocupação não está em descrever os usos possíveis da língua, mas em preservar e indicar como corretos e aceitáveis os usos tradicionalmente eleitos como paradigmas (MING GARCIA, 2011).

buscando, ao estabelecer a coesão, dar maior oralidade à sua escrita.

Vejam nos exemplos 1 e 2: casos em que se usa o conectivo adversativo *no entanto* em equivalência com o advérbio *infelizmente* também funcionando como conector:

1. *Antônio trabalha muito, **no entanto** não consegue subir na vida.*

Nesse exemplo a conjunção adversativa *no entanto* é um conectivo que exprime a ideia de oposição. Porém essa frase poderia ser escrita utilizando outros elementos de conexão.

2. *Antônio trabalha muito, **infelizmente** não consegue subir na vida.*

Nesse exemplo *infelizmente* consiste em outro articulador textual, aqui denominado *conector* e não *conectivo*.

A fim de analisar a incidência do uso de conectores - elementos da coesão - optamos por trabalhar a função da coesão e coerência na construção do texto/discurso², uma vez que se trata de conteúdos relevantes para a pesquisa acadêmica e por se constituírem fatores intimamente ligados ao aspecto semântico/linguístico na construção do texto. Com tal procedimento, verifica-se o funcionamento dos elementos textuais que operam na estrutura lógico-semântica do enunciado, isto é, por eles se podem inspecionar as relações entre as palavras da mesma oração, essas com outras do mesmo parágrafo, esse com os demais, assim por

² O texto é um produto da atividade discursiva. Em um texto circulam, interagem e se integram informações várias, explícitas ou implícitas, evidentes por si mesmas ou dependentes de interpretação. Por isso, um texto é necessariamente fruto de uma construção de sentido em que cooperam quem o enuncia e quem o recebe (AZEREDO, 2000, p.39).

O discurso é a língua atualizada num dado momento por um dado indivíduo, seja como fala (discurso oral), seja como escrita (discurso escrito).

Por meio do discurso, produzem-se os textos, ou seja, texto será aqui entendido como produto do discurso (MONNERAT, 2012, p. 22)

diante, compondo uma grande avaliação da rede de fios que formam os gêneros textuais. Nessas relações são abordados todos os conhecimentos sobre os vocábulos, tanto no que se refere à forma, quanto ao sentido, além, obviamente, das suas ligações com o universo real. Esses conhecimentos, para bem compor o formato do conteúdo que se deseja comunicar, são provenientes da gramática, sintaxe, semântica etc., já que um texto não é simplesmente uma sequência de frases isoladas, mas uma unidade linguística com propriedades estruturais específicas (KOCH, 2002).

Os dois fatores principais em que se inserem os conectores na construção da textualidade são a coerência e a coesão textual, que, como o próprio qualitativo indica, são características que compõem o texto. E quando tratamos da comunicação escrita, precisamos necessariamente de levar em conta o seu contexto, visto que este existe, molda e completa a ideia que será veiculada. Nesse contexto destacamos a importância do estudo da semântica argumentativa, proposta por Ducrot (1987), e sua aplicação à Linguística Textual.

Para que seja analisada a utilização dos conectores (elementos de coesão) na construção do texto/discurso será necessário recorrer aos princípios da semântica argumentativa, campo responsável por proporcionar um estudo reflexivo dos conectivos/conectores, observando, pois, a pluralidade de sentidos que essas unidades coesivas podem manifestar no plano do texto/discurso. A coesão e a coerência são os principais fatores da textualidade no discurso; assim, a intenção é, ao final do trabalho, ter oferecido um panorama das ideias principais, ou seja, da essência dos conceitos linguísticos abordados, evidenciando a importância desse estudo na análise semântico-argumentativa do texto produzido em português.

É observável que os falantes da língua, ao produzirem o texto no discurso oral ou escrito, ressentem-se muitas vezes dos instrumentos gramaticais responsáveis para a correta ligação entre as ideias, ficando essa função a cargo do receptor em nível semântico-cognitivo como já dito. Entre as causas desse fato, está o desconhecimento dos recursos que a língua oferece, muitos já descritos pela tradição gramatical, bem como as transformações que sofre o léxico diacronicamente, além da

suposição de que a coloquialidade possa suprir com eficácia a ausência dos recursos linguísticos que o sistema oferece. Assim, tem-se como foco nesta pesquisa a investigação semântica de um dos mais relevantes termos em português: os conectivos, a que se alia a investigação do seu uso pelos falantes. Por isso, pergunta-se: de que maneira os conectivos, ferramentas linguísticas que estabelecem ligações entre os enunciados, têm sido usados pelos falantes na construção do texto?

De que maneira o uso de conectores como mecanismos de coesão possibilita a análise semântico-argumentativa como pista para compreensão/interpretação dos textos?

A resposta a essas indagações está na arquitetura desse trabalho, em que utilizaremos fundamentações teóricas sobre a semântica argumentativa e a Linguística Textual, com ênfase nos elementos linguísticos que compõem o texto. Alia-se a esse aparato teórico a referência à visão da gramática de base filológica sobre essas unidades coesivas. Para tanto, edifica-se o aparato teórico partindo-se das teses oferecidas pela teoria da semântica argumentativa de Oswald Ducrot e os conceitos fundamentais da Linguística Textual na esteira do trabalho de Beaugrande & Dressler (1981), Koch (2002), entre outros.

No capítulo 1 apresentamos a visão da gramática de base filológica sobre os conectivos, que, como elementos de coesão, são representados na tradição gramatical pelas conjunções, preposições, e pelo pronome relativo.

No segundo capítulo trabalharemos a gramática anterior e posterior à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) – pautada no modelo Estruturalista. Será mostrado que a NGB faz parte de um processo de gramatização do português e que, a partir de sua instauração, o discurso das gramáticas passa a pautar no princípio da uniformidade e não mais da unidade, como era visto até o século XIX.

No capítulo 3 abordaremos os conceitos que a Linguística Textual tem nos proporcionado e os mecanismos de coesão e coerência nos quais se inserem os conectores, observando ainda, que esses elementos que promovem a conexão na linguagem são

capazes, portanto, de garantir a coesão textual (KOCH & TRAVAGLIA,1993), uma vez que contribuem para que haja continuidade de sentido, numa situação concreta de comunicação, levando o interlocutor a atingir o sentido global do texto (discurso), ou seja, a coerência textual.

No capítulo 4 focaremos nosso estudo nos escritos sobre a teoria da semântica argumentativa de Oswald Ducrot (1987), que estuda o sentido construído no ato de comunicação. Seu objeto de estudo é o sentido linguístico que se produz, não na língua, mas no discurso, no emprego da língua, caracterizando os articuladores de coesão textual – conectores – como verdadeiras estratégias argumentativas. Exporemos, em linhas gerais, valores semânticos dos conectivos: lexical, textual e discursivo.

No capítulo 5 serão expostos alguns processos pelos quais o léxico se transforma diacronicamente como a gramaticalização e a derivação imprópria.

E finalmente, no capítulo 6, com a finalidade de testar o efeito das teses da semântica argumentativa de Ducrot(1987) no uso dos conectores na produção do texto, procedemos à análise semântica dos conectores utilizados em corpus teórico de língua escrita, constituído por textos produzidos por estudantes do 3.^o ano do ensino médio/técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste- MG – Campus Rio Pomba, através dos quais, ao longo de minha trajetória docente, foi possível observar a incidência dessa prática.

Acreditamos que, com base na análise aqui apresentada, e no intuito de contribuir para o ensino da língua portuguesa quanto ao uso dos conectores na produção textual, esta pesquisa concilia o estudo semântico dos elementos coesivos à análise morfossintática desses articuladores textuais. Assim, a utilização e percepção desses valores permite-nos entender as intenções no uso desses elementos coesivos para que se atinja o escopo de melhor prover o educando de instrumentos eficazes para bom desempenho na área da produção textual.

1. CONECTIVOS E CONECTORES: CONCEITO E TIPOLOGIA

Nessa etapa inicial do trabalho começamos por identificar e caracterizar o nosso objeto de estudo, os conectivos/conectores.

Para isso faremos uma abordagem acerca dos conceitos permeados pela Linguística Textual – estabelecendo uma diferenciação entre as noções de conectores e conectivos linguísticos.

Os conectivos, apresentados pela Gramática Tradicional como elementos de coesão textual, apresentam um sentido mais restrito, constituem somente alguns itens gramaticais: conjunções, pronomes relativos e preposições.

Os conectores possuem um caráter mais abrangente, correspondem tanto a palavras gramaticais como também a palavras lexicais, e compreendem os conectivos da nossa língua.

Num sentido geral, conectores são elementos de coesão, ou seja, palavras ou expressões que criam elos, relações semânticas entre segmentos de texto. Podem ser representados pelo que se chama, na Gramática Tradicional, de “conectivos” – conjunções, pronomes relativos e preposições – ou, ainda, por outros articuladores textuais, como advérbios, palavras denotativas, ou outras palavras de ligação que estabeleçam conexão entre porções de texto. Esses elementos que promovem a conexão na linguagem, são capazes portanto, de garantir a coesão textual (KOCH & TRAVAGLIA,1993), uma vez que contribuem para que haja continuidade de sentido, numa situação concreta de comunicação, levando o interlocutor a atingir o sentido global do texto (discurso), e, a coerência textual.

A utilização inadequada desses elementos de coesão pode comprometer amplamente a interpretação do texto – a textualidade, pois estabelecem mecanismos importantes na

construção/estruturação do texto e podem assumir vários sentidos ou valores contextuais numa situação concreta de comunicação, uma vez que são dependentes de fatores extralinguísticos – situacionalidade, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade – fatores contextuais diversos para se manifestarem. Ao revelarem importantes estruturas semânticas, os conectores (conjunções, preposições, advérbios...) atuam como verdadeiras estratégias de argumentação por parte dos autores em sua construção textual e precisam ser reconhecidas pelo leitor para uma compreensão/interpretação textual mais abrangente. Para Beaugrande & Dressler (1981), um texto bem construído é naturalmente bem interpretado e sua produção e compreensão derivam de uma competência expressiva do falante.

O nível linguístico de análise pode ser expandido para além da frase, dependendo da visão de gramática com que se quer trabalhar, enfatizando assim elementos textuais extralinguísticos. Nesse caso, aspectos que envolvem o contexto situacional e a significação – elementos semânticos-pragmáticos - também são considerados.

Elementos linguísticos importantes são encontrados na função de conectar trechos discursivos (orações, períodos ou até parágrafos temáticos) e, desempenham o papel de **conectores**, tanto na fala como na escrita. São chamados organizadores do discurso. Esses elementos podem ser uma conjunção (e, mas, porque, portanto etc), uma expressão de natureza adverbial (assim, afinal, finalmente, daí, conseqüentemente, quanto, por outro lado, etc), ou marcadores discursivos (aí, então, quer dizer, digamos assim, etc) entre outros. Assim, faz-se mister considerar o contexto real de produção do texto, pois elementos que vistos isoladamente em sua função sintática apontariam para uma significação, em sua função semântica reportam-nos a outra, e, exercendo um papel que vai além de conectar ideias, concorrem para a organização de planos textuais.

1.1 O papel dos conectivos nas gramáticas do século XIX

A partir do séc. XIX, o surgimento de duas vertentes de descrição gramatical marcam a historiografia da gramática brasileira, período racionalista³ e período científico⁴.

As gramáticas advindas desses períodos trarão características distintas que, na oportunidade, vale-nos salientar para maior compreensão do objeto desse estudo.

Em 1806, Antônio de Morais Silva (1755-1824) inaugura o *Período Racionalista* dos estudos linguísticos brasileiros com a publicação de *Epítome da gramática portuguesa*, que, visando ao ensino da língua vernácula em sala de aula, serviu de sustentáculo para a criação de textos gramaticais cujas bases teóricas são de cunho filosófico.

Nos compêndios da gramática racionalista brasileira observou-se um prescritivismo acentuado, salientando o caráter meramente normativo que não definia, de forma autêntica, os textos produzidos nesse período.

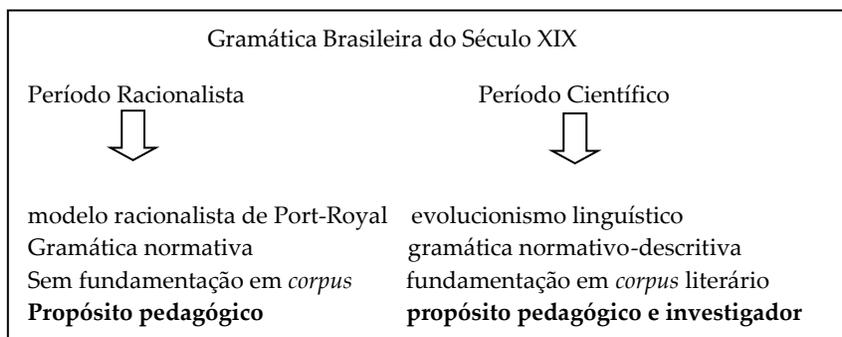
A partir do final do século XIX, uma nova gramática surge no Brasil erguida à luz de novos conceitos linguísticos, saindo do normativismo para o evolucionismo linguístico.

Esse novo período que trata da análise do fato linguístico na historiografia brasileira é chamado de Período Científico. É desse período o primeiro texto sobre Linguística Geral publicado no Brasil, “Traços geraes de linguística” (Ribeiro, 1880). Nomes como Júlio Ribeiro (1845-1890), João Ribeiro (1860-1934), dentre outros, incorporam esse movimento de nossa produção gramatical, que, além de gramáticas, produziram teses sobre linguística diacrônica.

³ Sobre a periodização dos estudos linguísticos no Brasil, leia Nascentes (1939), Câmara Jr. (1972), Elia (1975), Cavaliere (2002).

⁴ Período que trata da análise do fato linguístico, estudo sobre linguística diacrônica.

Para Cavaliere (2017), assim se apresenta o panorama gramatical brasileiro no século XIX, a partir dos anos 1880.



Quadro 1 : Perfil Sintético da gramática brasileira do século XIX, (Cavaliere, 2017).

Destarte, a introdução do modelo evolucionista traçou novos rumos ao ensino do português como língua vernácula, uma vez que se intensificou a produção de textos que antes serviam apenas como escopo pedagógico e a partir de então passaram a conferir também um propósito investigador.

1.2 A gramática racionalista

A gramática racionalista, também tratada como filosófica ou razoada, trata o fenômeno linguístico mediante aparato teórico que se aplicava para o entendimento do raciocínio e das relações lógicas na construção do pensamento (Cavaliere, 2017).

Na proposta racionalista, o mundo se pauta nas construções imagísticas das coisas e a memória, a atenção, a imaginação e a percepção são atributos que lhe conferem essa estratégia de raciocínio. Nessa concepção, as relações entre as ideias permitem ao ser humano a faculdade do conhecimento das coisas, a realidade fática.

Alguns termos trabalhados nesse processo cognitivo permitem-nos compreender o estabelecimento da linguagem. Tratamos aqui de *juízo* e *proposição*, que respectivamente referem-

se à denominação que a lógica confere ao conhecimento e à expressão do juízo no plano linguístico.

Aqui, a proposição adotada pela gramática racionalista, embora reconheça a existência de línguas particulares, é que todas as línguas são dotadas de universais linguísticos⁵. Essa afirmação nos remete à seguinte conclusão: a construção das proposições seguirá os mesmos princípios em todas as línguas, uma vez que a elaboração do juízo e a produção do conhecimento seguem a mesma arquitetura mental em todos os homens.

1.3 A gramática científica

A gramática científica⁶ vem romper com o paradigma severo da escola racionalista, pautando-se no evolucionismo linguístico que busca identificar a origem e descrição da língua como foco no fato concreto (matéria linguística). O traço de modernidade caracteriza essa nova fase dos estudos linguísticos, marcados no Brasil pela primeira edição, em 1881, da Gramática Portuguesa, de Júlio Ribeiro.

O aspecto universal, característico da própria perspectiva universalista da linguística nesse século, vem acompanhado do descritivismo e prescritivismo basilares na gramática brasileira do período científico, ressaltando o caráter descritivo que a diferencia dos antigos compêndios normativos.

Esse conceito diacrônico de gramática aponta para a sistematização da evolução da língua, remetendo-nos aos registros clássicos, permitindo-nos descrever e comparar seus elementos integrantes.

⁵ A existência necessária de vogais e consoantes, tempos e modos verbais, relações sintáticas subjetivas e predicativas, classes gramaticais comuns.

⁶ Em Cavaliere(2017), denominamos gramática científica este período que se inicia com Júlio Ribeiro(1845-1890)- pautada na “ciência da linguagem” – e se encerra com a geração de gramáticos que surge na terceira década do séc. XX.

1.4 O conceito de conectivo nos textos gramaticais brasileiros

Traçando um estudo pelas gramáticas de nossa língua, percebe-se que não há qualquer menção ao conectivo como classe gramatical ou parte do discurso.

Segundo Cavaliere (2017), para se estudar em que medida a noção de conectivo percorre os textos gramaticais brasileiros, convém partir do conceito que se atribui a esse tipo lexical na tradição das gramáticas de base filológica do século XX, sobretudo as que pertencem ao período da chamada “geração NGB”⁷.

Nessas gramáticas, a noção de conectivo se atribui à preposição, à conjunção e ao pronome relativo, por expressarem ao menos um dos seguintes papéis gramaticais (Cavaliere, 2017):

- a) O papel de liame vocabular ou oracional;
- b) O papel de indicação da fronteira vocabular ou oracional;
- c) O papel de atribuidor de uma relação no plano sintático;
- d) O papel de termo anafórico dotado de uma função sintática.

Referindo-se aos papéis dispostos pelo autor, podemos fazer a seguinte análise: o papel de liame vocabular ou oracional se adequa às classes gramaticais tanto de pronome relativo, como conjunções, como preposições, embora o pronome relativo cumpra a função de se referir, em uma oração subordinada, a um termo já dito na oração principal. Ao papel de atribuidor de relações inserem-se as preposições e as conjunções na função de indicar a fronteira oracional no período, obtendo mais expressividade no plano pedagógico.

Dada a abrangência que se deu à utilização desses termos – conectivos - as gramáticas brasileiras mais recentes estenderam a

⁷ Por “geração NGB” entendemos o grupo de gramáticos brasileiros que publicaram textos gramaticais pautados na tradição filológica, com influência subsidiária do estruturalismo linguístico, tendo como referência as bases metalinguísticas propostas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959. Nesse sentido, pertencem à geração NGB não apenas os gramáticos que se filiaram às suas diretrizes, mas também os que o fizeram parcial ou restritivamente ou a elas se opuseram.

denominação do termo conectivo para outros metatermos, conector e transpositor, que se aplicam aos papéis exercidos pelas classes das preposições, conjunções, pronomes e dos advérbios na estruturação dos enunciados⁸. Recentemente, ligados à Linguística Textual e à Teoria do discurso, os conectivos são identificados como liames de coesão interna, responsáveis por estabelecer as amarras das ideias no texto.

Conforme Cavaliere (2017,p.10),

“Uma outra observação necessária reside no fato de que os estudos mais recentes, sobretudo os vinculados à teoria do texto e da enunciação, incluem os conectivos de maneira geral numa classe de operadores discursivos que cuidam do alinhavo do texto, numa missão de estabelecer vínculos de coesão interna e exofórica, fato que nos permitiria incluir entre os papéis dos conectivos acima referidos um item (e) instrumento de coesão textual (...).”

Na esteira de Kury (1962, p.81), conectivos são “palavras que estabelecem uma ligação ou conexão entre palavras ou partes de uma frase”. Embora a NGB estabeleça o conectivo como termo que exerce o papel de unificador sintático, seu texto não apresenta o conectivo como metatermo, o que evidencia a falta de consenso entre os gramáticos acerca da definição desse vocábulo de ligação.

Dúvidas há no que tange à inclusão entre os conectivos dos pronomes, conjunções, preposições ou até mesmo das palavras denotativas. Mas o que se evidencia, ao considerarmos as gramáticas do período científico até à NGB, é que embora não se apresente o termo conectivo no âmbito da gramática brasileira, sua circulação é frequente entre os nomes mais representativos do século XIX.

João Ribeiro (1860-1934), em seu Dicionário Gramatical (1906[1897]), refere-se ao conectivo como figura relevante à construção frasal, embora admita ser um tipo lexical pouco mencionado no contexto das produções linguísticas da época.

⁸ Exemplos do emprego destes hiperônimos encontram-se em Azeredo (2008) e Bechara (1999).

No trecho abaixo, João Ribeiro (1906[1897], p.266) disserta mais elipticamente sobre os conectivos:

Os CONNECTIVOS são os termos que ligam uma proposição a outra: *mas, e, ou*, etc.: Julio desapareceu *ou* morreu; estuda, *mas* não aprende; estuda *e* aprende. Esses exemplos representam *connectivos proposicionaes* ou *syntacticos*, por isso que ligam phrases. Os *connectivos* léxicos são os que ligam vocábulos: Pedro *com* Antonio; estar *em* Paris. Essas duas subdivisões nada têm que vêr com as categorias grammaticaes, e por isso o *connectivo syntactico* pôde ser representado por advérbios e por adjectivos conjunctivos ou locuções equivalentes: Casa *em* que Socrates morreu; casa *onde* Sócrates nasceu; nasceu, sofreu, *depois* morreu; veio, *logo* foi empregado, *e* merecidamente. Da mesma sorte, o *connectivo vocabular*, que é em regra uma preposição⁹, pôde ser representado pela conjunção ou equivalente: Dous *e* oito são dez; cinco *mais* seis, onze.

Embora já introduzido no meio acadêmico dessa época para se referir a algumas classes gramaticais, o termo conectivo não foi reconhecido nas gramáticas oitocentistas como designação de uma classe gramatical específica. No entanto, Maximino Maciel (1866-1923), ao tratar dos pronomes relativos, adverte que tais pronomes também são denominados “conjuntivos, porque servem de conectivos às proposições, de sorte que o termo conjuntivo nos parece mais apropriado, mais característico” (1922[1894],p.127). Logo, para o autor, o papel de conectivo é originalmente o que exercem as conjunções.

E, não obstante haver uma distinção em termos de descrição linguística entre as gramáticas do Período Racionalista e do Período Científico, observamos uma continuidade no tocante ao reconhecimento da preposição, da conjunção e do pronome relativo como partes do discurso.

Ademais verifica-se existir, nas gramáticas do século XIX, uma clara noção do emprego desses termos – preposição, conjunção e pronomes – na função de conectivo, bem como são conceituadas no século XX até a época da Geração NGB, que, com a chegada da

⁹ No original “proposição”, por erro óbvio.

Teoria do Texto e do estudo da enunciação, trariam à tona um quinto papel para os conectivos (e), já denominado instrumento de coesão textual (CAVALIERE, 2017).

1.5. Visão da gramática de base filológica

Filologia é o estudo da linguagem em fontes históricas escritas, mais comumente definida como o estudo de textos literários e registros escritos. É considerada a ciência que dá origem a todas as formas de metadiscorso sobre linguagem e sobre língua da modernidade. Por isso filólogo é aquele que se dedica ao estudo da língua através de documentos escritos.

Na atualidade, inúmeras são as teorias que se dedicam aos estudos do texto, ou do discurso. Para o entendimento da filologia, destacamos dois períodos da Grécia antiga, o helênico e o helenístico. No primeiro, desenvolveram-se os textos, transmitidos na tradição oral; no segundo, o trabalho de recuperação desses textos, resgatando o formato original e registrado por escrito. E, nesse esforço de recuperação dos textos, o pensamento sobre a linguagem se desenvolveu, conforme atesta Neves (2002, p.20):

Passando ao período helenístico, veremos que a filologia, o “amor ao lógos”, tem diferente motivação e diferente expressão, mesmo porque lógos não significa o mesmo numa e noutra época. No período helenístico, a cultura está apoiada em ensino e aprendizagem, e philólogo é, então, o estudioso, o bom leitor, já que, nesse momento, cultura já não se cria, só se recria, e isso se faz pela leitura. Em contraste com a época helênica, época de criação, em que floresceram a filosofia e a literatura, o que se busca, agora, é preservar.

A Filologia configura a mais antiga das ciências sobre a linguagem exercida na modernidade. É uma disciplina que já teve uma abrangência extremamente ampla, no período em que todos os estudos linguísticos se fundamentavam nos textos, sem qualquer atenção à língua oral ou popular. No século XVIII, período do Iluminismo, voltou a ser praticada retomando os

estudos clássicos que se perderam no período chamado “Idade das trevas” (NEVES, 2002, p.23).

Mas, ainda hoje, não é possível estudar seriamente a Língua Literária e as fases arcaicas de qualquer língua sem o auxílio da Filologia: o estudo da língua literária é matéria filológica.

Para Mattoso Câmara(1904-1970(1986)), existe uma necessidade de compreenderem-se textos antigos cuja língua é obsoleta. Esta necessidade dá lugar a um novo tipo de comparação – a língua do passado com a do presente.

1.5.1 As conjunções

Fazendo uma análise diacrônica acerca da classificação das conjunções nas gramáticas, observamos que não há grandes diferenciações entre elas. São classificadas de uma maneira geral em coordenativas e subordinativas, não havendo muita distinção de um gramático para o outro. Todavia, o que nos vale ressaltar são as diferenças, bem como as inovações categoriais trabalhadas em algumas avaliações.

Alguns gramáticos não exploram tanto os aspectos sintáticos, nem mencionam o mecanismo sintático *Correlação*, que muito nos interessa neste estudo.

A escassez de um trabalho mais incisivo sobre as conjunções, abordando os aspectos pragmático-discursivos nos textos, impede uma análise mais concisa do seu conteúdo semântico e de sua funcionalidade discursiva.

Para a abordagem da avaliação das conjunções procuramos trabalhar o conceito de alguns gramáticos, quer de forma mais comedida, quer de forma mais aprofundada, Evanildo Bechara, Celso Cunha (1917-1989), Eduardo Carlos Pereira(1855-1923), Rocha Lima (1915-1992), Sai Ali (1861-1953), José Oiticica (1882-1957), entre outros. Observamos em alguns críticas à NGB e em outros o posicionamento baseando-se nos estudos linguísticos sobre os conectores.

1.5.1.1 Conceito

Por funcionar como conectivo, essa categoria gramatical nunca teve um conceito bem claro, atuando ao lado de outras classes gramaticais que desempenham também tal papel.

Para Eduardo Carlos Pereira (1934, p. 363-364), em edição anterior à NGB, a conjunção é um conectivo proposicional ao passo que a preposição seria um conectivo vocabular. No capítulo que trata das conjunções, existe uma distinção em relação à preposição, uma vez que, quando relaciona termos, a conjunção liga orações e proposições elípticas:

A conjunção, como a preposição, é uma palavra conectiva; porém é ela uma conectiva proposicional, ao passo que a preposição é uma conectiva vocabular. (...)

Quando as conjunções parecem ligar termos ou palavras, ligam de fato orações ou proposições elípticas:

A verdade e o azeite andam à tona d'água, isto é, a verdade anda à tona da água e o azeite anda à tona da água.

Não obstante, o autor afirma a seguir que, em algumas construções, as conjunções estariam ligando termos (Idem, 1934 p.364):

Casos há, entretanto, em que a conjunção invade, de fato, o terreno da *preposição*, assumindo-lhe a função de ligar palavras que não podem desdobrar-se em proposições:

Pedro e Paulo são irmãos – Dois e dois são quatro – Misturar alhos e bugalhos.

Na gramática de Bechara (2001, p.39), o autor chama o conector de transpositor, cuja função seria reunir orações, todavia, mais adiante, na relação de conjunções coordenadas, infere exemplos de ligações efetuadas pelas conjunções, não somente em relação às orações, mas também de termos entre si:

Conector e transpositor – A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado.

Essas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se repartem dois tipos: coordenadas e subordinadas.

(...)

Daí ser a conjunção coordenativa um conector.

Como sua missão é reunir unidades independentes, pode também “conectar” duas unidades menores que a oração, desde que do mesmo valor funcional dentro de mesmo enunciado. Assim:

Pedro e Maria (dois substantivos)

Ele e ela (dois pronomes)

(...)

Para Rocha Lima (1959, p.170), na gramática editada logo após a publicação da NGB (4ª edição, adaptada à Nomenclatura Oficial), as conjunções são classificadas nas seguintes categorias:

- a) Dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, advérbio +advérbio, oração + oração, etc.);
- b) Duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação;
- c) Duas orações paralelas, a segunda das quais se prende a um termo intensivo existente na anterior.

As conjunções do primeiro tipo chamam-se coordenativas; as do segundo, subordinativas; as do terceiro, correlativas¹⁰.

¹⁰ Na GN., consideramos, além da coordenação e da subordinação, a correlação. Rocha Lima (1959, p. 259-262).

Assim, para o referido autor (1959, p. 259-260), neste processo sintático, de características absolutamente próprias, não há independência nas orações componentes do período, como na coordenação; nem subdependência, como na subordinação. Existe, a rigor, paradedpendência.

Realmente, se tivéssemos o período:

A rã inchou e estourou,

haveria simples coordenação.

Se à primeira oração acrescentássemos, por exemplo, o advérbio de intensidade *tanto*, já não teria ela o sentido completo (*a rã inchou tanto...*); e desconexo ficaria também o período (*a rã inchou tanto, estourou*). Para consertá-lo, far-se-ia mister a presença da palavra *que* antes da segunda oração:

A rã inchou tanto, que estourou.

Dizemos, então, que as palavras *tanto* e *que* são os *termos correlatos* e que o período é composto por correlação¹¹.

Como se vê, as orações, antes independentes, tornaram-se indissolúvelmente presas uma à outra pela presença de termos correlatos.

Porém, na gramática de Celso Cunha (1978, p.307) observamos a definição de conjunção tomada por duas vertentes. Para ele, conjunção é um termo que não só une duas orações, como dois termos semelhantes. Assim ele define conjunção: “os vocábulos invariáveis que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração” (Idem,1978, p. 307).

Embora Bechara(2001) em sua classificação demonstre que conjunção também pode relacionar termos entre si, não leva isso

¹¹ Construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita PRÓTASE, prepara a enunciação de outra, dita APÓDOSE, Mattoso Câmara, 2011.

para sua definição. Já Cunha (1978) não só admite, como incorpora em sua definição.

De uma maneira geral, as conjunções são classificadas em dois grupos: coordenadas e subordinadas. Procuraremos analisar as conjunções pela carga semântica que desempenham.

Começemos pela Coordenação, cujo escopo é observar quais conjunções desempenham uma função semântica na construção dos enunciados. Para Adriano da Gama Kury (1962, p.80-82), as coordenadas dividem-se classicamente em aditivas, adversativas, alternativas, explicativas e conclusivas. Não só Kury(1962), mas uma grande parte dos gramáticos assim as classificam de acordo com as proposições da NGB. Em contraponto, vale ressaltar, a posição de Bechara (2001) acerca dessa classificação, propondo a redução do quadro das coordenadas, uma vez que muitos daqueles conectores seriam, na verdade, unidades adverbiais: não estando ainda gramaticalizados como conjunções, e apresentando uma visível mobilidade sintática na frase. Ademais, tal posicionamento já havia sido discutido por Maximino Maciel (Gramática Descritiva).

Assim, Bechara (2001, p.322), faz distinção entre unidades adverbiais e conjunções coordenativas, reduzindo o quadro para aditivas (e, nem, mas também), para alternativas(ou) e para adversativas (mas, porém, senão).

Unidades adverbiais que não são conjunções coordenativas – levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações interoracionais ou intertextuais. É o caso do *pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia, não obstante*. (...) Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias e, entre brasileiros, em Maximino Maciel, nas últimas versões de sua *Gramática*. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas.

A exegese de Bechara sobre essa distinção aponta-nos para o estudo das conjunções e de outros conectivos da língua portuguesa. O autor comenta, ainda, que, entre as diferenças funcionais, há a relação de estabelecer mesma função (conjunções coordenativas) e de mobilidade sintática (advérbios textuais ou discursivos) (Ibidem, p.322-323).

As análises efetuadas são, na maioria das vezes, retiradas de vários textos e não limitadas a frases curtas, o que se destaca positivamente, uma vez que demonstra já haver autores de gramáticas que desenvolviam suas opiniões a partir de textos.

É evidente o papel das conjunções como liame vocabular ou oracional. “Para fazerem um corpo no período e um discurso continuado” em Duarte, essa expressão é nitidamente caracterizadora de uma visão construcional da conjunção como classe indispensável para arquitetura e organização semântico-sintática do texto, (Cavaliere, 2017).

E, ainda de acordo com o autor, a passagem metafórica de Bôscoli para se referir às conjunções, “sem ella todo o discurso seria um esqueleto sem colorido”, serve para ratificar a ideia de que a conjunção como instrumento de coesão textual e de dar “cor ao esqueleto” confirma a tese de que um texto sem conjunções não atinge seu objetivo de transmitir seu conteúdo semântico com eficácia e clareza.

1.5.1.2 A correlação

O estudo das conjunções possibilita uma série de avaliações por variados aspectos, sendo de fundamental importância para os estudos da língua portuguesa. Nesse contexto, trataremos do processo da correlação, que não foi considerado pela NGB como processo sintático que não faz menção aos conectivos correlatos.

A NGB desconhece a *correlação* como categoria autônoma - visão defendida por alguns gramáticos - e passou a considerá-la como parte da coordenação ou da subordinação.

Othon M. Garcia (1912-2002(2001,p.42)) faz referência a esse assunto: “A nomenclatura gramatical brasileira, ao tratar da composição do período, ignorou tanto a justaposição quanto a correlação.” Existe, na verdade, uma dificuldade classificatória, uma vez que pode ocorrer uma proximidade da correlação com a subordinação, ou com a coordenação, na funcionalidade aditiva.

Ainda para Garcia (2001, p.42 e 73):

(...)a correlação é uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si de tal modo que a enunciação da primeira prepara a enunciação da segunda. No Brasil, seguindo-se a orientação de José Oiticica e de outros autores, considera-se a correlação ora como um processo autônomo ora como uma variante da subordinação.

(...)

Até mesmo na coordenação há correlação, como a que se obtém com os pares conectivos não só (não somente, não apenas) ...mas também (também, senão que, como também) (...)

Na Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira (1934, p. 157 e 158), antes da publicação da NGB, a correlação está inserida nas Conjunções Subordinativas, com a seguinte classificação:

8ª Correlativa, que liga a um termo que a sugere : (tal) *qual*, *assim*, *como* ,(tanto) *quanto*, (tão) *quão*, *que*. Exs:

Portou-se tal, *qual* não convinha – *Assim* como a bonina, tal morreu a pálida donzela – Fez ele tanto, *quanto* pôde. – É elle tão forte *quão* corajoso – Vinha tão temerosa *que* poz nos corações grande medo.

Rocha Lima (1959, p.170) assevera que “na GN consideramos, além da coordenação e da subordinação, a *correlação* e a *justaposição*.” Em razão disso, as conjunções *comparativas* e as *consecutivas*, são colocadas na classe das *conjunções correlativas*, que a NGB coloca entre as subordinativas.

Conforme mencionado anteriormente, para o autor as conjunções são palavras que relacionam entre si:

- a) dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, advérbio + advérbio, oração +oração, etc.);
- b) duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação;
- c) duas orações paralelas, a segunda das quais se prende a um *termo intensivo* existente na anterior.

As conjunções do primeiro tipo chamam-se *coordenativas*; as do segundo, *subordinativas*; as do terceiro, *correlativas*.

Nessa classificação, Rocha Lima (1959,p.173 e 174), inclui na classe das conjunções correlativas as consecutivas e as comparativas.

I - *Consecutivas* - é a conjunção que, articulada com uma das palavras Tão, tal(tais), tanto (a – os – as) ou tamanho (a – os – as), existentes na oração anterior.

Exemplos:

Êle foi *tão* generoso, *que* me deixou pasmado.

(...)

A moça chorou *tanto*, *que* ficou doente dos olhos.

(...)

II – *Comparativas* – encetam uma oração em que se contém o segundo membro de uma comparação: que, do que, como, quanto, em frases como estas:

Êste dicionário é *mais* completo *que* (ou *do que*) o meu.

Nada o preocupava *tanto*, *como* (ou *quanto*) a educação dos filhos.

Todavia, um dos que melhor definiu esse aspecto gramatical foi Mattoso Câmara (2011, p. 105) em seu dicionário:

Correlação: Construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita prótese, prepara a enunciação de outra, dita apódose. A correlação se estabelece – a) por coordenação, ou b) por subordinação, conforme o conectivo utilizado e a noção de sequência ou de sintagma...

Observa-se então, por essa definição, que pode haver correlação tanto na coordenação como na subordinação e que um dos fatores para a inclusão ao processo sintático é o tipo de

conectivo. Por isso, é possível haver correlação no eixo subordinativo como no eixo coordenativo.

No entanto, vale observar que um dos que também melhor tratou sobre o assunto foi José Oiticica (1882-1957) (cf. Teoria da Correlação, 1952), que nos mostra a correlação como um processo autônomo, diferente da subordinação e da coordenação.

Melo (1917-2001(1970, p.176)) trata o estudo da correlação como uma análise à parte e não inserida nos outros processos sintáticos de divisão de período. Em sua edição da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, faz a crítica acerca da classificação dos conectivos, considerando necessária a nomenclatura *conectivos correlativos*.

Já dissemos anteriormente que somos dos que admitem a correlação como processo sintático autônomo. Justificaremos mais amplamente nossa posição quando voltarmos ao assunto no seu lugar próprio, que é a Sintaxe. Por hora, notaremos apenas que, se na coordenação existe paralelismo, e na subordinação dependência de funções, na correlação existe interdependência.

(...) Ora, entende-se por conectivo correlativo exatamente aquele que encabeça o segundo termo da correlação. (...)

A NGB, no entanto, desconhece a correlação, e manda classificar estes conectivos como conjunções: consecutivas, comparativas, conformativas, proporcionais.

Para Gladstone Chaves de Melo (1970) alguns gramáticos viam na correlação um processo sintático antes da promulgação da Nomenclatura, porém depois, vieram a mudar de opinião.

Essa gramática, publicada alguns anos depois da NGB, critica a postura adotada pela Nomenclatura e ainda analisa a posição de outros colegas sobre o assunto (MELO,1970,p.237):

Já dissemos que, dissentindo da NGB, consideramos a correlação como um terceiro processo sintático. (...)

No entanto, é claro, os que aceitam a doutrina carreada pela NGB, ou porque dela já estivessem convencidos, ou porque se converteram depois, dirão que as orações que consideramos correlativas são “subordinadas adverbiais”.

Em *Lições de Português pela Análise Sintática* (1988, p.106), Bechara reconhece, além dos processos sintáticos de coordenação e subordinação, a correlação e a justaposição, propondo um novo modo de avaliar as orações, além de fazer uma crítica à postura de José Oiticica.

No presente trabalho sinto não adotar a lição do mestre por julgar que coordenação e subordinação, como tipos de oração (melhor diríamos aqui orações independentes e dependentes), não estão no mesmo plano da correlação e da justaposição. Os dois primeiros conceitos dizem respeito ao valor sintático de independência ou dependência em que se acham as orações dentro do contexto; correlação e justaposição se referem ao modo de se ligarem entre si essas mesmas orações. (...) Só quanto à ligação, teríamos: orações coordenadas, subordinadas, correlatas e justapostas.

Observamos então, por meio das opiniões de diversos gramáticos, que a correlação não deveria ter sido deixada de ser abordada pela NGB. Porém tal fato ocasionou uma necessidade de direcionamento para o estudo do tema, que proporcionou abordagens relevantes para os estudos linguísticos do século XX.

A análise dessa categoria gramatical permite-nos ver nesses elementos de coesão muito mais do que um papel de elo sintático (de fundamental importância para o sentido do texto/discurso), mas também a maleabilidade semântica ou ainda o desvelamento das intenções pragmático-discursivas nos textos, propiciando assim uma visão mais ampla das conjunções.

1.5.2 As preposições

As gramáticas da língua portuguesa são quase unânimes quando se trata das preposições. Em cada uma delas provavelmente observar-se-á sua classificação obedecendo um dos seguintes esquemas:

- 1) é dada sua definição, dividindo e classificando-as de acordo com certos critérios (geralmente os mesmos - sintáticos e semânticos), aplicando nomenclaturas próprias;
- 2) são listados os tipos de preposições (seguindo os critérios usados na classificação);
- 3) é fornecido um quadro de usos das preposições (muitas vezes somente das principais). Na maioria dos casos, os exemplos são retirados da literatura.

As definições da classe das preposições podem ser resumidas na seguinte proposição: "palavras invariáveis que ligam dois termos, chamados de antecedente e/ou regente e conseqüente e/ou regido, em uma relação em que o primeiro termo completa ou explica o sentido do segundo". Observamos também outras definições para essa classe de palavras.

Preposição é uma palavra que liga um substantivo ou um pronome a outro substantivo, a um adjetivo, a um verbo, mostrando a relação que há entre eles (RIBEIRO, 1910[1881], p.71).

Preposição é a parte que posta entre dous vocábulos determina a natureza da relação que existe entre eles (RIBEIRO, (1930[1889],p.102).

Preposições são palavras que subordinam um termo a outro, na frase (...). Os termos que precedem as preposições chamam-se antecedentes, os que as seguem chamam-se conseqüentes. (ROCHA LIMA,1959, p.167)

E na definição de Mattoso Câmara (2011, p.247), preposições são vocábulos que servem de morfema de relação (v.) para subordinar um substantivo, como :a) adjunto (v.) a outro substantivo ou como b) complemento (v.) a um verbo. Esse processo de subordinação tem o nome de regência(v.).

Ex.: a) *livro de Pedro*; b) *fugiu de mim*. As preposições acumulam essa função com noções categóricas – de posse, de posição, de direção, de proveniência, etc.

Pode-se tomar como exemplo a Moderna Gramática Portuguesa (2001) de Evanildo Bechara, para quem a preposição é a expressão

que, posta entre duas outras, estabelece uma subordinação da segunda à primeira.

Exs.: Bolsa de Maria (marca uma relação de posse); chapéu de couro (marca uma relação de matéria de que uma coisa é feita); andou por ali (marca uma relação de lugar por onde).

Podemos observar nos exemplos acima que as palavras *bolsa*, *chapéu* e *andou* são antecedentes, conforme classifica Rocha Lima (1959), e as palavras *Maria*, *couro* e *ali* são consequentes. O primeiro é representado por substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio ou interjeição. O outro é constituído por substantivo, adjetivo, verbo (no infinitivo) ou advérbio.

Para Bechara(2001), as preposições se dividem em essenciais (palavras que só ocorrem como preposições): **a, de, com, por, para, sem, sob, entre, etc.**; e acidentais (palavras que, em certos contextos, perdem seu valor e emprego primitivos, e funcionam como preposições): **durante, como, conforme, feito, exceto, salvo, visto, segundo, mediante, tirante, fora, afora, etc.**

Destarte, consideramos também as *locuções prepositivas*, como duas ou mais palavras que desempenham o papel de uma preposição. Nessas locuções, a última palavra é sempre preposição (LIMA,1959, p.168).

Exs.: **ao lado de; através de; respeito a; a par de.**

Ainda sobre as locuções prepositivas, Bechara (2001) as denomina como “grupo de palavras com valor e emprego de uma preposição”, constituídas geralmente de advérbio ou locução adverbial, seguida da preposição **de, a** ou **com**: **atrás do, por causa da, em frente a, de acordo com**. Pode formar-se de duas preposições: ex: Foi até ao colégio; Mostrava-se bom para com todos.

Cabe ressaltar a proposta apresentada por Rocha Lima (1959), em sua Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de identificação e uso de cada preposição¹², conforme citamos a seguir:

¹² Lima não lista os empregos das preposições *após* e *perante*.

a: 1. introduz o objeto indireto; 2. inicia o objeto direto preposicional; 3. rege o complemento de muitos adjetivos; 4. Enceta o complemento de alguns substantivos verbais; 5. Encabeça complementos circunstanciais, exprimindo relações de: termo de um movimento, proximidade, posição, direção, distância, tempo, concomitância, motivo, fim, modo, conformidade, meio, causa, instrumento, quantidade e referência; 6. junto a verbo no infinitivo, forma orações reduzidas; 7. forma locuções adverbiais. **ante:** 1. Indica especialmente posição: diante, em presença de. **até:** 1. indica a ideia de termo, desejando acentuar bem a noção de limite, **com:** 1. estabelece relações de: companhia, instrumento, simultaneidade, causa e oposição; 2. emprega-se: ao falar do que se tem, do que se traz e do que se contém, e com verbos e locuções que exprimem a qualidade das relações entre os seres; 3. em construções de certos verbos como: concordar com, combina com, concorrer com, etc. **contra:** 1. denota oposição, direção contrária, **de:** 1. Introduz o complemento relativo de verbos como: precisar de, gostar de, depender de, etc.; 2. inicia o objeto direto preposicional; 3. pode preceder uma oração subordinada substantiva, reduzida de infinitivo; 4. expressa relações de: lugar donde (ponto de partida), origem, causa, efeito, assunto, meio, instrumento, modo, lugar onde, agente da voz passiva e tempo; 5. liga um substantivo (ou equivalente) a outro para caracterizar, definir ou descrever uma pessoa ou coisa; 6. junta-se à interjeição *ai* ou *uai* e, por analogia, a palavras como: coitado, feliz, infeliz, pobre, empregadas em exclamações⁴; 7. rege infinitivos que formam conjugações perifrásticas; 8. forma locuções adverbiais. **desde:** 1. Designa o ponto de partida de um movimento ou extensão (no espaço, no tempo, ou numa série), para assinalar especialmente a distância, **em:** 1. indica: lugar onde (interior e exterior), tempo, estado, mudança de estado, preço e modo; 2. em vestígios do Latim como: em memória de, em lembrança de, etc.; 3. precede o gerúndio; 4. em construções como: crer em, pensar em, etc.; 5. em construções como: em comparação de, em puridade, em meu juízo, etc. **entre:** 1. Designa posição no meio (no espaço e no tempo); 2. precede adjetivos para denotar perplexidade ou vacilação. **para:** 1. introduz o objeto indireto; 2. Estabelece relações de: lugar para onde, direção, fim e consequência; 3. em contrações como: 3 está para 6, alguém não é para tal trabalho, jornada para 15 dias, mantimentos para um mês,

bondoso para (com) os amigos; 4. introduz uma oração de forma subordinada, porém de sentido fortemente independente da principal, **por**. 1. anuncia o agente da voz passiva; 2. Rege o anexo predicativo do objeto direto de certos verbos; 3. em relações como: lugar por onde, lugar (com ideia de dispersão), tempo, meio, causa, fim, conformidade, substituição e favor, **sem**: 1. indica negação, ausência, desacompanhamento. **sob**: 1. exprime posição inferior: em baixo de. **sobre**: 1. denota: posição superior (em cima de); tempo aproximado; assunto; excesso (além de); direção. (LIMA, 1959, p.348-64)

O autor ainda oferece uma classificação das preposições em fortes e fracas, em que as primeiras guardam certa significação em si mesmas – **contra**, **entre**, **sobre**; e as segundas não têm sentido nenhum, expressando somente uma relação – **a**, **com**, **para**.

É perceptível, nessas definições de preposição, a supremacia da função relacional que essa classe de palavras exerce na estrutura frasal, e a maneira como tem sido abordada ao longo dos anos. A relação é um traço geral da classe das preposições. Contudo, sua importância reside na natureza dessa relação e não na relação entre um termo inicial e um terminal, a subordinação, dando a cada termo um status diferente. O primeiro, o antecedente, é o determinado e, o segundo, o conseqüente, é o determinante.

As preposições ainda não recebem um tratamento adequado nas gramáticas, muitas vezes são proposições fragmentadas e, na maioria das vezes, falta referência ao aspecto semântico das preposições.

Cunha (1978) faz uma análise das preposições do ponto de vista semântico, definindo-as como “palavra invariável que relaciona termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro, a que chama de antecedente, é explicado ou completado pelo segundo, chamado de conseqüente”.

As preposições apresentam uma grande variedade de sentidos em contextos diversos, e, segundo Cunha(1978), é possível identificar uma significação fundamental para cada uma delas.

A referência constante às preposições quando se estuda a Língua Portuguesa demonstra a importância que elas têm na construção de frases e textos eficientes. As relações que as preposições estabelecem entre as partes do discurso são tão diversificadas quanto imprescindíveis; seja em textos narrativos, descritivos ou dissertativos, noções como tempo, lugar, causa, assunto, finalidade e outras costumam participar da construção da coerência textual e da obtenção dos efeitos de sentido discursivos.

Uma função desempenhada pela preposição é a função lexical. Essas preposições, enquanto introdutoras de adjuntos, têm a função predicadora – atribuem papel temático aos seus argumentos. De acordo com essa classificação, as preposições instituíram funções semânticas para cada um de seus argumentos. Nesse sentido, a função lexical tem seu significado diretamente relacionado ao adjunto, em que o complemento acaba se tornando argumento da própria preposição.

- (a) Maria comprou a casa “de” João.
- (b) João vendeu a casa “para” Maria.

Nos exemplos acima, as preposições “de” e “para” configuram relações de sentido ao relacionar a figura ‘casa’ aos objetos de referências ‘João’ e ‘Maria’. A figura é um nome, um substantivo, na função semântica; e a preposição atribui aos objetos de referências, representados por nomes próprios, significados específicos. Os sintagmas “casa ‘do’ João” e “casa ‘para’ Maria” constituem um significado de posse, em que a preposição ‘de’ corresponde à origem da figura ‘casa’ e a preposição ‘para’ a meta dessa mesma figura.

As preposições são dotadas de valor semântico que só se atualiza ou se manifesta em contextos sintáticos determinados, já que são dependentes do valor semântico de outros itens da sentença (KLEPPA, 2005, p. 71).

Para Kleppa (2005, p. 72), quanto mais esvaziado for o conteúdo semântico de uma preposição, mais dependente ela se

torna do conteúdo semântico do termo que a seleciona, ou seja, ela poderá ocorrer em vários contextos sintáticos, já que seu valor semântico não é restrito ou específico, mas emerge em combinação com outros termos.

Algumas preposições têm um valor semântico mais transparente, são aquelas não gramaticalizadas e que mantêm seu conteúdo semântico (até, contra, desde, entre, sem, sob); outras têm um valor semântico turvo, são as preposições mais gramaticalizadas (a, com, de, em, para, por). As últimas caracterizam-se por possuírem valor semântico altamente esvaziado; podem funcionar como introdutoras tanto de argumentos quanto de adjuntos; podem ser amalgamadas com outros elementos linguísticos (a + a, em + a, por + a, de + a) e por serem mais frequentes que as menos gramaticalizadas.

O valor semântico das preposições pode ser observado tomando por base a análise da diferença de sentido das frases a seguir, retiradas de Travaglia (2003, p. 186):

João falou de Maria; João falou para Maria; João falou por Maria; João falou perante Maria; João falou sobre Maria; João falou ante Maria; João falou a Maria; João falou junto a Maria; João falou com a Maria; João falou em Maria.

Estudarmos as preposições na perspectiva do valor semântico é situarmos esse estudo numa visão de língua contemporânea, observando que fatores intralinguísticos e extralinguísticos são relevantes para análise dos sentidos.

As preposições complementam também os sentidos de seus antecedentes, quando em combinação com verbos e nomes, tendo nessa vinculação elas mesmas seus sentidos originários estendidos, modificados e reclassificados.

Em Oliveira (2004,p.159), a preposição é descrita como “uma categoria prototípica¹³, cuja propriedade cuida de organizar, no

¹³ O sentido prototípico da preposição “a” é o de expressar, de forma mais genérica, a indicação da direção de um determinado movimento. Daí ser ela

discurso, os elementos de conteúdo lexical, relacionando palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias interativas, expressando noções como tempo, aspecto, modo, entre outras”.

Assim, conforme Neves (2006, p.80), “a língua em uso tem seu ponto de partida nos propósitos do falante, que constrói seus enunciados conferindo relevância aos argumentos segundo o que seja conveniente a esses propósitos”, nos quais a produção de sentidos está diretamente vinculada à intenção do falante ao se expressar, o que serve de motivação para o estudo do valor semântico das preposições.

1.5.3. O pronome relativo

O pronome relativo é assim chamado porque se refere, em regra geral, a um termo anterior – o antecedente. É um pronome que, no período composto, retoma um antecedente (palavra ou expressão anterior a ele), representando-o no início de uma nova oração.

São considerados pronomes relativos:

Que

Quem

O qual (os quais, a qual, as quais)

Onde (equivalendo a em que)

Quanto (quantas, quantos, quanta)

Cujo (cuja, cujas, cujos)

Nas gramáticas de Cegalla (1920-2013(1997)), Bechara(2001) e Savioli (2004), entre outros, de uma maneira geral, a definição de pronome relativo destaca a característica referencial: assim, começamos a identificação do relativo pela sua competência em recuperar um termo já dito anteriormente, chamando de antecedente o termo a que o pronome relativo se refere.

amplamente utilizada para a expressão de direção não só no espaço, mas também no tempo e em sentidoacionais diversos.

De acordo com a gramática de Cunha e Cintra (1985), os pronomes relativos contraem um duplo papel no período ao representarem um determinado antecedente e servirem de elo subordinadamente à oração que iniciam (Fochi, 1981).

O mesmo pode ser observado na gramática de Platão Savioli (1980): o pronome relativo projeta na oração posterior um elemento da oração anterior (o antecedente), estabelecendo relação sintática entre elas.

Observamos a seguir algumas definições de gramáticas analisadas.

I. [Adjetivos] Relativos são os que se referem a nome ou pronome, que é determinado ou qualificado pela proposição (...) Vê-se, pois, que o relativo substitue o nome e ao mesmo tempo faz as vezes de conjunção, ligando o nome determinado com a proposição determinante que se segue. Por isso pôde também ser denominado *nome conjunctivo*. (RIBEIRO, 1930[1889], p. 82).

II. Pronome relativo é aquelle que, conjuntando duas proposições, sempre se refere a um nome anteriormente expresso (MACIEL, 1922[1894], p. 127).

III. [Adjectivos] Pronome *conjunctivo* ou *relativo*, quando vem depois de um substantivo, que é seu antecedente, sendo neste caso, conversível em *o qual*, *a qual*, *os quaes*, *as quaes*. (PEREIRA, 1934, p. 301).

Cândido Oliveira (1960), em sua *Revisão Gramatical*, afirma que o pronome relativo sempre tem antecedente, o que não faz de forma objetiva, mas igualmente enfática, Cegalla (1997), ao exemplificar a classe dos pronomes indefinidos, observando que QUEM não tem antecedente, como em “QUEM AVISA AMIGO É”, e encontraria opinião diversa em outros gramáticos. Pronome relativo indefinido, sem antecedente ou admitindo o apagamento do antecedente (antecedente subentendido).

Observamos a princípio uma visão do pronome relativo uniformizada entre as gramáticas. Segundo Cavaliere (2017), existe uma expressiva predominância do papel de liame, a que se segue o

papel de instrumento anafórico, o que aliás é o que mais distingue o pronome relativo no conjunto dos conectivos.

O fato é que essa subclasse gramatical trabalha mais na construção da frase do que na topologia sintática; ademais, de um modo geral, o pronome relativo é caracterizado como termo sintático da oração subordinada.

Podemos afirmar, a partir das proposições analisadas, que o papel semântico do pronome relativo é abordado, mesmo que de forma tangenciada, e tem relevância na estrutura frasal, dada a sua função coesiva.

Na gramática do texto ou Linguística Textual, é fundamental o sentido de coerência do conjunto dos enunciados que formam a unidade “texto”.

A abordagem textual considera a função semântica desses pronomes, embora muitas vezes não pensada, quando se pretende compreender o papel coesivo dessa subclasse gramatical dentro do texto.

Nesse contexto, busca-se identificar nos pronomes relativos uma função fundamentalmente importante no processamento do texto, visto que, além da organização frasal (coesão), os relativos estabelecem conexões sintáticas e semânticas dialógicas.

Para Mattoso Câmara Jr.(1970), o pronome relativo desempenha uma função de *senal*, uma vez que na composição do texto configura um item de referência capaz de recuperar, reconstituir uma informação no próprio texto, sinalizando um conteúdo que se repete. Assim, como indicador do “já dito”, o pronome relativo classifica-se entre os *anafóricos*.

Segundo o autor, os pronomes indicam em vez de nomear, e os relativos, além disso, proporcionam a ordenação de uma relação de subordinação entre frases:

Com efeito, é comum estabelecer-se um paralelo entre as relações na frase e as referências espaciais da situação de que a frase trata; e ao elemento pronominal vemos prender-se assim, não raro, um caráter de morfema de relação. É o caso do PRONOME RELATIVO, que subordina uma frase a outra, conservando sua natureza pronominal de indefinido ou

demonstrativo, com que se reporta a um nome anteriormente enunciado. (p. 156)

Os pronomes relativos assinalam uma dupla função na construção do texto: recuperam a informação dada pelo termo antecedente e marcam a função de liame oracional.

De acordo com as relações que se estabelecem junto a outros elementos do texto, o pronome relativo tem seu papel sintático abrangendo funções de anafórico e relator.

A função anafórica realiza recuperações semânticas, ora simples, ora complexas. Nessa visão, os pronomes relativos QUE, O(A) QUAL / OS(AS) QUAIS se caracterizam por fazerem remissão a um termo (conteúdo) antecedente, constituindo uma recuperação simples, em que as informações semânticas contidas no contexto anterior darão sentido aos referidos relativos nas proposições em que aparecem.

Já a recuperação semântica complexa fica a cargo do conjunto de entendimentos referentes ao relativo, os quais somam a informação recuperada, articulando-lhes o significado. É o caso dos pronomes QUEM, ONDE, CUJO e QUANTO.

Os pronomes relativos, na verdade, sistematizam as produções textuais, não obstante não se deve perder de vista os termos que circulam em torno desses pronomes, especialmente nas produções escritas.

Podemos dizer que as funções do pronome relativo se inserem em duas relações: no nível semântico e no nível sintático.

A primeira, aqui mencionada, no nível semântico, existente entre o antecedente e o anafórico, define uma relação também de ordem sintática, uma vez que a recuperação do conteúdo do antecedente torna-se o início de um novo sintagma oracional.

A segunda função do pronome relativo estabelece uma relação hipotática, circunstancial (em nível sintático) que, segundo Mattoso Câmara (1970), constitui seu caráter de morfema de relação, o que confere ao pronome relativo o papel de introdutor de uma relação.

Baseada numa análise de contexto em que ocorre o emprego dos pronomes relativos nas redações escolares, observamos que a relação semântica (anafórica) sofre uma desvantagem se comparada à relação sintática. Na maior parte das vezes onde encontramos erros de coerência na construção da textualidade (fator que compõe o texto), há um pronome relativo respondendo pela relação sintática, mas não se encontra o relativo prescrito para a recuperação semântica desejada.

Ao estabelecer uma conexão em nível sintático, o pronome relativo, de maneira adversa a outros conectivos (conjunções), contrai seu papel sintático na oração que ele inicia, a subordinada. Soma-se portanto à função interoracional, a função intra-oracional, resignificando um conteúdo pertinente às duas orações.

Assim cabe um papel sintático ao conteúdo informativo recuperado pelo relativo, na função informativa da frase, gerado pela subordinação.

Pela observação dos aspectos analisados pelas gramáticas nesta pesquisa, constatamos que existe nelas um entendimento evidente do papel semântico do relativo, que constitui uma via de acesso tanto à compreensão de seu papel sintático quanto à sua precisão no emprego. A escolha ideal do pronome relativo será identificada no reconhecimento de seu significado, observado no enunciado pelo seu antecedente, ou percebido no próprio papel semântico do relativo.

1.5.4 As expressões denotativas

A NGB chama de palavras denotativas uma série de palavras e expressões que se assemelham ao advérbio, mas que não se enquadram em nenhuma das 10 classes gramaticais. Elas são classificadas de acordo com a função da ideia que expressam.

As palavras denotativas frequentemente ocorrem em frases e textos diretamente envolvidos com as estratégias argumentativas. Por essa razão, algumas palavras produzem efeitos de sentido nas situações efetivas de interlocução, podendo até apresentar

dificuldade de classificação, o que não impede que sejam necessárias, pois seu campo de atuação não se restringe à língua, mas ao macro-ambiente em que o discurso se realiza.

Segundo Cavaliere (2009, p.27), para estudar tais palavras, deve-se analisar as sentenças não apenas em face de seus componentes linguísticos, como palavras ou sintagmas, mas também em face de uma série extensíssima de fatores extralinguísticos que interagem em sua gênese, como o local em que se fala, o conhecimento dos fatos conexos aos quais se faz referência e muitos outros.

Tomemos como exemplo a frase abaixo:

(1) *A palavra “se”, **por exemplo**, pode ter muitas funções.*

Nessa frase, a expressão **por exemplo** faz parte de uma classe gramatical de difícil caracterização. De acordo com a linha taxonômica definida em nossas gramáticas, **por exemplo** deve ser reconhecida como expressão denotativa diferenciada das demais classes gramaticais, uma vez que se coloca além da estrutura linguística tradicionalmente aceita. Nesse caso, a referida expressão procura resgatar significados não expressos na frase, mas que participam de maneira indireta de sua construção

A expressão utilizada na frase (1) dá-nos a ideia de **explicação**; ao esclarecer o significado de palavras que apresentam funções variadas na língua, o produtor cita a partícula “se” enfatizando a tese, exemplificando.

Observamos que frases como a citada acima (1) servem como estratégia persuasiva utilizada pelo emissor na defesa de sua tese. A tese elucida que várias palavras na língua assumem funções variadas e a partícula “se” é uma delas. Esses argumentos utilizados pelo falante na defesa de sua ideia devem ser, via de regra, bem escolhidos e contextualizados, a fim de que o receptor seja efetivamente convencido de que a tese é verdadeira.

Isso nos atesta que o falante pode utilizar de uma série de argumentos que visem garantir a credibilidade de sua tese, proposições que interagem de acordo com uma ordem hierárquica de relevância. A esse fato a semântica argumentativa dá o nome de **escalaridade**, ou seja, os argumentos utilizados para a defesa de uma tese estão sempre ordenados dentro de uma escala argumentativa, (Cavaliere, 2009).

Analisemos a construção da frase (1). Não foi aleatória a utilização da expressão **por exemplo** na ordenação da frase. O emissor tenta chamar atenção do ouvinte para a credibilidade de sua argumentação, pois não basta que se tenha argumentos para a sustentação da tese é, sobretudo, necessário que esses argumentos estejam harmonicamente situados dentro da construção frasal, já que se observa a importância de cada um deles diante do significado que se quer atribuir ao texto.

Para Cavaliere (2009, p.28), como esse valor semântico dos argumentos não decorre da língua *stricto sensu* – isto é, não se restringe à palavra ou mesmo ao texto *per se* - , mas do conhecimento amplo e difuso que temos das pessoas e das coisas em geral, conclui-se aqui numa das mais delicadas fronteiras entre o linguístico e o extralinguístico, a que com propriedade se denomina **semântica argumentativa**.

Nesse contexto, a expressão **por exemplo** atua como operador¹⁴ discursivo. A escolha do operador discursivo constitui um ato tão natural ao falante como a própria construção do texto.

O vocábulo *Texto* deriva do Latim *textus* (com origem no verbo *texere* –entrelaçar, construir, compor) e constitui uma realização da linguagem humana com determinadas propriedades que lhe conferem um sentido. O texto é uma unidade de comunicação básica, já que as pessoas não se comunicam por palavras isoladas.

A construção do texto tem sua base na organização das palavras na frase e em frases, de acordo com as regras gramaticais

¹⁴ A denominação **operador**, conquanto genérica e, por isso, precária, é largamente utilizada no estudo semântico do discurso. (Cavaliere, 2009)

ou formais da estruturação da língua (coesão) e na seleção de conceitos ou ideias adequados e compatíveis com a sequência do discurso (coerência).

Para a estruturação e articulação da informação no texto, recorreremos a mecanismos de coesão. Os operadores argumentativos no discurso, que integram palavras não classificadas na NGB, são fundamentais para estabelecer a coesão entre frases, entre períodos, entre parágrafos, entre sequências textuais.

É preciso haver relações de sentido entre as unidades de um texto e o encadeamento linear dessas unidades linguísticas, para que um conjunto de vocábulos, frases e expressões seja considerado um texto.

A essa relação de sentido chamamos coesão, que se refere às relações que ocorrem no interior do texto e que se organizam superficial e linearmente nele, sendo reconhecíveis na sua superfície através de recursos como marcas linguísticas, índices formais e conectivos, e configura um conceito semântico (Halliday & Hasan, apud. Bastos, 1994, p.4). Os autores consideram ainda que a coesão é expressa parcialmente através de vocábulos e envolve um grau de coerência que inclui os vários componentes interpessoais (social, cognitivo, expressivo). E reiteram: “A coesão não é uma questão do que um texto significa, mas de como está edificado semanticamente” (Idem, 1994, p.04).

A coesão ocorre quando um elemento do texto retoma um outro elemento ou uma expressão já mencionada ou dita anteriormente, já que confirma uma relação semântica ocorrida através do sistema léxico-gramatical.

À proporção que funcionam como elementos responsáveis pela orientação argumentativa pretendida, os operadores argumentativos configuram relações discursivas ou argumentativas que estabelecem a estratégia argumentativa escolhida pelo emissor.

Essa relação dos elementos que compõem o texto no nível léxico-semântico e gramatical constitui fator fundamental para sua perfeita interpretação.

Um texto bem construído é naturalmente bem interpretado e nesse sentido a ordenação do texto e a hierarquização das unidades semânticas é de peculiar importância.

Os operadores argumentativos, textuais ou discursivos são expressões linguísticas envolvidas na construção do sentido do texto que relacionam segmentos textuais de qualquer extensão (períodos, parágrafos, sequências textuais ou porções maiores do texto) e possibilitam a interpretação do enunciado.

Vejamos algumas expressões e palavras mais recorrentes:

. **Adição:** ainda, além disso, ainda por cima, além de tudo, etc.

Exemplo: Comeu tudo e ainda queria mais.

. **Exclusão:** apesar, somente, só, unicamente, exclusive, exceto, salvo, senão, sequer, apenas, fora.

Exemplo: Todos saíram, menos ela.

. **Explicação:** isto é, por exemplo, a saber, ou melhor, quer dizer.

Exemplo: Li vários livros, a saber, os clássicos.

. **Inclusão:** até, mesmo, ainda, também, inclusive, ademais.

Exemplo: Eu também vou.

. **Retificação:** aliás, isto é, digo, ou melhor, ou antes, não.

Exemplo: Somos três, ou melhor, quatro.

Com o que observamos até aqui, o falante ao construir seu discurso, certamente não diria:

(2) O pároco, **sequer**, o vigário da nossa paróquia esteve aqui.

O operador discursivo **sequer** denota uma impropriedade semântica referente ao efeito de sentido que se quer alcançar. A partir disso, chega-se à conclusão de que o uso incorreto do operador discursivo leva ao descrédito dos argumentos utilizados. A incompatibilidade semântica entre o operador **sequer** e a intenção (confirmação e explicação) pretendida pelo emissor para a defesa da tese são incompatíveis, assim insuficientes para que lhe confira aceitabilidade.

Para Ducrot (1987,p.53), o valor semântico dos enunciados se reveste de significação específica de acordo com a situação social em que se instalam. A mudança de situação pode implicar a mudança de significado do enunciado, comprometendo a eficácia da comunicação. Em outras palavras, é fundamental para que as teses de argumentação cativem a adesão do ouvinte nessa teia de estratégias que constituem o ato de enunciação.

No processo de construção do texto e do discurso, o estudo dos articuladores textuais faz-se relevante no que tange à sua compreensão e ao seu poder de convencimento. O emprego inadequado ou a interpretação inadequada desses articuladores podem implicar um problema na produção e na recepção dos textos. Assim, faz-se necessário observar sua função e seu uso na elaboração da coerência e coesão textuais, já que são elementos responsáveis pela produção do sentido linguístico, não na língua, mas no discurso, ou seja, no emprego da língua.

2. A GRAMÁTICA ANTES E DEPOIS DA NGB - VISÃO DO MODELO ESTRUTURALISTA -

Desde antanho se dividem e analisam as classes de palavras. Na antiguidade, como partes do discurso, Platão denominou-as nome e verbo, e Aristóteles acrescentou as conjunções. A classificação das palavras, igualmente estudada pelos estoicos, ganhou quatro divisões: nome, verbo, conjunção e artigo.

Para se fazer a classificação dos vocábulos é necessário que preliminarmente se estabeleçam critérios como: o agrupamento de palavras com traços comuns, de acordo com características morfológicas, sintáticas ou semânticas e classificação em função de objetivos.

Sobre a taxonomia dos vocábulos, Perini (1996, p.310) esclarece:

Os critérios de classificação possíveis são infinitamente variados, e a seleção de critérios se faz em função dos objetivos da classificação. O mesmo conjunto de elementos será classificado diferentemente caso mudem os objetivos.

Porém é necessário que o objeto classificado e o critério classificatório estejam atrelados, podendo variar de acordo com a necessidade que se estabelece.

Nesse contexto se instauram as discussões para a criação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que assegurou em seu texto as dez classes de palavras na língua portuguesa, sobre as quais Biderman(1978) faz a seguinte observação:

(...) acabaram por adotar uma atitude política e não científica, tirando-se a média entre os pareceres de gregos e troianos. Desse acordo, entre os detentores da verdade gramatical, resultou a portaria ministerial de 28/01/1959, que institui a NGB. (BIDERMAN, 1978, p.191 *apud* DUARTE; LIMA 2003, p.27).

Até a instauração da NGB, prevalecia nas gramáticas brasileiras uma confusão terminológica dos vocábulos. Assim, com o objetivo de solucionar esses problemas e padronizar conceitos a partir de critérios científicos, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) preparada por linguistas (gramáticos e filólogos), foi estabelecida por portaria do Ministério da Educação e Cultura, em janeiro de 1959, e recomendada para adoção no conteúdo programático da Língua Portuguesa, em uma iniciativa de instituir uma terminologia única para as gramáticas. E no intuito de facilitar o estudo das palavras, a NGB segue a tradição e apresenta dez classes vocabulares (substantivo, adjetivo, artigo, verbo, advérbio, preposição, pronome, numeral, conjunção e interjeição). Não há, entretanto, uma explicação precisa acerca dos critérios utilizados para a distribuição das palavras em dez classes.

São três as divisões da gramática: Fonética, Morfologia e Sintaxe. A Fonética estuda os fonemas ou sons da língua. A Morfologia se ocupa do estudo das palavras e os elementos que as compõem e Sintaxe compreende a disposição das palavras nas frases e das frases no discurso.

Para Saussure (1857-1913(2006)), o sistema linguístico é fechado em si mesmo, sendo a fala apenas uma atualização desse sistema pelo indivíduo que o utiliza. Nesse contexto, a NGB atuou no sentido de estabelecer uma terminologia única, funcionando como instrumento linguístico e instrumento político, como dito anteriormente. Ressaltamos ainda, que a NGB fez parte de um processo de gramatização brasileira, que segundo Aurox (1992,p.65): “(...) processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Faz-se importante aqui ressaltar o papel do Estado, que até o século XIX age sob o princípio da unidade, na busca de uma identidade nacional através da autoria das gramáticas. Porém a partir do século XX, até que se chega à NGB, com a clara entrada do Estado nesse processo, a questão deixa de ser a de dar *unidade*

ao discurso das gramáticas, passando a ser a de *lhe dar uniformidade*.

Nesse ponto do estudo, o que se procura é uma tomada de posição teórica acerca da gramática antes e depois da NGB, fazendo algumas considerações alusivas sobre os elementos formais de coesão, os “conectivos”. Embora a nomenclatura fomenta variadas questões, abordaremos, num determinado aspecto, o campo dos conectivos para o desenvolvimento da análise.

No século XIX, configuramos a busca pela especificidade. O gramático, autor de gramática, é aquele que sabe a Língua, que pode falar sobre ela. No século XX, a questão já é manter essa especificidade. Assim, antes tínhamos diferentes filiações teóricas que mantinham a especificidade, a partir daí, temos diferenças de análise, de descrição. Tem-se então a necessidade de uniformizar a nomenclatura, uma vez que as referências que se tornam evidentes, nunca estão plenamente garantidas, sendo necessário um esforço para que se mantenham como tais. A NGB é uma iniciativa de se manter as referências garantidas.

Nesse sentido, a NGB passa a ser um texto que se desvincula de seus criadores, que se impõe pelo Estado. As críticas ao anteprojeto, no entanto, não foram poucas, todavia as restrições ou negações a ela (NGB) passam ao princípio do comentário. O que a NGB não prevê, só pode aparecer de forma marginal, em cantos de página ou notas de rodapé.

Uma questão interessante apresentada quando do projeto final da NGB diz respeito ao abandono das definições, que se constituiu uma maneira de tratar as divergências. Ora, retirando definições, conciliam as divergências. E muitas foram as contraposições à NGB levando em consideração a obscuridade e a falta de justificativa das classificações estabelecidas por ela.

De acordo com Perini (1996, p.311):

O problema provém em parte da atitude dos gramáticos, que não se preocupam em justificar previamente as classificações propostas, contentando-se em repetir o que a tradição fornece [...] falta consciência dos objetivos da classificação. A situação é tal que se torna necessário refazer a

maior parte do trabalho de classificação das palavras: poucas as classes tradicionais podem ser consideradas adequadas.

Para o autor (Idem,1996), as classes de palavras apresentadas na NGB não trazem conceitos claros e completos, culminando em uma dificuldade de compreensão e classificação das palavras. Considerando, ainda, a distribuição das palavras na frase, que, para Neves (2006, p.9) “a ordem é outro fator que pode ser chamado a intervir no estabelecimento das classes de palavras”.

Mattoso Câmara (1982, p.78) foi um linguista que se posicionou de forma oposta à NGB. Para ele, as palavras devem ser separadas em vocábulos gramaticais e vocábulos não gramaticais. E mais, leva em consideração três critérios: o semântico (significação), o funcional (função sintática) e o formal (formação das palavras), no entanto sustenta que a forma e o sentido são indissociáveis, assim sua denominação de *critério morfossemântico* com base paradigmática, através da qual se classificam as palavras em grupos de nomes, pronomes, verbos e instrumentos gramaticais. Mattoso Câmara (1982, p.78-79) afirma:

Semanticamente, os nomes representam coisas, ou seres, os verbos processos [...]. O pronome limita-se a mostrar o ser no espaço, visto esse espaço em português em função do falante [...] Restam certos vocábulos (o mais das vezes formas dependentes), cuja função essencial é relacionar uns com os outros, ou entre si, os nomes, os verbos e os pronomes [...] podem se chamar, portanto, os vocábulos conectivos.

E ainda faz uma segunda classificação, considerando a função das palavras na frase, a classificação sintagmática, caracterizando assim função substantiva, adjetiva e adverbial. Nas palavras do autor (1982, p.79):

Há a função substantivo, que é a do nome ou pronome tratado como centro da expressão [...] função de adjetivo em que o nome ou o pronome é o termo determinante e modifica um nome substantivo ou tratado como determinado [...] um terceiro conceito tradicional, de natureza funcional também, é o advérbio. Trata-se de um nome ou pronome que serve de determinante a um verbo.

Embora a NGB traga apenas um campo para a gramática, fundamentalmente normativo, duas tendências começam a aflorar em sua direção: os que veem a normatização como a função fundamental do estudo da linguagem, e aqueles que embora acreditem nessa tese, a subordinam ao estudo descritivo. Assim, um outro momento de autoria se estabelece no discurso gramatical, o gramático não é mais a autoridade do saber sobre a língua, mas um comentador desse saber:

a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo linguista. Saber como a língua funciona dá autoridade para o linguista dizer como a língua é (português no Brasil/português europeu). A autoria da gramática passa a necessitar da caução do linguista, já que este tem o conhecimento científico da língua. Há uma transferência do conhecimento do gramático para o linguista ¹⁵.

A Portaria nº 152 constitui a comissão que irá elaborar o anteprojeto inicial da NGB e tal documento aponta ainda motivos para a necessidade de unificação da nomenclatura gramatical:

(...)considerando, em razão disso, que o ensino da Língua Portuguesa deve merecer dos Poderes Públicos especial interesse e, pois, tratamentos particular. (Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, 1957, p.6)

Existe uma necessidade premente de parâmetros na descrição da língua portuguesa. A língua deve ser ensinada e a norma seria fundamental para a eficiência desse ensino (Idem, p.6):

(...) considerando que um dos empecilhos maiores, senão o maior, à eficiência de tal ensino tem residido na falta de padronização(...).

¹⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. *O Estado, a gramática, a autoria*. In: Relatos. Publicação do Projeto "História das idéias linguísticas: construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional". DL-IEL-UNICAMP/DL-FFLCH-USP,1997, Pág.9.

A política linguística, da qual integra a NGB, impõe a simplificação e unificação da nomenclatura, resultando na redução dos nomes. Deve-se então, padronizar. Para alguns autores, a normatividade da gramática não pode ser encarada como o ensino da “expressão correta”, pois a normatividade é o que a língua considera, mas o uso da língua é que define a “expressão correta”.

As políticas linguísticas são geralmente instituídas pelo Estado, eximindo os professores de tratarem ou opinarem sobre a questão. Mattoso Câmara, em 1940, refutava-se contra a maneira com que eram impostos esses programas, e em resposta tivemos:

Queríamos o ensino inteiramente livre, sem nenhuma tutela do Estado; mas somos forçados a reconhecer que essa liberdade ainda não pode ser outorgada sem que perclitem importantes interesses nacionais (Jornal do Brasil, 12 de junho de 1940).

Embora a NGB tente tratar as diversidades referentes à língua como uma mera questão de nomenclatura, podemos observar dois movimentos distintos diacronicamente de como o Brasil dispõe o saber sobre a língua: por um lado a visão da gramática como mera descrição da língua. Por outro, um posicionamento que reconhece a historicidade da gramatização.

No primeiro posicionamento podemos nos referir a Cândido Jucá, no segundo posicionamento, observando a historicidade da gramatização, podemos situar João Ribeiro, Said Ali e Mattoso Câmara Jr., não excluindo o deslizamento para o tom do primeiro posicionamento.

Observemos os conflitos porque perpassam os conceitos de gramática no período da NGB:

Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta. (LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Briguiet, 9ª ed., 1963, p.9.)

Pois mesmo nos tempos de antanho (ou principalmente naqueles tempos), não tinha sentido epitetar-se de normativa a tão mofina disciplina, que justamente o que nunca fez nem nunca fará, foi ensinar a falar e escrever corretamente (JUCÁ (FILHO), Cândido.132 restrições ao anteprojeto da simplificação e unificação da NGB. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1958, p.5.)

Para Jucá(1958), a Gramática é uma expressão de um estado da língua, enquanto Rocha Lima (1963) defende a normatividade da Gramática. Esse se coloca em uma posição intermediária à de Said Ali e à de Mattoso Câmara quando assumem o instrumento normativo, todavia o configuram sob a determinação de um estudo descritivo.

Após o processo de independência é que se pode falar efetivamente, no Estado brasileiro, sobre investimento na gramatização. A relação gramática/filologia estabelece os conflitos entre descrever a língua em seu estado atual e sistematizar os estados anteriores. Mattoso Câmara (1940) se posiciona em relação ao binômio gramática/filologia colocando a primeira como núcleo central dos estudos sobre a linguagem.

O projeto final da NGB se posiciona mais radicalmente em relação ao reconhecimento da gramática: enquanto o projeto inicial trata de constituírem duas gramáticas: Gramática histórica e normativa, o projeto final estabelece a soberania da gramática quando reconhece apenas duas gramáticas: a histórica e a gramática (sem qualitativo).

De acordo com a Portaria Ministerial nº 152 de 24 de abril de 1957, que estabelece as normas preliminares de trabalho, e propõe “*uma terminologia simples, adequada e uniforme*”, quatro normas devem ser consideradas:

- I- as deliberações serão tomadas pelo voto da maioria,
- II- a escolha dos nomes se fará depois de realizado o levantamento das várias designações correntes nas obras de autores nacionais consagrados,
- III - tal seleção atenderá a tríplex aspecto:
 - à exatidão científica do termo,
 - à sua vulgarização internacional,
 - à sua tradição na vida escolar brasileira.

IV – eliminar-se-ão as denominações múltiplas, optando por aquela que, além de mais simples, for de uso mais geral. (grifos nossos)

Como se pode ver, a multiplicidade de nomes é encarada como variedade de designações e o sentido democrático que se tenta encobrir à NGB escoia quando se impõe apenas um significado às palavras.

Uma minuciosa leitura dos compêndios da gramática brasileira antes da publicação da NGB apresenta uma norma “esclarecida”¹⁶, baseada em argumentação rica, de base filológica, que apoiava-se em corpora de clássicos portugueses (Cavaliere, 2009).

Essa postura descritiva já pautava as gramáticas brasileiras do período científico, no século XX, como João Ribeiro, Said Ali (1861-1953), Eduardo Carlos Pereira, entre outros. Nesse período a gramática apresentava um papel dual: visando à pesquisa e ao ensino, feição descritiva e prescritiva, respectivamente.

No entanto, segundo Cavaliere (2009, p.69), a gramática brasileira de tradição filológica jamais se resumiu num depositário de regras práticas do bem escrever. Algumas gramáticas pós NGB, no entanto, principalmente as direcionadas ao ensino (cunho pedagógico) ignoraram essa tradição historiográfica para limitarem-se ao modelo de normas menos críticas e um conjunto de regras improcedentes e confusas.

Os maiores ataques feitos às gramáticas filológicas brasileiras se direcionam ao normativismo exagerado, excessivo, não havendo espaço para o registro coloquial e marcas pertencentes à oralidade.

Alguns gramáticos venceram a rigidez das gramáticas tradicionais, que estudam as classes gramaticais como entidades estanques e permearam seus estudos pela busca de solução para novidades no léxico que não harmonizavam com o modelo taxonômico de sua época, possibilitando uma abertura para o aparecimento de uma nova dicotomia no estudo da gramática

¹⁶ Termos utilizado em Palavras denotativas e Termos afins (Cavaliere, 2009)

brasileira: *palavras ideativas* (emprego puramente linguístico) e *palavras denotativas* (emprego não apenas linguístico).

2.1 As nomenclaturas anteriores à NGB

A partir da década de 50, século XX, trabalhos do tipo da NGB ganharam representatividade, dicionários gramaticais começam a surgir em maior número. O Estado então assume a tarefa de “uniformizar” e “simplificar” a nomenclatura. Alguns *Dicionários Gramaticais* procuram uniformizar a nomenclatura objetivando atividades pedagógicas. *O Dicionário Grammatical* de João Ribeiro (1889), *O Léxico de NGB* de Antenor Nascentes(1886-1972 (1946)), *A Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1934) e *O Dicionário de Fatos Gramaticais* de Mattoso Câmara(1956) são alguns dos Dicionários Gramaticais que surgiram anteriormente à publicação da NGB.

Cabe aqui ressaltar a relação existente entre os dicionários “gerais” e as gramáticas. Essas explicam de que modo as palavras se organizam, já aqueles explicam o sentido das palavras.

2.2 O Dicionário Gramatical de João Ribeiro (1889)

O dicionário de João Ribeiro (1889) se assemelha muito ao de Mattoso Câmara(1956), pois além de não se enquadrar no tipo de orientação que levou à elaboração da NGB, procura marcar posição no quadro de estudos linguísticos de sua época. Insere-se no confronto de dois discursos: o discurso das gramáticas (normativas) e o discurso das gramáticas (descritivas). Essa divisão de discurso sobre a língua perdura até hoje nos trabalhos dedicados à investigação sobre a língua e aos dedicados ao estudo da língua. Todavia vale observar no trabalho do autor, o destaque à Gramática Histórica.

Sua definição de gramática:

Grammatica: Varia conforme o entender e conforme o progresso das épocas o conceito que se tem feito da grammatica. A grammatica pode ser considerada sob muitos aspectos, e por isso são muitas as suas definições. Grammatica prática – é o complexo de regras destinadas ao uso correcto de qualquer língua. É como mais vulgarmente se define: a arte de escrever e falar correctamente [em nota: Correctamente, entende-se, conforme o uso ou praxe deduzida da autoridade dos doutos e dos escriptores clássicos]. Mas como todas as regras representam fatos observados e reduzidos a generalizações de que são susceptíveis, a grammatica pode e deve ser considerada a sciencia que tem por objecto os factos da linguagem (...).

Observamos em Ribeiro (1889) uma tomada de posição frente ao papel do gramático e ao discurso da gramática. A necessidade de se historicizar a noção de gramática, já que esta varia: “conforme o entender e conforme o progresso das épocas(...). A grammatica pode ser considerada sob muitos aspectos e por isso são muitas as suas definições”. Isso também acontece com a normatividade, que também é relativizada. Ribeiro (1889) tem uma visão muito particular do trabalho do gramático normativo, uma vez que percebe o papel ao mesmo tempo linguístico e político do gramático. O dicionário de João Ribeiro não só se posiciona diante da multiplicidade de nomes, como possibilita aos demais estudiosos se posicionarem com opiniões contrárias. Por isso é considerado o primeiro dicionário Gramatical brasileiro.

2.3 O léxico de NGB de Antenor Nascentes

O trabalho de Antenor Nascentes (1946) se aproxima muito dos padrões da NGB, o dicionário é particularmente específico e se caracteriza em dar nomes a coisas. Para o autor, quais, dentre os estudiosos da linguagem, procuraram estabelecer os nomes dados a cada um dos elementos que a língua constitui?

Segundo Nascentes(1946), *“na incapacidade de criar doutrinas, nossos gramáticos sofrem da mania de inventar nomes, de preferência complicados e de origem grega”*. Ou seja: *“conservemos a tradição portuguesa e a nossa. Quanto menos termos e quanto mais simples, melhor”*.

Mas nesse contexto, o dicionário de Nascentes não pode ser considerado uma gramática, pois o mesmo não apresenta regras nem exemplos e diferentemente de Ribeiro, não dá lugar a múltiplas definições. A postura de Nascentes nos aponta que a forma da NGB já começa a ser constituída, já que o mesmo foi presidente da comissão encarregada da elaboração da NGB.

2.4 A Gramática Expositiva de Eduardo C. Pereira

A Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira, inicialmente direcionada ao ensino superior, publicada em fevereiro de 1907, contabilizou 96 edições. Sua aceitação foi tão grande que em dezembro do mesmo ano editou-se uma versão simplificada do livro.

O autor define a Língua Portuguesa como o conjunto sistemático de palavras de que se serve o povo português e o povo brasileiro para comunicarem suas ideias e pensamentos. A linguagem para o gramático está ligada ao pensamento, é a expressão do pensamento por meio de palavras. Palavras e pensamentos caminham juntos, um no plano do pensamento e outro no plano das ideias. As palavras se combinam para formar a *phrase* – expressão do pensamento.

Phrase, definida por Eduardo Carlos Pereira (1934), é a combinação de palavras, que exprime um pensamento, é o elemento fundamental da linguagem, e pode ser a expressão completa ou incompleta do pensamento.

A definição de Gramática está relacionada à Língua Portuguesa. Assim, para o autor, Língua Portuguesa é o estudo das regras para se falar e escrever corretamente a Língua Portuguesa. A Gramática Expositiva – curso elementar – (Pereira,1908) foi adotada como documento básico oficial do Colégio Pedro II neste mesmo ano, até o ano de 1950, período anterior à publicação da NGB(1959), quando então, o Ministério da Educação a estabelece como Nomenclatura Oficial Brasileira.

A obra de Eduardo Carlos Pereira (1934), tradicionalista e doutrinária, foi elaborada no Brasil e destinada aos estudantes. Expressa seu compromisso político, religioso e ideológico, demonstrando uma preocupação com o futuro da nação, uma vez que em sua gramática propõe exercícios de cunho ideológico-moral que refletem a sociedade da época, além de revelar-se preocupado em construir uma obra de marca nacional que trata das especificidades do português no Brasil.

No que se refere à organização da obra, Pereira (1934) não afirma em nenhum momento no Prólogo o motivo de tal construção. O autor apresenta a obra com a informação de que se trata de uma *Grammatica Expositiva*. Como é sabido e assinalado por João Ribeiro (1889) em sua *Grammatica Portugueza* e por Júlio Ribeiro (1913) em sua *Grammatica Portugueza* a existência de tipos de gramáticas – Gramática Geral como a exposição dos fatos da linguagem em geral e Gramática Particular como a exposição metódica dos fatos de uma determinada língua. Essa gramática pode ser Elementar ou Filosófica, sendo que a elementar limita-se ao estudo das regras sem recorrer à lei ou a princípios gerais como fundamento. Segundo Ernesto Carneiro Ribeiro (1890), em *Serões Gramaticais*, é comum denominar as Gramáticas Particulares Elementares de “descritiva, expositiva, metódica ou prática, porque expõe, classifica, descreve e organiza metodicamente os fatos da língua”. A Gramática Particular será filosófica quando relacionar regras de um idioma a princípios gerais como fundamento.

O autor mostra que sua Gramática se divide em duas partes maiores: Lexeologia e Syntaxe. Na primeira parte – lexeologia trata das palavras isoladamente como elementos independentes, **consideradas** em si. Na Segunda parte – a Sintaxe – trata das palavras de uma forma coletiva na sua relação entre si, **combinadas** para a expressão do pensamento.

Eduardo Carlos Pereira (1934, p.3-4) define a Grammatica e sua divisão: *geral e particular, histórica e expositiva*.

- . Grammatica geral é, hoje, o estudo comparado de um grupo de línguas congêneres, como a *Grammatica das Línguas Românicas*.
- . Grammatica particular, é o estudo dos factos de uma língua particular, quer encarados em seu estado actual, quer em suas transformações históricas.
- . Grammatica histórica é o estudo das transformações de uma língua, no seu tempo e no espaço, feito comparativamente com as transformações paralelas das línguas e dialectos congêneres. É um estudo histórico-comparativo.
- . Grammatica expositiva, *descriptiva ou practica*, é a que expõe ou descreve methodicamente os factos actuaes de uma língua determinada.

2.5 O Dicionário de Fatos Gramaticais de Joaquim Mattoso Câmara Jr.

O Dicionário dos Fatos Gramaticais de Mattoso Câmara Jr.(1981) possui muitas intimidades com a obra de João Ribeiro. Nele, apresentam-se a estrutura alfabética e a presença de definições. Mattoso sistematiza doutrinas divergentes da mesma forma que Ribeiro o faz em sua Gramática, apresentando sua posição em meio às controvérsias existentes.

Mattoso (2011, p160-1.) apresenta a definição de Gramática introduzindo a descrição como elemento constitutivo, assim como Ribeiro (1906):

Gramática – Estudo de uma língua examinada como ‘sistema dos meios de expressão’ (Saussure, 1922,185).

Mais estritamente é o estudo dos morfemas (v. morfema), ou MORFOLOGIA e dos processos de estruturação do sintagma (v.). Pode-se acrescentar o estudo dos traços Jônicos e da grafia correspondente, que permitem a apreensão lingüística pela distinção acústica dos elementos enunciados, na língua oral (v. fonologia e fonêmica), e, na língua escrita, a leitura do texto (v.). Trata, portanto, a gramática: a) dos fonemas e sua combinação; b) dos morfemas e sua estruturação no vocábulo (sintagma. lexical): c) dos sintagmas dos vocábulos. Daí as suas três partes gerais, respectivamente: a) Fonologia; b) Morfologia; c) Sintaxe (v. frase).

Ao lado desta gramática propriamente dita, chamada descritiva, porque se propõe a fazer a DESCRIÇÃO da língua, há a tradicional gramática normativa. apresentação do que estabelece numa língua dada a sua

disciplina gramatical (\cdot); é neste sentido que se diz de alguém que-fala ou escreve sem gramática.

Finalmente, nos estudos de diacronia lingüística (v.) chama-se gramática histórica à apresentação metódica da história interna (l.) de uma língua; isto foi feito, pela primeira vez para o português, pelo professor suíço Jules Cornu (Cornu, 1888). Ainda no estudo diacrônico há a gramática comparativa, quando se aplica metodicamente o comparatismo (v.) a uma família lingüística (v.) restrita ou lata. A língua portuguesa entra na gramática comparativa das línguas românicas (família restrita) e na gramática comparativa das línguas indo-européias (família lata).

E retoma uma nota dedicada à Linguística (Ibidem, p.197-8):

Lingüística- O estudo da linguagem humana (v.), mas considerada na base de sua manifestação como língua (v.). Trata-se de uma ciência desinteressada, que observa e interpreta os fenômenos lingüísticos- a) numa dada língua, b) numa família ou bloco de línguas, c) nas línguas em geral, para deprender os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da faculdade da linguagem entre os homens.

(...)

A lingüística é uma ciência antropológica, referente ao homem e à sua cultura (v.), como a sociologia, a antropologia cultural e a psicologia coletiva; mas também assenta em dados das ciências biofísicas, ou da Natureza, como a biologia, a física acústica, porque a língua decorre da enunciação vocal, biologicamente articulada pelo aparelho fonador e apreendida pelo aparelho auditivo.

Mattoso Câmara (2011) trata a Linguística como sendo uma ciência recente, que data do século XIX, e a define como um estudo científico e desinteressado dos fenômenos lingüísticos. A princípio, a Linguística concentrava-se nos fenômenos de mudança lingüística através do tempo(diacronia). Hoje, distingue-se ao lado do estudo histórico (*lingüística diacrônica*), o estudo descritivo (*lingüística sincrônica*), pois a língua sendo uma realidade social se permite estar em constante mutação.

O autor ainda abre espaço em seu dicionário para o saber descritivo da língua, motivo pelo qual se assemelha muito a João Ribeiro (1906) quando se permite trabalhar com diferentes definições.

2.6 A proposta de Joaquim Mattoso Câmara Jr.

O projeto final da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) configurou um discurso sobre o sabor linguístico, permitindo um espaço de trabalho ao gramático – um silenciamento constitutivo – através do qual puderam se constituir enquanto autores. Mas, se faz importante ressaltar que a NGB funcionou a partir do Estado e não a partir da ciência.

Os trabalhos de João Ribeiro e Mattoso Câmara, que assumem uma postura frontalmente oposta à da NGB, certamente ganharam edição contínua, fazendo sentido mesmo fora do Estado. Mattoso reconhece o lugar da Linguística como tendo seu início no final do século XIX e considera esse saber enquanto ciência na medida em que vê a língua como estrutura e como sistema.

No período que antecede a NGB, as obras de natureza gramatical apresentavam divergência entre gramática e dicionários gramaticais. Mattoso Câmara e João Ribeiro mostravam suas tomadas de posição em relação aos nomes que organizavam em sua estrutura através dos Dicionários. Foi nessa conjuntura que se inseriu o primeiro anteprojeto da NGB. Embora todos os nomes viessem acompanhados de uma definição, as filiações teóricas eram bastante divergentes, e adquiriram certa uniformidade após a instauração da Nomenclatura sustentada pelo Estado. A diferença entre esse tipo de objeto (dicionário) e uma gramática estaria no fato de o primeiro não apresentar exemplos, parte essencial do discurso da gramática (AUROUX,1992).

As gramáticas em sua maioria normatizam a escrita, o que causa uma gradativa perda da oralidade, distanciando os padrões encontrados na oralidade dos exigidos pela gramática. Não há que se diga existir uma relação de submissão do gramático em relação ao linguista ou vice-versa. Essa divisão, Gramática/Linguística acaba se constituindo também pela posição assumida pelos sujeitos de seus discursos, numa trajetória diacrônica.

Mattoso Câmara (1975) elege seus autores tendo como fundamento o critério da correção descritiva. Seu discurso se situa

em relação a um certo modo de “falar da língua”, pois, no que se refere à linguagem, perde seu sentido quando se leva em conta o erro ou o acerto de uma descrição e não seu modo de fazê-lo. Para o autor, não se trata de fazer ressalvas à descrição de uma língua, apenas compreendê-la enquanto estrutura.

Baldini (2005, p.78) afirma que Mattoso não é um homem tradicionalista no sentido pejorativo da palavra. Mas um homem que sabe que a língua carrega as marcas de sua história, e que é inútil, com nomes, tentar mudar os percursos de uma língua no mundo. E sabe ainda mais: que é hora de assinar, ele também seu nome.

Para uma análise acerca da contribuição de Mattoso Câmara (2011) para o estudo da Linguística no Brasil, tomemos a seção do prefácio editado no Dicionário do autor, onde é possível observar as relações do sujeito que produz o dicionário e o processo de disciplinarização/sistematização dessa ciência.

Conforme segue, analisamos alguns fragmentos do prefácio do Dicionário de Linguística e Gramática, de Mattoso Câmara (2011), publicado anterior à NGB.

SD 1 - o interesse básico do Centro de Pesquisas da Casa Rui Barbosa tem de ser, na Seção de Língua, o estudo da Língua Portuguesa, que, ao lado da ciência do Direito, o grande patrono da Casa tanto cultivou na sua vida exemplar de intelectual. (Ibidem, p.32)

Estamos diante de um sujeito na língua que habita em nós, que compreende a linguagem e faz bom uso dela. No Dicionário de Fatos Gramaticais (1956), primeira edição, Mattoso explica a língua enquanto fato e a mudança de perspectiva de norma, enquanto dado.

SD 2 – Não há arte normativa sem a base do conhecimento científico da interpretação desinteressada, quer se trate de uma ciência da natureza, quer de uma ciência do homem. É por não atentar nessa verdade que a nossa gramática escolar, mesmo depois de adereçar-se como o eruditismo da Filologia, patinha em regras estereis, falazes e contraditórias, e perturba,

muito mais do que rege, o uso eficiente da língua falada e escrita. (Ibidem, p.34)

Nesse fragmento Mattoso (1956) advoga a favor da importância da ciência nas áreas do saber, sustentando a ideia de que a Linguística é o caminho para que filólogos e gramáticos alcancem a qualidade de língua desejada, tão estabilizada pela normatização.

SD 3 – Finalmente, são também, de certo modo, atos gramaticais os próprios sistemas linguísticos como entidade social, conceituando-se em falar dialeto, gíria, língua e etc., ou consubstanciando-se, geograficamente distribuídos, em meios coletivos de comunicação, que são as línguas e os blocos de línguas particulares, como o português, o latim, o indo-europeu. (Ibidem, p.35)

Nesse ponto, Mattoso Câmara (1956) enfatiza a definição de “fatos gramaticais”, onde é possível identificar discursos que se relacionam com o que é normativo, mas não se reconhecem assim o tempo todo, também objeto de estudo da Linguística. Faz uma análise do movimento sobre o saber gramatical/normativo em direção a um saber propriamente linguístico.

SD 4 - Em outros termos, um fato gramatical figurou tanto por existir direta como indiretamente em português. 5. O Dicionário de Fatos Gramaticais, composto nestes moldes, com o fim de fazer compreender a nossa língua em sua estrutura, em seu funcionamento espontâneo e em sua história, destina-se a preencher uma lacuna da nossa bibliografia filológica. (Ibidem, p.37)

No segmento acima, o autor justifica os modos de dizer do Dicionário, não desvinculado das abordagens em termos de gramática e filologia feitas antes, mas com uma proposta de construir novos olhares para quem estava estudando a Linguística Moderna.

Em Ribeiro, teríamos:

Fato: Uso da língua pelos “doutos”



Sistematização e generalização desse Fa



Regras

Em Mattoso, podemos dizer que o deslocamento se dá da seguinte maneira:

Fato: A língua



Compreensão do F



Regras

Como bem define Baldini (2005, p.76), Mattoso Câmara era *um linguista na terra da gramática*. Seu Dicionário passa pela seguinte trajetória: Mattoso publica, pela primeira vez, o Dicionário de fatos gramaticais (1956), e faz frente à discussão sobre terminologia colocando-se fora dela.

Em segunda edição 1963, o título é alterado para *Dicionário de Filologia e Gramática*, tanto o título como a estrutura sofreram a pressão de um léxico de Nomenclatura.

Em 1968, em sua terceira edição, há uma correção de erros tipográficos e de “certos detalhes de redação e doutrina”. Até a sexta edição não haverá mais alterações e sua sétima edição é publicada postumamente.

Em 1977, sétima edição, o título do dicionário é alterado novamente, passando a chamar *Dicionário de Linguística e Gramática*.

Não foi a esmo que o Dicionário de Mattoso Câmara exista até os dias atuais, alterando e adaptando suas edições aos anseios e perspectivas da Linguística e da Gramática. Uma movimentação de sentidos nos direciona a pensar que para falar é necessário repetir, mas nesse processo construir a mudança – construir seu lugar de sujeito.

2.7 A gramática pós NGB

A NGB estabeleceu uma modificação fundamental na maneira como o gramático se afirmava enquanto autor. Sua função firmou-se em fixar as normas, criando um distanciamento entre a Gramática e a Linguística que já caminhava como ciência naquela época.

À NGB atribuiu-se um estatuto diferenciado de todas as obras anteriores, se filiada a dicionários por não apresentar definições múltiplas, longe deles por não apresentar definição alguma. Costuma-se dizer que a NGB é apenas “um esqueleto contendo aquilo de que deve tratar uma gramática”.

Podemos dizer que no intuito de uma Constituição consolidada do Estado brasileiro, por meio de políticas – também linguísticas – instituiu-se a NGB, cujo objetivo de padronizar a gramática consolidou-se de maneira bastante eficaz.

É claro que as gramáticas não são todas iguais, mas o modelo sugerido pela NGB foi seguido de maneira predominante. Haja vista Rocha Lima(1959) que tem sua gramática reeditada até os dias atuais por estar inteiramente baseada nela, divergindo-se da gramática de Eduardo Carlos Pereira - com maior número de edições até a NGB - que após a sua morte vai desaparecendo gradativamente por não se adequar à nova nomenclatura gramatical.

A partir da NGB o gramático passa a desempenhar um papel diferente como autor, passa a ser aquele que comenta a nomenclatura, que discorre sobre ela: as gramáticas definem, exemplificam, interpretam e explicam a NGB.

No período imediatamente após a NGB já observamos traços de modificação da função-autor das gramáticas:

Nomenclatura Gramatical Brasileira. Texto comentado por Antenor Nascentes. 1959.

Gramática Metódica da Língua Portuguesa- de acordo com a NGB. Napoleão Mendes de Almeida. 1960.

Moderna Gramática Portuguesa- com base na NGB. Evanildo Bechara. 1960.

Pequena gramática para explicação da NGB. Adriano da Gama Kury. 1961.

Nas gramáticas atuais, a referência à NGB é quase nenhuma, não obstante ela seja seguida do início ao fim. No entanto, houve posicionamentos diferentes frente à sua oficialização, atribuindo a ela a função de simplificar e uniformizar a língua, uma das normas

preliminares de trabalho, por exemplo, era a “exatidão científica do termo”. Muitas foram as restrições a ela, conforme o exposto no comentário de Foucault (apud Baldini, 1999, p.85):

(...) são notas de rodapé, quadros no canto da página, apêndices; tudo que a NGB não prevê, só pode aparecer de forma marginal, e contanto que a própria NGB, enquanto texto, seja realizada primordialmente.

Nesse contexto, entendemos que o que não está na NGB é marginalizado pela gramática.

É mister dizer que as gramáticas desempenham um papel fundamental na ampliação do saber linguístico e conseqüentemente na construção da identidade nacional. Com a oficialização da Nomenclatura, Linguística e Gramática adquiriram maior nitidez em suas fronteiras, porém essa espessura mostra ainda uma certa absorção do discurso da Linguística pelo discurso da Gramática.

A uniformização que a NGB impôs à língua não permitiu que os avanços dos estudos linguísticos permeassem o saber gramatical. Algumas gramáticas até assumiram “moderadamente” as inovações linguísticas, porém sem que se alterasse o quadro de categorias previsto na NGB.

Considerando as proposições apresentadas acerca da classificação das palavras dispostas pela NGB, organizamos em quadros, aquelas que, como Mattoso Câmara afirma, são vocábulos (o mais das vezes formas dependentes), cuja função essencial é relacionar uns com os outros, ou entre si, [...] podem se chamar, portanto, os vocábulos conectivos. (CÂMARA, 1982, p.78-79)

O quadro abaixo apresenta a classificação dos vocábulos (conjunções e preposições), a partir da utilização dos critérios formal e funcional, nos quais o formal diz respeito à estrutura mórfica e o funcional relaciona-se com a função exercida no sintagma.

Ver quadro abaixo:

Definições de Preposições		
Gramáticos	Critérios	
	Formal	Funcional
Cegalla (1997, p.250)	“Palavra invariável...	...que liga um termo dependente a um termo principal, estabelecendo uma relação entre elas.”
Bechara (2009, p.268)	“uma unidade linguística desprovida de independência, átona...	índice da função gramatical de termo que ela introduz.”

Quadro 2: Utilização dos critérios na definição de preposição

Definições de Conjunções		
Gramáticos	Critérios	
	Formal	Funcional
Cegalla (1997,p.250)	“Palavra invariável...	que liga orações ou palavras da mesma oração”.
Bechara (2009, p.268)	“Conector transpositor e	reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático, e transpõe oração degradada ou subordinada ao nível de equivalência de um substantivo”.

Quadro 3: Utilização dos critérios na definição de conjunção

Observamos que os critérios utilizados nos quadros acima se atêm à forma e função dos vocábulos. No entanto, em Bechara (2009), já constatamos marcas de modificação da função-autor das gramáticas.

A Linguística e a Gramática são dois campos que estão e estarão sempre em comunicação, impossível, então, que a Linguística

possa enriquecer o trabalho da gramática sem alterá-lo em sua estrutura.

O que não se pode é confundir o papel dos gramáticos e dos linguistas, mas também não se pode deixar de haver diálogo entre eles. Para Bechara (1985), “a Linguística é o pelourinho da Gramática, sem enriquecê-la com sucedâneos”.

A entrada do Estado no processo de normatização da língua, cerceia a unidade do discurso das gramáticas, passando a dar uniformidade a elas. As gramáticas anteriores à NGB, ditas não normativas, exerciam a função de normatizar a análise da escrita, quando o Estado passa a atuar como instrumento político-pedagógico e a escrita passa a ser estabelecida como padrão. O que interessa agora não é a língua em si, mas a língua enquanto elemento de uma identidade nacional.

Embora se negue, a Gramática é tida como instrumento que mantém o discurso autoritário, e, enquanto instrumento de uma sociedade, estabelece a dicotomia entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem a língua. É o Estado burguês que reconhece as diferenças: alfabetizados x não alfabetizados; civilizados x selvagens.

O que se pensou foi em apagar as diferenças, proporcionando elegeer nomes mais simples, mais claros, mais exatos e mais científicos. Um trabalho intenso, interpretativo e regulador que culminaria em decidir quais nomes cairiam melhor, quais permaneceriam e o que significariam.

Seja qual for a interpretação dada ao estudo da NGB, ela culmina nas seguintes conclusões:

- . A NGB institui uma modificação fundamental no modo em que o gramático pode afirmar-se enquanto autor;
- . A NGB fixa a normatividade enquanto padrão de ensino, por isso desvincula-se da Linguística;
- . A NGB é um processo que não está e nunca estará acabado.

No entanto, mesmo após a aprovação e implantação da NGB foi preciso um trabalho intenso, interpretativo para que se fixassem

os sentidos dos nomes impostos aos gramáticos, que diante desse elenco de nomes, faziam seus recortes e adaptações para constituírem suas tomadas de posição. Destarte, não eram os gramáticos que falavam através da NGB, mas ela que falava através dos gramáticos.

A NGB buscou a uniformidade, a estabilização do discurso gramatical. Ela resiste à história na medida em que intenciona manter as referências garantidas. Não muda os nomes, não inclui novos conceitos e dessa forma se mantém até hoje.

3. CONCEITOS DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

A Linguística Textual como ciência da estrutura e funcionamento dos textos iniciou-se na Europa, especialmente na Alemanha, na década de 60 e “tem como principal interesse o estudo dos processos de produção, recepção e interpretação dos textos, a partir da reintegração do sujeito e da situação de comunicação em seu escopo teórico” (Mussalim & Bentes, 2001,p.16). Trata-se do ramo da Linguística que se estabelece como uma disciplina que propõe discussões para a questão da construção dos sentidos no texto, não instituindo regras categóricas, contudo permitindo que se explore limites além do nível linguístico.

As causas do desenvolvimento da Linguística Textual são, dentre outras, as falhas das gramáticas da frase no tratamento de fenômenos como a ordem das palavras no enunciado, a entoação, as relações de sentenças não ligadas, entre outros; fenômenos esses que só podem ser explicados em termos de texto ou em referência a um contexto situacional.

O trajeto da Linguística Textual divide-se em três fases delimitadas e diferenciadas pela concepção de texto adotada em cada uma. O primeiro momento de construção dessa área da Linguística foi conhecido como *análise transfrástica*, e seus estudos pretendiam avançar o nível da frase, a partir da descrição de fenômenos sintáticos e semânticos verificados entre enunciados (ou sequências de enunciados) (cf. Koch & Travaglia,1993). Tratava-se da “ampliação de classificações já existentes dos tipos de relações passíveis de serem estabelecidas, entre as orações, por meio de determinados conectivos” (Bentes, 2001, p.248). O texto era considerado uma estrutura acabada e pronta, com ênfase no aspecto material e formal.

O conhecimento intuitivo do falante foi levado em consideração a partir de indagações sobre sequências de enunciados que se apresentavam sem a presença de conectores.

Esse foi um dos “motivos para a construção *de* outra linha de pesquisa que não considerasse o texto apenas como uma simples soma ou lista dos significados das frases que o constituem” (idem, p. 249). A segunda fase da Linguística Textual foi chamada de *gramática do texto*, pois seu objetivo era descrever uma gramática considerada “um sistema finito de regras, comum a todos os usuários da língua, que lhes permitiria dizer, de forma coincidente, se uma sequência linguística é ou não um texto, é ou não um texto bem formado” (Ibidem, p.251). O texto enquanto unidade teórica formalmente construída, era considerado uma sequência linguística coerente em si e as sequências não coerentes (em si) eram chamadas *não texto*. A tentativa de descrever uma competência textual do falante não foi produtiva, mas “significou um deslocamento da questão: em vez de dispensarem um tratamento formal e exaustivo do objeto “texto”, os estudiosos começaram a elaborar uma **teoria do texto**, que (...) propõe-se a investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso” (ibidem, p.252).

O terceiro momento, denominado *teoria ou linguística de texto*, estabeleceu-se a partir da década de 80 com o intuito de *permitir representar* “os processos e mecanismos de tratamento dos dados textuais” (Koch & Travaglia, 1993, p.58). O texto é considerado como atividade interacional entre os interlocutores. A partir dessa concepção, começa-se a considerar o contexto de produção textual e o “texto passa a ser (...) compreendido não como um produto acabado, mas como processo, resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas” (Bentes, 2001, p.246-247). Não se fala mais de texto/não texto, mas sim de condições de textualidade (ou princípios de textualização), a saber: “coesão, coerência, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade” (cf. Beaugrande & Dressler, 1981; Koch & Travaglia, 1993; Costa Val, 1994), as quais não se encontram mais apenas na realidade linguística.

Koch (2002,p.151) reforça que a partir da década de 90 estes estudos proporcionaram uma abordagem cognitiva do texto com mais força:

(...) a partir desse momento, com o desenvolvimento cada vez maior das investigações na área da cognição, as questões relativas ao processamento do texto, em termos de produção e compreensão, às formas de representação do conhecimento na memória, à ativação de tais sistemas de conhecimento por ocasião do processamento, às estratégias sociocognitivas e interacionais nele envolvidas, entre muitas outras, passaram a ocupar o centro dos interesses de diversos estudiosos do campo.

Ainda segundo a autora (2002), uma abordagem interacional e sociocognitiva da Linguística Textual direciona-se no sentido de “pensar o texto como lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, como um evento, portanto, em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais (...), ações por meio das quais se constroem interativamente os objetos-de-discurso e as múltiplas propostas de sentidos, como funções de escolhas operadas pelos co-enunciadores entre as inumeráveis possibilidades de organização textual que cada língua oferece” (Ibidem,p.152).

Tal abordagem em que se situam os estudos atuais do texto estabelece um caráter multidisciplinar a esse campo de estudo e permite que se pense a Linguística Textual “como parte integrante não só da Ciência da Linguagem, mas das demais ciências que têm como sujeito central o ser humano” (Ibidem,p.157). O diálogo com diversas áreas do conhecimento, não somente ligadas às Ciências Humanas, atribuem à Linguística Textual o caráter de ciência integrativa, como aponta Koch a respeito *do diálogo com a Filosofia da Linguagem, a Psicologia cognitiva e social, a Sociologia Interpretativa, a Antropologia, a Teoria da Comunicação, a Literatura, a Etnometodologia, a Etnografia da fala e, mais recentemente, com a Neurologia, a Neuropsicologia, as Ciências da Cognição, a Ciência da Computação e, por fim, como a Teoria da Evolução cultural* (Ibidem, p.157).

Bechara (apud KOCH, 2006, p.7) argumenta o número significativo de disciplinas que se relacionam com a Linguística Textual, provando seu caráter transdisciplinar, tão importante a uma disciplina que tem o texto como seu objeto de estudo.

Daí a L. T. receber subsídios da pragmática conversacional, da teoria da conversação, da teoria da enunciação, da teoria dos atos da fala, da linguística cognitiva, da psicologia da atividade, da filosofia da linguagem, entre outras contribuições que lhe vão dando feição tão particular hoje, que a gramática funcional e a gramática formal já não lhe atendem amplamente as necessidades e objetivos.

Mais recentemente, Jean Michael Adam (2008,p.23-24), grande teórico da Linguística textual, chama a atenção para o pioneirismo de Eugênio Coseriu e coloca a L.T. como parte da análise do discurso, o que chamamos de *análise textual dos discursos*.

Eugênio Coseriu, que parece ter sido um dos primeiros, desde os anos 1950, a usar o termo “linguística textual”, propõe, com muita razão, em seus últimos trabalhos, distinguir a “gramática transfrasal” da “linguística textual” (1994). Se a primeira pode ser considerada como uma extensão da linguística clássica, a linguística textual é, em contrapartida, uma teoria da produção co(n) textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos. É esse procedimento que me proponho desenvolver e designar como análise textual dos discursos. (...)

As páginas a seguir inscrevem-se na perspectiva de um posicionamento teórico e metodológico que, com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias, situa decididamente a linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso.

Destarte, a Linguística textual assume uma postura não mais explicitamente gramatical, mas também pragmática discursiva. A análise da linguagem sob a ótica da Linguística Textual constitui tanto aspectos linguísticos (sintáticos-semânticos), quanto extralinguísticos (relações entre o texto e os elementos que o circundam): falante, ouvinte e situação.

Não obstante, a linguística textual e a análise do discurso tenham origens diferentes, nada impede que pensemos a

Linguística Textual como uma análise de textos constituídos de efeitos discursivos, pois a L.T. concentra-se no produtor, no receptor e no contexto.

Assim, ao diferenciarmos discurso (processo) e texto (produto), notaremos que o texto é o produto do discurso.

3.1 Texto e discurso

3.1.1 O texto

Para a elaboração de um texto (oral ou escrito) é essencial que o autor domine os recursos textuais necessários para estabelecer as relações de sentido entre as ideias que pretende expor.

Para entender essa ideia, pensemos, por exemplo, na construção de uma casa: as paredes são essenciais para sua sustentação. No texto, as ideias, informações e argumentos se equivalem aos tijolos, que, colocados lado a lado, permitem que as paredes da casa sejam erguidas.

Da mesma forma que não construímos uma casa colocando apenas tijolos, uma produção textual também não é elaborada pela simples disposição linear de ideias, precisamos de elementos que estabeleçam uma ligação entre eles.

Essa “argamassa textual” se define em níveis diferentes: um sob o aspecto da significação, o outro sob o aspecto formal, linguístico. Este, alcançado pela escolha de palavras cuja função é justamente a de estabelecer referências e relações, articulando entre si as várias partes do texto, aquele por reunir ideias, informações e argumentos compatíveis entre si, a fim de construir um texto claro e coerente.

Essa ligação textual obtida através de elementos linguísticos específicos, chamamos de **coesão textual**, e à articulação textual, ocorrida no campo das ideias e conceitos, chamamos de **coerência textual**.

Um texto bem construído é, naturalmente, bem interpretado e vai apresentar o que Beaugrande & Dressler (1981) chamam de

textualidade – característica que compõe um texto e não uma sequência de frases e palavras desconexas.

Quando se produz um texto, tem-se a impressão de ser claro o suficiente para transmitir o sentido desejado ao interlocutor, que por sua vez, também se esforça para compreender a mensagem, porém falhas no processo comunicativo podem impedir que a mensagem seja alcançada. Falhas no sentido que se pretendia dar ao enunciado por parte do produtor, ausência de conhecimentos sobre o vocabulário ou informações sobre a realidade por parte do receptor, e assim o impedimento em atingir o sentido pretendido.

Em princípio, não existem textos coerentes e coesos em si mesmos. O contexto discursivo é o fator diretamente relacionado à textualidade. Um texto pode ser adequado e bem estruturado em determinada situação e completamente inadequado e incoerente em outra. Coerência e coesão são fatores da textualidade regulados pelo contexto discursivo.

Para os autores, sete são os fatores responsáveis pela construção da textualidade: a **coerência** e a **coesão**, que se relacionam com o material conceitual e linguístico do texto, a **intencionalidade**, a **informatividade**, a **aceitabilidade**, a **situacionalidade**, a **informatividade** e a **intertextualidade**, que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo.

Quadro abaixo:

FATORES LINGUÍSTICOS	FATORES EXTRALINGUÍSTICOS
Coesão	Intencionalidade
Coerência	Aceitabilidade
Intertextualidade	Informatividade
	Situacionalidade

Quadro 4: Aspectos responsáveis pela textualidade.

A *Textualidade* é a responsável por um texto apresentar uma unidade de frases lógicas e interligadas. Isso significa que um texto, como unidade de sentido, não é apenas o resultado da soma de suas partes. Um texto pressupõe uma organização interna específica,

como, por exemplo, a sequência das partes e a relação existente entre as ideias e entre as palavras.

A noção de texto na teoria textual envolve aspectos escritos e orais. Para a construção de um texto é necessária a junção de vários fatores que dizem respeito tanto aos aspectos formais, como as relações sintático-semânticas, quanto às relações entre o texto e os elementos que o circundam: falante, ouvinte, situação (pragmática).

Podemos definir texto ou discurso como uma ocorrência linguística falada ou escrita, dotada de unidade sócio comunicativa, semântica e formal, Costa Val (1994). Ainda segundo a autora (Idem, p.55):

Um texto é uma unidade de linguagem em uso, cumprindo uma função identificável num dado jugo da ação sociocomunicativa. (...) São elementos desse processo as peculiaridades de cada ato comunicativo, tais como: as intenções do produtor, o jogo de imagens mentais que cada um dos interlocutores faz de si, do outro e do outro com relação a si mesmo e ao tema do discurso (...). Desse modo, o que é pertinente numa situação, pode não ser em outra. O contexto sócio cultural em que se insere o discurso também constitui elemento condicionante de seu sentido, na produção e na recepção. Na medida em que delimita os elementos compartilhados pelos interlocutores (...).

A segunda prioridade básica do texto é o fato de ele constituir uma unidade semântica. Uma ocorrência linguística, para ser texto, precisa ser percebida pelo receptor como um todo significativo.

Faz-se necessário ressaltar que um texto/discurso é um todo, um conjunto sistemicamente estruturado das relações de sentido.

Azevedo (2006, p.20) afirma que:

não é a quantidade de enunciados, mas a forma como se relacionam que faz de um discurso uma realização linguística de nível complexo, uma organização semanticamente sistêmica, quer pela intrincada rede de relações que a configura, quer pela unidade que essa rede lhe confere.

Ducrot (1987) afirma em seus textos que o discurso é uma unidade linguística de nível complexo. Para que se possa ler de

forma proficiente é necessário compreender. Marcuschi (2004), afirma que compreender um texto

não é memorizar, pois tal como a memorização não garante a compreensão também a compreensão não garante a memorização [...] compreender é perceber relevâncias e estabelecer relações entre várias coisas [...] é um processo complexo que envolve percepção de elementos visuais, seleção de saliências textuais, predição de hipóteses.

Compreender um texto é atribuir sentidos, construir significados. Para sua compreensão, é mister que se leve em consideração os conhecimentos prévios do leitor, bem como o contexto em que se produziu o texto

Sendo um texto, mais que a soma dos enunciados que o compõem, sua produção e compreensão derivam de uma competência expressiva do falante: *competência textual*.

A Competência Textual, característica atribuída ao falante/produtor e que o faz sujeito do texto e não um mero repetidor de ideias, permite aos usuários que se estabeleça a diferença entre um texto dotado de sentido pleno e um amontoado de palavras ou frases desconexas. Outras atribuições a essa competência são a capacidade de resumir ou parafrasear um texto, perceber se ele está completo ou incompleto, produzir outros textos a partir dele, diferenciar as partes constitutivas do mesmo e estabelecer as relações entre essas partes.

As gramáticas textuais, pela primeira vez, propuseram o texto como o objeto central da Linguística e, assim, procuraram estabelecer um sistema de regras finito e recorrente, partilhado (internalizado) por todos os usuários de uma língua. Esse sistema de regras habilitaria os usuários a identificar se uma dada sequência de frases constitui (ou não) um texto e se esse texto é bem formado (MARCUSCHI, 1995).

Determinar o que é um texto não é tarefa fácil, o que faz um texto ser considerado como tal é o fenômeno da textualidade. Sob o ponto de vista sociointeracionista, assim define Koch (2006, p.30):

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

O texto é um intertexto, ele se comunica com outro de uma maneira direta ou indireta, é considerado um produto não acabado. O texto se revela quando faz sentido para o leitor, e essa comunicação é que possibilita esse sentido do texto.

Não somente os elementos linguísticos compõem um texto, mas também a relação desse texto com outros textos (BAKHTIN,2006), tornando a construção textual um processo que tem sua compreensão/interpretação ligada a conhecimentos intertextuais e interdiscursivos juntos aos elementos lexicais e que constroem a semântica textual.

Citando Barthes (1974, p.22):

O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis.

Todo texto é um objeto heterogêneo, motivo pelo qual Beaugrande & Dressler (1981) apontam a intertextualidade como um dos critérios de textualidade. Para esses autores, a intertextualidade se configura nos modos como a produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha de outros textos.

A Linguística Textual e a Análise do Discurso, ora colocadas em situação de oposição, ora confundidas, estabelecem um diálogo no qual uma é responsável pela organização textual e a outra pelo entendimento de que esta organização está inserida em um contexto discursivo.

3.1.2 O discurso

A língua não se desenvolve sozinha, a necessidade de comunicar explica a variação que nela transcorre ao longo do seu uso. O desenvolvimento da língua se atém a vários fatores: político, econômico, social e cultural.

Nessa construção encontra-se o discurso, uma atividade praticada pelo falante que envolve a comunicação em uma determinada circunstância. O discurso é a língua atualizada num dado momento, seja na fala ou na escrita. É perceptível, que ao construir seu discurso, o falante utilize vocábulos que em sua estrutura lexical sejam divergentes da função que desempenham naquele momento.

Assim, seria possível afirmar, conforme Pêcheux (1938-1983(1990)), que o discurso é, antes de tudo, efeito de sentido entre os interlocutores, os quais representam lugares determinados na estrutura da formação social.

Sendo o discurso o efeito de sentido, faz-se importante ressaltar que na construção da linguagem a exterioridade é constitutiva, ou seja, vários fatores devem ser observados: sujeito, situação, intenção, receptor. E é isso que leva Pêcheux a discutir a questão da leitura e do efeito-leitor como constitutivo da subjetividade.

Nessa perspectiva, o *discurso* constitui-se, então, da prática de comunicação linguística oral ou escrita, sendo um acontecimento que envolve, numa determinada situação um enunciador e um ou mais destinatários.

Na acepção de Bakhtin (2006), a linguagem é uma forma de interação social entre indivíduos socialmente organizados, e é nessa perspectiva que ele concebe a língua como um fato social concreto, individualmente manifestado pelo falante e que se constitui um fenômeno social de interação verbal.

Nessa forma de interação, a linguagem constitui a relação do linguístico com o extralinguístico e instaura o discurso. O sentido do discurso é construído no momento das relações interdiscursivas

a partir de cadeias textuais que precedem o momento da interação enunciativa. Não existe sentido em si, embora haja a intencionalidade, o sentido vai se construindo na medida em que se constrói o próprio discurso.

O trabalho discursivo é uma ação de fechamento de sentidos. Nessa construção, o locutor não só precisa mobilizar o sentido das palavras e suas regras de combinação, como também construir um sentido a partir de sua intenção, pois é a partir da sua intencionalidade que o locutor significa o mundo para o receptor.

Assim, nesse momento se constrói o sentido do discurso em detrimento do sentido de língua, pois o receptor passa a buscar o sentido *social das palavras* (sentido de discurso) e não apenas o *significado delas* (sentido de língua).

Monnerat (2012, p.20-23), assim define o sentido de discurso e língua:

O sentido de língua refere-se ao mundo de maneira transparente, resultando de um processo semântico-cognitivo de ordem categorial que consiste em atribuir às palavras traços distintivos, caracterizando-as. Assim, mobilizando o sentido das palavras, o locutor constrói um sentido que poderemos denominar de literal ou explícito, um sentido de língua, que se mede segundo critérios de coesão.

Já o sentido de discurso deve corresponder à intencionalidade do locutor, permitindo-lhe passar do sentido das palavras ao sentido de seu discurso. Para isso, ele deve seguir um processo semântico-cognitivo que consiste em relacionar as palavras e sequências portadoras de sentidos de língua a outras palavras e sequências que se acham registradas na memória do receptor. Trata-se de um processo de ordem inferencial que produz deslizamentos de sentido. Assim, por meio dessa atividade, frequentemente chamada intertextualidade, o sujeito comunicante constrói um sentido que poderemos chamar de indireto ou implícito, um sentido de discurso, que se mede segundo critérios de coerência.

A aceção do discurso, gerado a partir de uma situação comunicativa, depende do nosso conhecimento de mundo, de nossa cultura e de conclusões que fazemos sobre o que já foi dito – a *interpretação*. Essa difere do nível da *compreensão* quando

articulamos o significante que estamos ouvindo ou lendo num sentido literal.

A dificuldade de passar do plano da compreensão para o plano da interpretação impede a percepção do significado pleno do texto.

Dessa forma, estabelece-se um vínculo para a relação entre sentido de língua e processo da compreensão, e o sentido discurso e o processo da interpretação.

Analisar o discurso significa querer saber mais, conhecer o processo ideológico na construção do texto. A noção básica que se tem do discurso é que esse é sinônimo de mensagem, informação, pronúncia de palavras combinadas em frases. No entanto, o que o discurso nos apresenta é o sentido produzido pelo sujeito ao elaborar seu discurso, as suas intenções e a maneira como é recebido por quem ouve ou lê suas palavras.

Por isso Pêcheux (1969, p.82) define discurso como “[...] efeito de sentidos entre interlocutores”, lugar de contato entre a ideologia e a língua, sendo a materialidade da ideologia o discurso e a materialidade do discurso a língua (Basséggio, 2008).

O discurso não é uma construção individual, mas social, que para ser analisado é necessário que se considere suas condições de produção: contexto histórico-social, uma vez que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, atrelada à dos seus autores e à sociedade em que vivem. O discurso configura uma prática social de produção de texto. Nas palavras de Orlandi (2005, p.15) “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” A língua não é algo pronto, à disposição dos falantes, sua posição frente aos conceitos fixos, imutáveis, deve ser distinta.

Nesse contexto, cabe-nos abordar a *leitura* enquanto processo discursivo: “[...] a leitura é o momento crítico da produção da unidade textual, da sua realidade significante. É nesse momento que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao fazê-lo, desencadeiam o processo de significação do texto” (ORLANDI, 1988, p.10).

Fazer uma análise da leitura dentro dessa perspectiva é ter a compreensão do funcionamento da língua para a produção de sentido. Funcionamento esse que não está nas palavras nem nos textos, mas na relação com a exterioridade e nas suas condições de produção, nos aspectos extralinguísticos.

A leitura pode ser vista sob dois enfoques: decodificação e interação. Esse, levando em conta a existência do sujeito-autor e sujeito-leitor, a construção de sentidos, o outro, a descoberta de sentidos, levando-se em conta o estruturalismo que vê a língua e o texto como uma estrutura, um todo passível de ser desmembrado em unidades menores.

Deste modo, quando analisamos o discurso e a Linguística Textual, encontramos uma divergência conceitual. As categorias da L.T. que permitem a organização textual, ou seja, a constituição do sentido instaurado, difere da análise do discurso que explica o motivo de um sentido ter sido preferível a outro no momento da interação.

Nesse contexto, entendemos que fala e escrita constituem duas modalidades de uso da língua. Ambas possuem características próprias, não obstante se utilizem do mesmo sistema linguístico. Na esteira de Marcuschi (1995, p.13), “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de conjunto tipológico das práticas sociais e não na relação dicotômica de dois polos opostos”.

Para Halliday (1985 apud Koch,2016), enquanto o texto escrito possui maior densidade lexical, o texto falado, ao contrário do que se costuma afirmar possui maior complexidade sintática. Desta forma, fala e escrita apresentam tipos de complexidade diferente. No entanto, em situações de interação face a face, o locutor que, em dado momento, detém a palavra não é o único responsável pela produção do seu discurso: trata-se, como bem mostra Marcuschi (1986), de uma atividade de coprodução discursiva, visto que os interlocutores estão justamente empenhados na produção do texto.

Logo, o discurso não é absolutamente confuso ou desordenado, ao contrário, possui uma estruturação que lhe é

peculiar, estabelecidas pelas circunstâncias sociocognitivas de sua produção e a partir daí que deve ser analisado.

Por meio do discurso produzem-se os textos, o texto é aqui entendido como produto do discurso. Esse posicionamento acerca do conceito de texto permite-nos chamar o texto de “*construção discursiva*”, pois todo texto se materializa no discurso. Vários elementos constituem a construção textual: locuções, mecanismos coesivos, expressões idiomáticas, palavras, orações, frases, parágrafos. E a junção desses elementos na construção do texto é que dá a tessitura necessária no desenvolvimento discursivo-textual.

3.2 Fatores da textualidade

O texto, escrito ou oral, se constitui uma unidade linguística comunicativa básica, onde o que as pessoas têm a dizer umas às outras não são palavras nem frases isoladas, são textos. O discurso não acontece no vazio, deve-se levar em conta a situação e as condições de produção. Em sua produção e recepção têm papel decisivo uma série de elementos pragmáticos que contribuem para a construção de seu sentido.

Configuram elementos desse processo as intenções do produtor, as imagens que são feitas de si e do outro, a perceptibilidade, enfim o que é apropriado numa situação pode não ser em outra.

Outro elemento determinante na construção do texto é o fato de ele constituir uma unidade semântica, e para tal são necessários fatores que dizem respeito tanto aos aspectos formais, como as relações sintático-semânticas, quanto às relações entre o texto e os elementos que o circundam: falante, ouvinte, situação (pragmática). Destarte, uma ocorrência linguística para ser texto precisa ser percebida pelo receptor como um todo significativo (Costa Val, 1994).

São três os aspectos que possibilitam a compreensão de um texto:

- a) O pragmático, de acordo com sua atuação informacional e comunicativa;
- b) Semântico-conceitual, de que depende sua coerência;
- c) O formal, que diz respeito à sua coesão.

Ao conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto e não apenas uma sequência de frases, chamamos *textualidade*. São sete os fatores responsáveis pela textualidade de um discurso qualquer: a coerência e a coesão, que se relacionam com o material conceitual e linguístico do texto, a intencionalidade, a informatividade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade, que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo (Beaugrande & Dressler, 1991).

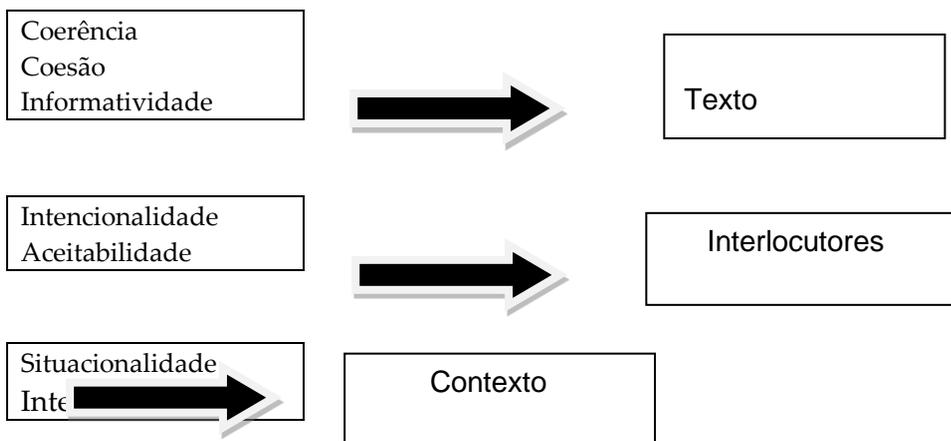
Uma questão de suma importância para quem trabalha a textualidade se insere no fato de que a textualidade para cada tipo de discurso aborda elementos diferentes: o que é qualidade em um texto argumentativo, pode não ser em uma conversa informal em um botequim, ou na construção de um poema, por exemplo.

O grau de informatividade de um receptor vai determinar seu interesse pelo texto, e novamente para Beaugrande & Dressler (1991), o ideal de um texto é se manter no nível mediano de informatividade.

Os autores atribuem outro componente à textualidade: a intertextualidade, que pertence aos fatores que fazem o aproveitamento de um texto dependente do conhecimento de outros textos. O conhecimento prévio do que “já foi dito” se faz necessário tanto na fala coloquial quanto em noticiários e pronunciamentos, em que se retomam discursos anteriores.

Assim, segundo Costa Val (1994), poder-se-ia dizer que a unidade textual se constrói, no aspecto sócio comunicativo, através dos fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade); no aspecto semântico, através da coerência; e, no aspecto formal, através da coesão.

Observemos o quadro abaixo:



Quadro 5. Fatores responsáveis pela Textualidade. (MONNERAT, 2012)

Os fatores apresentados acima inserem no macro domínio da textualidade, contudo é relevante que se estabeleçam as características de cada fator, conforme mostra o quadro abaixo.

Texto	A coerência é harmonia de sentido dos enunciados que constituem o texto
	A coesão é realizada por meio de marcas linguísticas, índices formais na estrutura de superfície da sequência linguística. Chamamos de índices formais os elementos que auxiliam na conexão entre as partes de um texto, como pronomes, advérbios, conjunções, sinônimos, antônimos etc.
	A informatividade está relacionada ao grau de previsibilidade do texto. Quanto mais previsível, menos informativo será o texto para determinado usuário, porque acrescentará poucas informações às que o receptor já tinha antes de processá-lo. TEXTO

Quadro 6. Fatores responsáveis pela textualidade centrados no texto (MONNERAT, 2012).

Interlocutores	A intencionalidade diz respeito ao trabalho do produtor em construir um texto coerente, coeso, capaz de satisfazer os objetivos que têm em mente numa determinada situação comunicativa.
	A aceitabilidade diz respeito à expectativa do sujeito interpretante de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor.

Quadro 7. Fatores responsáveis pela textualidade centrados no Interlocutor (MONNERAT, 2012).

Contexto	A situacionalidade diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre a situação de comunicação.
	A intertextualidade compreende as diversas maneiras pelas quais a produção e a recepção de um determinado texto dependem do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores.

Quadro 8. Fatores responsáveis pela textualidade centrados no contexto (MONNERAT, 2012).

3.2.1. Coerência e coesão

A coerência é responsável pelo sentido do texto, por isso é considerada fator fundamental da textualidade. Envolve não só aspectos cognitivos, mas lógicos e semânticos, pois é responsável pelo conhecimento partilhado entre os interlocutores.

Um discurso é aceito como coerente quando apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do receptor. Seu sentido é construído não só pelo produtor como também pelo receptor, que precisa deter os conhecimentos necessários à compreensão à sua interpretação. O produtor do discurso não ignora essa participação do interlocutor, mas ainda conta com ela (Costa Val, 1991).

Observar a coerência é um fator curioso, pois permite reconhecer que um texto não existe em si mesmo, é dependente da

capacidade de pressuposição e inferência do receptor, resultante de significados que sua rede de conceitos e relações estabelece, sendo construído na relação emissor-receptor-mundo.

Frequentemente ouvimos dizer que *seu texto não está coerente*; isso não é um texto, é uma desordem; suas ideias estão confusas, sem coerência. Que é afinal esse requisito indispensável à existência de um texto? Coerência é a relação que se estabelece entre as partes do texto, criando uma unidade de sentido.

A questão da coerência está relacionada aos dois conceitos de verdade com que se trabalha. O primeiro é a adequação do que foi dito à realidade, faltar com a verdade, por exemplo. O segundo é a pressuposição entre os enunciados do texto, visto que um não pode contradizer o outro: não se pode afirmar algo e contradizê-lo logo após.

Existem dois tipos de coerência:

A **coerência intratextual**, que é aquela que diz respeito à relação de compatibilidade, de não-contradição entre os enunciados do texto, como ocorre, por exemplo, quando respondemos o que nos foi perguntado, quando não negamos o que acabamos de dizer.

A **coerência extratextual**, que concerne à adequação do texto a algo que lhe é exterior.

Essa exterioridade pode ser:

- a) o conhecimento de mundo: que constitui repertório a partir do qual produzimos e entendemos os textos.
- b) os mecanismos gramaticais e semânticos da língua.

Há coerência num texto quando não há contradição de ideias, quando suas partes constituem um todo, quando ele é compatível com a situação discursiva na qual é produzido.

Assim, podemos concluir que a coerência textual é a conexão semântica de um texto. É o resultado das ideias que apontam para uma unidade de sentido.

A coesão, outro fator da textualidade, é a manifestação linguística da coerência. Advém da maneira como as relações lógico-semânticas são expressas na superfície textual. Ela se edifica

através de mecanismos gramaticais e lexicais, elementos linguísticos específicos, ficando responsável pela unidade formal do texto. Precisa ser alcançada por meio de palavras e expressões que, na nossa língua, têm como função justamente o estabelecimento de referências e relações entre grupos de palavras e expressões.

Como a coesão é responsável pela ligação dos elementos textuais, problemas na sua construção têm um efeito desarticulador sobre o texto, dificultando não apenas a sua leitura, mas também sua compreensão.

Há dois tipos de mecanismos de coesão:

- a) a retomada de termos, expressões ou frases já ditos ou sua antecipação;
- b) o encadeamento de segmentos do texto.

Os operadores não são elementos vazios que possam ser permutados um por outro, a bel-prazer de quem escreve. O uso inadequado dos conectores cria paradoxos semânticos.

A conectividade textual, promovida pela interrelação semântica entre os elementos do discurso, é uma característica comum da coerência e da coesão. Podemos dizer que a coerência refere-se ao nexos entre os conceitos e a coesão, à expressão desse nexos no plano linguístico. O nexos aqui, elemento fundamental para que uma sequência de frases seja entendida como um texto. Vejamos o exemplo a seguir:

- (1) João vai fazer o churrasco. Maria vai acompanhar as visitas.
Sandra arruma a casa. Hoje todos vão ter que ajudar.

O exemplo (1), embora não apresente marcadores sintáticos específicos que configurem sua coesão, é seguramente aceitável, tem coerência e faz sentido. O nexos entre as frases é construído no nível semântico cognitivo, não no nível gramatical.

Porém se uma sequência de frases interligadas por marcadores linguísticos não atendessem à estrutura lógico-cognitiva, não poderia ser considerada um texto.

É imprescindível a utilização dos mecanismos de coesão como fatores de eficiência do discurso, pois além de promover a progressão e continuidade do texto, esclarece estruturas semânticas que poderiam ser de difícil interpretação, sobretudo na escrita.

No exemplo abaixo, pode-se perceber o nexos claramente, mesmo não manifesto linguisticamente.

(2) A roupa secou. O dia hoje tem sol.

Em algumas situações o nexos não se torna reconhecível pelo leitor, podendo atribuir sentido diferente do que se queria transmitir, mormente não se tratando da produção oral.

(3) Carlos saiu. Antônio chegou.

(4) Se Carlos saiu, Antônio deve ter chegado.

(5) Carlos saiu, porque Antônio chegou.

(6) Carlos saiu, apesar de Antônio ter chegado.

Há diferentes situações de articulação, por isso é necessário que haja a opção por uma delas, caso contrário, não se atingirá o sentido discursivo almejado.

Em geral, o receptor dá um “crédito de coerência” ao produtor: supõe que seu discurso seja coerente e se empenha em captar essa coerência, recobrando lacunas, fazendo deduções, enfim, colocando a serviço da compreensão do texto todo o conhecimento de que ele dispõe (Charolles, 1978,p.38).

Destarte, a comunicação se confirma quando se efetiva um contrato de cooperação entre os interlocutores, de maneira que as possíveis falhas do produtor possam ser percebidas como significativas ou possam ser toleradas pelo receptor.

A coerência não depende única e exclusivamente dos componentes linguísticos do texto, tampouco a totalidade das regularidades da textualização é atendida pelas determinações linguísticas. Incluída entre as propriedades linguísticas do texto, a

coerência ultrapassa o componente verbal, incluindo ali elementos cognitivos e fatores situacionais.

Logo, entendemos que a textualidade – característica inerente a um texto bem construído – se constitui de uma dupla estrutura: a linguística e a extralinguística. Estruturas essas, determinantes e imprescindíveis para a articulação das ideias no texto. E embora se admita o condicionamento de fatores situacionais para a determinação da coerência no texto, não menos importante é a pertinência de seu material linguístico.

Assim, é crucial que se atente para a não menor relevância da contextualização, da textura interna do texto, da sua composição sintático-semântica, tendo o texto como objeto linguístico, dependente da estrutura interna dos enunciados que o compõem e da articulação construída entre esses enunciados.

3.3. Instrumentos de coesão textual

Coerência e coesão textual representam fenômenos diferentes, sendo complementares na construção de sentidos dos textos. Enquanto a coerência se manifesta no plano do conteúdo, do encadeamento de ideias, a coesão acontece nas relações linguísticas, ou seja, no uso de palavras ou expressões que servem para manter elos, para ligar relações entre segmentos do discurso.

Os elementos de coesão são palavras ou expressões utilizadas para fazer referência a outros elementos presentes no texto (pronomes e sinônimos, por exemplo) ou para estabelecer relações lógicas entre os segmentos do texto (conectivos, por exemplo).

A seleção vocabular é um importante mecanismo de coesão textual, visto que muitas vezes empregamos uma palavra no lugar de outra, mantendo o mesmo sentido e evitando repetições. Nesse sentido, a escolha dos conectivos e das partículas de transição adequados é determinante, pois direcionam as diferentes relações entre os enunciados. Podemos dizer que há dois tipos de mecanismo de coesão:

- 1) a retomada de termos, expressões ou frases já ditos ou sua antecipação;
- 2) o encadeamento de segmentos do texto.

O uso inadequado dos conectores pode criar paradoxos semânticos, visto que esses operadores não são elementos vazios que possam ser trocados um por outro a deriva de quem escreve.

A coesão auxilia no estabelecimento da coerência, mas não é algo necessário para que ela se dê. Temos conjuntos linguísticos considerados textos porque são coerentes, embora não tenham coesão. Essa diz respeito ao encadeamento linear das unidades linguísticas presentes no texto, enquanto aquela concerne às relações de sentido. Assim, quando se fala em coerência, pensa-se na não-contradição de sentidos entre passagens do texto, na existência de uma continuidade semântica. Ela é um fator de interpretabilidade do texto, já que possibilita a atribuição de um sentido unitário do texto, está, portanto, relacionada à sua organização subjacente. Num texto, uma ideia ajuda a compreender outra para criar um sentido global. Cada uma das partes do texto deve estar relacionada a essa unidade semântica. A incoerência seria, deste modo, a violação das articulações de conteúdo de cada um dos níveis de organização do texto.

Um texto deve configurar, antes de tudo, uma totalidade semântica, não apenas um conjunto de elementos isolados. Os processos de coesão textual, especificamente semânticos, acontecem quando a interpretação de um elemento no discurso depende da interpretação de outro elemento, estabelecendo entre si relações de significação. Segundo Halliday & Hasan (1976, p.4) apud Koch, 2016), “a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro”.

Para os mesmos autores, a coesão é parte do sistema de uma língua: mesmo sendo uma relação semântica, é realizada através do

sistema léxico-gramatical. Existem portanto formas de coesão realizadas pela gramática e pelo léxico.

A coesão é, nesse sentido, uma relação semântica entre um elemento do texto e algum outro elemento precípua para sua interpretação. Por estabelecer relações de sentido, a coesão diz respeito ao conjunto de recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos.

Mesmo sendo uma relação semântica, a coesão envolve todos os componentes do sistema léxico-gramatical, destarte, algumas formas de coesão realizadas por meio da gramática, outra por meio do léxico. É importante que se perceba que a coesão não é condição imprescindível, nem satisfatória para a existência de um texto. A textualidade pode ser encontrada em textos que não apresentam elementos coesivos; por outro lado a coesão não é suficiente para que um texto apresente textualidade.

A coerência, como o produto de uma complexa rede de fatores de ordem linguística, cognitiva e interacional, configura o fator responsável pela continuidade dos sentidos no texto. Para Marcuschi (1986), “a simples justaposição de eventos e situações em um texto pode ativar operações que recobrem ou criam relações de coerência”.

Na acepção de Koch (2016, p.21), não se tem dúvida de que textos destituídos de elementos de coesão apresentem uma textualidade no nível da coerência, como em:

Olhar fito no horizonte. Apenas o mar imenso. Nenhum sinal de vida humana. Tentativa desesperada de recordar alguma coisa. Nada.

Porém podem ocorrer sequências de enunciados coesivos que não chegam a constituir um texto, por faltar-lhes a coerência, (Idem, p.21):

O dia está bonito, pois ontem encontrei seu irmão no cinema. Não gosto de ir ao cinema. Lá passam muitos filmes divertidos.

Beaugrande & Dressler (1981) afirmam que a coesão concerne ao modo como os componentes da superfície textual, isto é, as palavras e frases que compõem um texto encontram-se conectadas entre si numa sequência linear, por meio de dependências de ordem gramatical.

Marcuschi (1986) define os fatores de coesão como “aqueles que dão conta da estruturação da sequência superficial do texto”, afirmando que não se trata de princípios meramente sintáticos, mas de “uma espécie de semântica da sintaxe textual”, onde os mecanismos formais da língua permitem promover, entre os elementos linguísticos do texto, relações de sentido.

Embora Marcuschi (1986) discorde da opinião de Halliday & Hasan (1976), para quem a coesão é uma condição necessária, argumenta que não se trata de condição necessária, nem suficiente: existem textos destituídos de recursos coesivos, mas em que “a continuidade se dá ao nível do sentido e não ao nível das relações entre constituintes linguísticos”. Não obstante há textos que não têm condições de formar uma textura.

Koch (2002, p.20), afirma existirem duas modalidades de coesão, a coesão referencial e a coesão sequencial. A primeira refere-se à coesão entre dois elementos de um texto, quando um deles para ser interpretado semanticamente exige a consideração do outro, que pode aparecer antes ou depois do primeiro (anáfora e catáfora, respectivamente) – *O homem* subiu as escadas correndo. Lá em cima *ele* bateu furiosamente a uma porta (anáfora) - *Ele* era tão bom, *o meu marido!* (catáfora). A coesão referencial inclui os artigos; pronomes; elipse; numeral; advérbios; formas verbais; expressões nominais definidos; nominalizações; expressões sinônimas; nomes genéricos; hiperônimos ou indicadores de classes.

A segunda se reporta ao conjunto de procedimentos linguísticos que relacionam o que foi dito ao que vai ser dito, estabelecendo relações semânticas e/ou pragmáticas à medida que faz o texto progredir. A coesão sequencial engloba diversos tipos de

recorrência, procedimento de manutenção temática; progressão temática; encadeamento e conexão.

Tomemos mais elipticamente a definição de coesão referencial e sequencial. Ainda segundo Koch (2016), a coesão referencial é aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual, como em:

Texto - Itaparica

(1) *Dona de uma luminosidade fantástica* em seus 240 quilômetros quadrados, a ilha de Itaparica elegeu a liberdade como padrão e fez da aventura uma experiência que não tem hora para começar (KOCH, 2016).

Neste fragmento observa-se um início catafórico, já que o referente da expressão “*dona de uma luminosidade fantástica*” é a ilha de Itaparica, que se lhe segue no texto, pressupondo existir identidade de referência entre a forma remissiva e seu referente textual. Dando continuidade ao exemplo (1):

(2) *Ali* tudo fui espontaneamente, desde que o sol nasce, anunciando mais um dia, até a noite chegar, com o luar refletindo no mar e as luzes de Salvador como pano de fundo.

Observamos nesse exemplo (2), que o termo destacado também remete à ilha de Itaparica, constituindo uma coesão referencial, na qual o mesmo referente pode ser retomado várias vezes sem comprometer a coerência e a harmonia textual.

A *coesão sequencial*, para a mesma autora, também chamada de *sequenciação*, diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir, Koch (2016, p.13-14), como em:

Texto – os urubus e sabiás

(1) *Tudo* aconteceu numa terra distante, no tempo em que os bichos falavam... (2) os urubus, aves por natureza becadas, **mas** sem grandes dotes para o canto, decidiram que, **mesmo** contra a natureza, eles haveriam de se tornar grandes cantores (...).(ALVES, Rubem (1984, p61-62) apud KOCH (2016) Estórias de Quem Gosta de Ensinar, p,61-62).

Observando o texto acima, comprovamos que um texto não é apenas uma soma ou sequência de frases isoladas. Eventuais perguntas que possam surgir para o entendimento do texto, facilmente encontram resposta pelos leitores, visto que os termos em questão são elementos da língua vernácula que têm por função essencial estabelecer relações textuais: são os mecanismos de coesão textual.

Antunes (2005, p.51) apresenta procedimentos e recursos de cada relação textual responsável pela coesão. Segundo a autora, “é importante, pois, ressaltar que a continuidade que se instaura pela coesão é, fundamentalmente, uma continuidade de sentido, uma continuidade semântica, que se expressa, no geral, pelas relações de reiteração, associação e conexão.”

Ver quadro:

A COESÃO DO TEXTO			
Relações Textuais	Procedimentos	Recursos	
1.Reiteração	1.1 Repetição	1.1.1 Paráfrase	
		1.1.2 paralelismo	
		1.1.3 Repetição Propriamente dita	.De unidade do léxico .De unidade da gramática
	1.2 Substituição	1.2.1 substituição Gramatical	Retomada por: . pronomes ou . advérbios

		1.2.2 substituição Lexical 1.2.3 Elipse	Retomada por: . sinônimo . hiperônimos . caracterizadores situacionais . retomada por elipse
2.Associação	2.1 Seleção Lexical	Seleção de palavras semanticamente próximas	. por antônimos . por diferentes modos de relações de parte/todo
3.Conexão	3.1 estabelecimento De relações sintático semânticas,entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagrafícos	Uso de diferentes conectores: . preposições . conjunções . advérbios e . respectivas locuções	

Quadro9. A propriedade da coesão do texto –relações, procedimentos e recursos (ANTUNES,2005)

A partir do exposto no quadro acima, observa-se que são quatro os procedimentos que promovem as relações textuais responsáveis pela coesão, além dos conectores, também responsáveis pela firmeza discursivo-argumentativa que se pretende dar ao texto.

A coesão se relaciona, em muitas situações, com a coerência textual, à coerência sintática e à coerência local. Para Koch e Travaglia (2006, p.41), “essa relação advém do bom uso dos elementos da língua em sequências menores, para expressarem sentidos que possibilitem realizar uma intenção comunicativa.”

No campo da Linguística Textual, a capacidade de o sujeito estabelecer um sentido para o texto é denominada de coerência, refere-se a uma relação semântico-pragmática entre elementos de uma sequência linguística, construída pelo leitor, criando uma unidade de sentido.

Conhecer os elementos linguísticos e sua relação com o contexto da situação de produção é fator imprescindível para o estabelecimento da coerência. Essa unidade de sentido, citada acima, é estabelecida na interação entre os interlocutores, levando em consideração a situação comunicativa e os recursos linguísticos empregados.

O interlocutor somente conseguirá estabelecer o sentido do texto, se houver a utilização adequada dos elementos linguísticos e estruturais, possibilitando a clareza e a finalidade para as quais o texto foi construído.

Um texto se constitui enquanto tal, no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido (Koch, 2016). Portanto, infere-se que o sentido não está no texto, mas se constitui a partir dele, no momento da interação.

Sendo a coesão a manifestação da coerência na superfície do texto, quando se utiliza diferentes recursos coesivos é necessário eficientes mecanismos de compreensão para identificar a coerência. Não é trivial desvincular coerência de coesão, uma vez que uma se apresenta como a articulação das ideias, a outra a articulação gramatical. Para Koch e Travaglia (2006, p. 52), coesão e coerência “são duas faces do mesmo fenômeno”.

Não vamos aqui atribuir aos elementos coesivos a responsabilidade única para que a coerência de um texto seja estabelecida. O conhecimento de mundo dos interlocutores, o conhecimento linguístico e textual são fatores que contribuem bastante para que essa característica da textualidade seja confirmada.

O conhecimento de mundo, formal ou informal, possibilita a interação entre autor/falante e leitor/ouvinte. O conhecimento linguístico é o responsável pela codificação do texto verbal e o conhecimento textual é o que estabelece o trânsito entre os diversos gêneros textuais. Formam-se, assim, regras da língua vernácula que constituem a comunicação oral e escrita

Nesse contexto a análise linguística contribui para a compreensão dos aspectos formais que se articulam para a estruturação das ideias de forma coerente e coesa.

3.4. Operadores discursivos

Para facilitar o processo da escrita tanto quanto o da leitura é necessária a confluência da compreensão e do uso de alguns recursos que a escrita oferece. Entre esses recursos situam-se os operadores discursivos – palavras ou expressões também conhecidas como conectores, por meio dos quais criamos diferentes relações de sentido ao escrevermos um texto (KOCH, 2017 p.25).

Ao construirmos o texto, recorreremos a esses mecanismos de coesão para a estruturação e articulação da informação, elementos responsáveis pela coesão intrafrásica e interfrásica e que auxiliam na construção de um discurso coeso e coerente. Essas unidades linguísticas invariáveis são fundamentais para estabelecer a coesão entre frases, entre parágrafos, entre períodos e sequências textuais.

Várias são as palavras conhecidas como operadores discursivos ou argumentativos que atuam como liames vocabulares e oracionais no texto e também como estratégias argumentativas desses enunciados. Por meio deles estabelecemos diversas relações de sentido e, de acordo com a nossa intenção, podemos instituir relações de oposição, explicação, conclusão e várias outras. Portanto, quando escrevemos devemos ficar atentos ao uso do operador adequado em relação ao sentido que queremos expressar (FÁVERO, 1999 p.22). O uso incorreto desses operadores pode comprometer o sentido que se pretende dar ao enunciado e, assim, comprometer toda argumentação do texto (CITELLI, 1994 p. 30).

Um texto bem elaborado auxilia na compreensão do leitor; ou seja, “quando lemos um texto bem construído, não nos perdemos entre os enunciados que os constituem, nem perdemos a noção de conjunto” (FIORIN e SAVIOLI,2007, p.271). Embora não sejam somente os operadores discursivos os responsáveis pela correta articulação das frases no texto, conhecê-los e saber usá-los adequadamente é substancial para que se possa escrever bem.

Conforme trabalhado nesta tese, a língua é considerada portadora de argumentatividade (KOCH,2016, p.30). Esta característica intrínseca da língua pode ser observada a partir de diferentes marcas linguísticas, como modalizadores ou conjunções, ou ainda, operadores argumentativos, se considerarmos a denominação proposta por Ducrot (apud KOCH, 2016 p.30), criador da Semântica Argumentativa.

Na Gramática Tradicional há, entre os operadores propostos por Ducrot, elementos que, no nível linguístico, funcionam como liames oracionais. Esses elementos, que integram os conectores/articuladores, pertencem a várias classes gramaticais (conjunções, locuções, advérbios conectivos, preposições ...).

Listamos abaixo alguns operadores discursivos utilizados em produções textuais diversas:

Algumas relações estabelecidas pelos operadores discursivos:

a. como e, também, não só... mas também, tanto...como; além de, além disso, ainda, nem (=e não).

Esses operadores ligam enunciados que configuram argumentos para uma mesma conclusão, por isso estabelecem relação de *conjunção*.

b. mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto, etc.

Esses operadores contradizem enunciados de orientações argumentativas diferentes, prevalecendo a afirmação do enunciado introduzido pelo operador, são chamados *contrajunção*.

porque, visto que, uma vez que, em virtude de, pois, etc.

Quando a segunda proposição justifica ou explica a anterior, esses conectores estabelecem relação de *justificativa ou explicação*.

c. *portanto, logo, por isso, por conseguinte, pois.*

Estabelecem relação de *conclusão*, através dos quais introduz um valor conclusivo nos enunciados.

d. *(tanto, tal) ... como (quanto) mais... (do) que, menos... (do) que*

Esses operadores estabelecem a relação de *comparação* entre os termos, *inferioridade, superioridade ou igualdade*.

e. *por exemplo*

Apresenta uma relação de *exemplificação*, o segundo enunciado especifica uma declaração de ordem generalizada, apresentada no primeiro.

f. *ou seja, isto é, etc.*

Estabelece uma relação de *correção*, quando se repara, suspende ou reapresenta o conteúdo do primeiro enunciado, atenua ou reforça a legitimidade de sua enunciação.

Os operadores discursivos são recursos importantes para a conexão das frases que compõem o texto. Por isso, faz-se importante afirmar que a interpretação de um texto depende, em grande parte do reconhecimento, pelo leitor, da correspondência de sentido entre os termos, estabelecida pelos operadores argumentativos utilizados pelo autor.

Logo, esse efeito de sentido constituído pelos interlocutores só é percebido através da estratégia de argumentação presente no texto, que foi conseguida pelo uso apropriado dos operadores discursivos. Essas palavras se usadas de forma inadequada comprometem consideravelmente o sentido do texto.

Os conectores ou articuladores, conforme o próprio nome já diz, têm a função de conectar, articular e ligar grupos de palavras; unir frases simples, formando frases complexas; estabelecer nexos lógicos entre períodos e parágrafos, de modo a construir textos coesos e coerentes.

Os conectores podem ser classificados com funções distintas, de acordo com a situação de uso.

Vejam o quadro abaixo:

Designação	Função	Articuladores/Conectores
Aditivos	Agrupar, adicionar deias, segmentos, sequências, informação.	E, nem(negativa), bem como, não só... mas também, além disso, mais ainda, igualmente, ainda
Alternativos/Exclusão	Apresentar opções, alternativas	Ou, ou... ou, ora... ora, seja... seja, alternativamente, em alternativa, opcionalmente
Contrastivos	Indicar uma oposição, um contraste	mas, porém, todavia, contudo, no entanto, contrariamente, pelo contrário,
Concessivos	Negar o efeito, a conclusão Exprimir uma concessão	Embora, ainda que, mesmo que, conquanto, apesar de, malgrado, não obstante, mesmo assim, ainda sim.
Temporais	Exprimir relações de tempo entre os segmentos do texto/discurso	Quando, mal, assim que, logo que, enquanto, entretanto, depois que, desde que, antes de, mais tarde, ao mesmo tempo
Finais	Traduzir o fim, a intenção, o objetivo	Para (que), a fim de, a fim de que, de modo/forma a, com o objetivo de
Comparativos	Exprimir uma comparação	Como, tal como, assim como, bem como, também, mais/menos que
Causais	Exprimir a causa, a razão	Porque, visto que, dado que, como, uma vez que, já que
Condicionais	Introduzir hipóteses ou condições	Se, caso, desde que, a não ser que, contanto que
Consecutivos	Exprimir a ideia de consequência, resultado, efeito	Por isso, daí que, de tal forma...que, tanto... que, tal... que, tão... que
Conclusivos	Expressar uma conclusão, uma inferência (dedução lógica a partir do já exposto)	Portanto, assim, logo, por conseguinte, concluindo, para concluir, em conclusão, em consequência, daí, então, deste modo, por isso, por este motivo

Completivos	Completar o sentido do núcleo do grupo verbal	Que, se, para
Confirmativos ou exemplificativos	Documentar Exemplificar	Por exemplo, a ilustrar, documentando, exemplificando

Quadro 10. Conectores ou articuladores <http://portugues-fcr/2012/01/marcadores-discursivos.html>.

Não só as preposições, conjunções, advérbios e expressões denotativas atuam como conectores do discurso, como também adjetivos, numerais, formas verbais gerundivas (sintetizando), ou infinitivas antecedidas de preposição (para começar) podem funcionar como tal.

Estabelecer a articulação entre os segmentos discursivos usados no processamento cognitivo de um texto é um processo determinante na recepção da mensagem.

As relações discursivas, à semelhança de outros significados construídos no/pelo texto, podem apresentar-se na superfície textual de forma mais ou menos visível: locutor pode optar entre sinalizar a relação discursiva, usando para esse efeito elementos verbais e/ou não-verbais, ou deixá-la implícita, cabendo então ao seu interlocutor um papel mais ativo na inferência do tipo de conexão (MORAIS, 2006, p.268). De uma maneira geral, tanto o locutor quanto o ouvinte tendem a facilitar o processo de interpretação, o primeiro orientando pistas de compreensão e o segundo procurando identificar pistas para interpretação. Dessa forma, os interlocutores tentam, a todo o momento, sinalizar e identificar as relações discursivas.

Entre as unidades linguísticas disponíveis para a sinalização das relações semântico-pragmáticas instauradas no/pelo discurso, destacam-se os conectores discursivos (também frequentemente chamados *marcadores discursivos*, *partículas discursivas*, *conectores parentéticos*, entre outras designações, cujo significado explicita de modo o segmento em que ocorrem deve ser integrado na

representação mental em construção (PORTOLÉS,1998 apud MORAIS, 2010, p. 268).

Para uma representação cognitiva do texto, os operadores discursivos funcionam de modo crucial sinalizando nexos entre segmentos do discurso.

Entendemos serem os operadores discursivos uma categoria útil de palavras ou expressões a serviço da conexão de segmentos do discurso. Esses elementos discursivos promovem a intertextualidade, ligando determinado segmento do texto ao seu co-texto, contribuindo para a coesão do texto. É uma classe heterogênea em dois sentidos: está formada por unidades que pertencem a diversas categorias gramaticais (conjunções, advérbios, verbos, substantivos, interjeições), e estas, além disso, desempenham diferentes funções na organização do discurso (GARCIA, 2016, p.79).

A partir do início do século XX, os operadores/marcadores discursivos têm recebido uma atenção significativa. Said Ali (1964) faz referência a “palavras e frases” utilizadas “em determinadas condições” por todos os indivíduos no ato da conversação para uma interação bem sucedida, Said Ali (1964, p.49):

Figuram muitas vezes no falar corrente, e em particular nos diálogos, palavras e frases que parecem de sobra das proposições quando estas se analisam com os recursos usuais da gramática e da lógica. Todo mundo as emprega espontaneamente, mas não a esmo, e sim em determinadas condições. Não são desnecessárias. Basta tentar eliminá-las, para ver que as proposições se tornam mais vagas e falhas de certo intuito que temos em mente.

Assim, o uso dos operadores discursivos adequados na construção do texto torna-se uma ferramenta basilar para a coerência e coesão textuais.

3.5. Operadores argumentativos

É sabido que fala e escrita são elementos manejados de maneira diferente. Porém essas diferenças e semelhanças que se apresentam

entre essas modalidades, oral e escrita, muito têm a ver com a distinção de como a linguagem é produzida e recebida. Vários são os fatores que contribuem para essa diferenciação: o contexto, a intencionalidade, a situacionalidade, entre outros, que acabam por influenciar a produção da linguagem.

Os marcadores discursivos, argumentativos ou textuais, expressões linguísticas oriundas das classes de conjunções, advérbios, preposições e envolvidas na construção do sentido do texto, funcionam como conectores dos segmentos textuais de diversas extensões (parágrafos, períodos, sequências textuais) e colaboram para a interpretação do enunciado, com três funções: cognitiva, por guiarem o interlocutor no percurso interpretativo do texto; enunciativa, por remeterem ao próprio evento da enunciação; argumentativa, por apontarem a orientação argumentativa do texto. (KOCH, 2004, p.81). Na prática pedagógica, o estudo dos operadores argumentativos se faz fundamental para o processo de construção e interpretação do sentido do texto, uma vez que atuam relacionando enunciados entre si e colaboram para a estrutura coesiva do texto. Vamos tratar aqui da análise dos operadores argumentativos à luz da teoria da Argumentação formulada, entre outros, por Anscombre e Ducrot (1994).

Ducrot (1972, p. 30) é considerado o primeiro teórico a evidenciar o termo “operadores argumentativos”. Para o autor, esses elementos servem para expressar a força argumentativa dos enunciados de uma língua. Sua teoria é elaborada com o estabelecimento de dois conceitos fundamentais: o de classe argumentativa e o de escala argumentativa. Esse relaciona-se à existência de enunciados de pesos argumentativos diferentes, como uma escala de força, apontando para uma mesma conclusão, e, aquele, a enunciados argumentativos de igual peso, que apontam para uma mesma conclusão.

Guimarães (2002, p.29) assevera que foi a partir das contribuições de Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombre que a Teoria da Argumentação na língua ficou conhecida e desenvolveu-

se por volta dos anos 70, do século passado. Essa teoria baseia-se na noção de argumentação a partir de uma perspectiva inerente à língua, inserida na própria forma linguística que irá impor determinadas argumentações em detrimento de outras. Nesse contexto, pode-se verificar que paralela à atividade da língua está a atividade argumentativa, pois toda vez que se fala, se argumenta.

Desta forma, entende-se que na argumentação *strictu sensu* qualquer enunciação possui uma função argumentativa, está relacionada a outras enunciações porque direciona sentidos. A direção argumentativa é marcada nos enunciados pelos Operadores Argumentativos, termo de Ducrot (1987, p.44), criador da semântica argumentativa, para apontar que alguns elementos da gramática de uma língua servem para indicar a força argumentativa em enunciados.

Ainda em Ducrot (1987, p.12), vemos que os operadores argumentativos estão presentes na gramática de cada língua, classificados em classes argumentativas diversas, como conjunções, advérbios, locuções conjuntivas, conectivos, ou ainda podem não ser incluídas em nenhuma das classes gramaticais, ou seja, serem classificadas à parte, como palavras denotadoras de inclusão, de exclusão, de retificação, etc. São palavras a que a gramática tradicional não tem dado atenção especial, seja na classificação ou no ensino de língua portuguesa, descaso apontado por Koch (2008, p.102), que nota: “a gramática tradicional considera (os operadores argumentativos) apenas como elementos meramente relacionais”. Para a autora, esses operadores deveriam ter maior atenção, pois “são responsáveis, em grande parte, pela força argumentativa dos enunciados”.

Segundo os pressupostos de Koch (2016, p.31) os operadores argumentativos são elementos linguísticos que “têm por função indicar (mostrar) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam”. Eles atuam na organização argumentativa do discurso, influenciando o leitor/ouvinte em relação a argumentos e conclusões de acordo com a intenção implícita do locutor. Seu contexto de aparição será, portanto, a

seqüência argumentativa, parte do texto no qual o emissor apresenta proposições que tem que defender e que tem que rebater com novos argumentos que levarão a ele e, principalmente, ao destinatário a determinadas conclusões (ALVAREZ,1994 apud GARCIA, 2016, p.80).

Marinho (2012, p.170) considera três tipos de articuladores usados pelo interlocutor: primeiro os organizadores textuais, que dispõem o texto; em primeiro lugar/depois/ enfim /em seguida.

O segundo tipo são os marcadores metadiscursivos, que configuram um ponto de vista das partes do texto; modalizadores – usados para manifestar seu posicionamento diante do que se diz (evidentemente), metaformativos – reflexões sobre o emprego das palavras (quer dizer) e metaenunciativos usados pelo locutor como reparo (como se diz).

O terceiro tipo são os conectores que têm a função de encadear as diferentes partes do texto, relacionando elementos linguísticos ou contextuais: portando, devido a, logo, ainda que, etc.

A argumentação é entendida como um tipo de relação consistente na qual o falante proporciona uma série de argumentos que levam a determinadas conclusões contra ou a favor de uma determinada opinião (DUCROT, 1982, apud GARCIA, 2016, p.81).

Muitas vezes os argumentos que estabelecem uma relação argumentativa podem aparecer visíveis no plano textual, pertencendo portanto, ao contexto verbal, mas também a relação argumentativa pode advir de uma situação da realidade e, assim, pertencer ao contexto extra-verbal. Esses recursos são importantes na construção do enunciado, tanto que sua aplicação adequada depende da correta percepção do leitor, pois “na fala ou na produção escrita de um texto, o discurso que produzimos está, de alguma forma, intencionado em estabelecer um contrato com o interlocutor na tentativa de fazer com que o outro compartilhe de nossa opinião.” (ORTEGA,2018, p. 01).

A argumentação é inerente às situações de comunicação dos interlocutores de uma língua, uma vez que quando a utilizamos, nosso objetivo é nos expressarmos. Para Ducrot (1987), a língua é

fundamentalmente argumentativa e de acordo com a intencionalidade do falante, escolhem-se específicas estruturas dela para que seu objetivo seja alcançado. Nesse sentido, ratificamos que a argumentação está intrínseca na língua.

Para a compreensão de um texto é necessário ter a capacidade de captar as intenções do produtor que são apresentadas no texto através de marcas linguísticas, como, por exemplo, os operadores argumentativos. Koch ressalta “a necessidade de se conscientizar o usuário da língua do valor argumentativo dessas marcas, para permitir-lhe percebê-las no discurso do outro e utilizá-las, com eficácia, no seu próprio discurso” (2008, p. 110).

Nas práticas interacionais, na fala ou na escrita de um texto, o discurso que produzimos intenciona estabelecer um contrato entre os interlocutores objetivando fazer com que o produtor e o receptor compartilhem da mesma opinião. Koch (2007) postula que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, isto é, buscamos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa. Para isso, utilizamos os operadores argumentativos que fazem parte da gramática da língua e têm por função indicar a força argumentativa dos enunciados e a direção para a qual apontam, ou seja, os operadores argumentativos direcionam o enunciatário para que percorra o caminho proposto pelo enunciador dentro de um enunciado.

O estudo dos operadores argumentativos e uma abordagem sobre a leitura das conexões entre os enunciados permitem ao receptor o conhecimento de estratégias discursivas utilizadas pelo emissor.

Para Guimarães (2007, p. 30), os estudos referentes às conjunções, nas gramáticas escolares, se direcionam a repetir a classificação dessas em coordenativas e subordinativas, vazias de qualquer reflexão sobre a língua como atividade discursiva no âmbito da interação. O autor diz ainda que nas construções constituídas pelas conjunções, estas têm por finalidade não somente ligar orações, mas manter e/ou opor a orientação argumentativa, e assim, articular o argumento para uma conclusão.

Koch (2007), Guimarães (2007) e Vogt (2009) elencaram operadores argumentativos (ou conjunções argumentativas)¹⁷ e suas funções básicas, de acordo com o que se convencionou chamar de valor semântico.

Assim, de acordo com o proposto por Koch (2007, p.30), os operadores argumentativos podem ser classificados:

Principais Operadores Argumentativos

Operador	Função
'mesmo', 'até', 'até mesmo', 'inclusive'	Organizam a hierarquia dos elementos numa escala, assinalando o argumento mais forte para uma conclusão R;
'ao menos', 'pelo menos', 'no mínimo'	Introduzem dado argumento deixando subentendida a presença de uma escala com outros argumentos mais fortes;
'portanto', 'logo', 'por conseguinte', 'pois', 'em decorrência', 'conseqüentemente'	Introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores;
'ou', 'ou então', 'quer...quer', 'seja..seja'	Introduzem argumentos alternativos que conduzem a conclusões diferentes ou opostas;
'mais que', 'menos que', 'tão...como'	Estabelecem relações entre elementos, com vista a uma dada conclusão;
'porque', 'que', 'já que', 'pois'	Introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior;
'mas', 'porém', 'contudo', 'todavia', 'no entanto', 'embora', 'ainda que', 'posto que', 'apesar de (que)'	Contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias;
'um pouco' e 'pouco', 'quase' e 'apenas', 'só', 'somente'	Distribuem-se em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para a afirmação

¹⁷ VOGT (2009) se utiliza essa nomenclatura ao invés de Operadores Argumentativos.

	total e o outro, numa escala orientada para a negação total;
'e', 'também', 'ainda', 'nem' (= e não), 'não só...mas também', 'tanto...como', 'além disso', 'além de', 'a par de'	São argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa, isto é, somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.
'aliás'	Introduz um argumento decisivo, resumindo todos os demais argumentos.
'já', 'ainda', 'agora'	São responsáveis por introduzir no enunciado conteúdos pressupostos

Quadro11. Operadores argumentativos e suas funções básicas. Quadro teórico retirado de Koch (2007).

Para a autora, um operador argumentativo, mesmo que usado de forma implícita, pode desencadear conclusões apresentadas por um conjunto de enunciados estabelecendo assim sua força argumentativa.

Não obstante a proposição apresentada por Koch (2007), Ducrot (1989, p.18-19) responsável pela nomeação do termo “operadores argumentativos” e da teoria da argumentação na língua, defende a convicção de que sejam necessárias três condições para que um morfema seja considerado operador argumentativo:

- a) Pode-se construir uma frase P' , a partir de P , pela introdução de x em P , ou seja, $P' = P + x$;
- b) Em situação de discurso, um enunciado P e um P' têm valores argumentativos diferentes;
- c) A diferença argumentativa não pode ser derivada de uma diferença informativa existente entre P e P' .

Para o autor (1989), o sentido é construído no ato da comunicação.

Escala argumentativa

Uma das teorias que sustentam a Teoria da Argumentação é a teoria das escalas argumentativas: uma “classe argumentativa em que se configuram uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados” (GUIMARÃES, 2007, p.28).

(..) uma classe argumentativa é constituída pelos enunciados cujos conteúdos, regularmente, se apresentam como argumentando para uma conclusão que define a classe argumentativa. E não só numa situação particular específica, mas como uma regularidade que se apresenta como se desse em todas as situações de enunciações possíveis.

Para o mesmo autor, na esteira de Ducrot (1989), muitos dos estudos de semântica no Brasil têm considerado os conceitos de classe e escala argumentativa. Ao se descrever semanticamente um enunciado, deve-se levar em conta a noção de orientação argumentativa a qual está marcada, como uma regularidade enunciativa, no enunciado (GUIMARÃES, 2007, p.25). Como importante fator para explicar o funcionamento desses operadores, a Classe Argumentativa é constituída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para (apontar para:) uma mesma conclusão (a que, por convenção, se denomina R) (KOCH, 2007, p. 30).

A língua dispõe de vários recursos para a argumentação, tornando difícil mensurar todas as estratégias que podem ser utilizadas durante o que Ducrot(1987) chamou de “jogo enunciativo”.

Koch (2008, p.102) afirma que: “a gramática tradicional considera (os operadores argumentativos) apenas como elementos meramente relacionais”. Para a autora, esses operadores deveriam ter maior atenção, pois “são responsáveis, em grande parte, pela força argumentativa dos enunciados”. Partindo, então, do pressuposto de que há uma argumentação inerente à língua, Ducrot (1987) reformula sua teoria cuja hipótese central assevera que certas palavras de uma língua possuem força ou valor

argumentativo. Esta determinação da argumentatividade é produzida, particularmente, por meio dos operadores argumentativos. A autora aponta para esse mesmo sentido, de que é evidente que todo discurso tem, dentro da sua construção, mecanismos que, por sua vez, sustentam a argumentação desse discurso. Caberia a quem produz um enunciado levantar esses meios disponíveis na língua para alcançar o objetivo a que se propõe, meios que estruturam o texto, tornam o texto coeso, coerente, e funcionam de forma a orientar o sentido, a direção existente em um enunciado.

E ainda acrescenta que através da prática interacional procuramos a anuência de nosso interlocutor. Para a autora, os operadores argumentativos têm por função estruturar os enunciados em textos, orientando o sentido dos textos em uma dada direção.

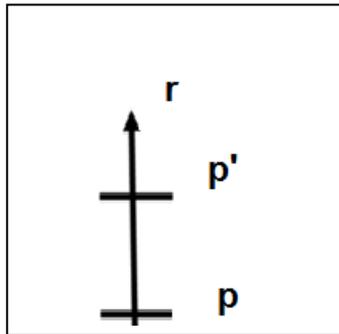
Porém para o exame dos operadores argumentativos, faz-se necessário, apresentar a “Escala de Argumentatividade” de Ducrot, pois trata do caráter gradual dos argumentos, isto é, uma escala argumentativa ocorre quando dois ou mais enunciados de uma classe apresentam-se em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão. Em Koch (2008, p. 105):

Diz-se que *p* é um argumento para a conclusão *r*, se *p* é apresentado como devendo levar o interlocutor a concluir *r*. Quando vários argumentos – *p*, *p'*, *p''*... – se situam numa escala graduada, apontando, com maior ou menor força, para a mesma conclusão *r*, diz-se que eles pertencem à mesma escala argumentativa.

Segundo Guimarães (1995,p.21), na Semântica Argumentativa, a argumentação é vista como uma relação de sentidos na linguagem e essa relação não se dá com os objetos, mas orienta para uma interpretação em uma enunciação particular. O autor lembra as considerações da Retórica desde Aristóteles ou as de Platão e afirma que ao lado disso a gramática de Port-Royal foi decisiva para as questões da linguagem.

Ducrot (1987, p.182) mostra, conforme *gráfico 1*, “... o enunciado *p'* é mais forte que *p*, se toda classe argumentativa que contém *p*

contem também p' e se p' é nela, cada vez, superior a p'' . Conclui-se assim que todo enunciado do tipo X (em que X é uma variável) é de uma classe argumentativa r . Portanto, a orientação argumentativa de um enunciado, que é constituída pelas singularidades semânticas desse enunciado, está marcada, como uma regularidade enunciativa no enunciado.



Quadro 12. Escala Argumentativa.Ducrot

Ducrot estabelece uma diferença no que chama de Classe Argumentativa e Escala Argumentativa, vejamos os exemplos abaixo:

Ex. 1: Classe argumentativa

A *classe argumentativa* apresenta argumentos que equivalem entre si, no intuito de direcionar o interlocutor a uma determinada conclusão. Assim, vários argumentos (simbolizados por P) distintos direcionam a uma mesma conclusão (simbolizados por R), dando mais força ainda a ideia defendida.

Todos os argumentos direcionam o enunciado no sentido de mostrar que Maria fará um bom casamento, por isso, estão dentro da mesma classe argumentativa.

Maria fará um bom casamento, o noivo é apaixonado por ela, tem um bom emprego, é dedicado à família.

ARG. 1 – o noivo é apaixonado por ela

Conclusão:

ARG. 2 – tem um bom emprego

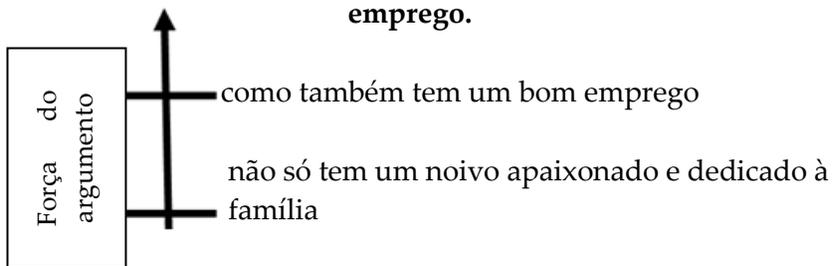
ARG. 3 – é dedicado à família

João é o melhor candidato

Ex. 2: Escala argumentativa

A Escala Argumentativa acontece quando dois ou mais enunciados apresentam uma gradação. Embora o enunciado aponte para uma mesma conclusão, os argumentos são apresentados de uma maneira hierárquica, do mais forte para o mais fraco.

Maria fará um bom casamento, não só **tem um noivo apaixonado por ela, dedicado à família**, como também **tem um bom emprego**.



Cavaliere (2009, p.29-30) trata da escalaridade como "...um conjunto de argumentos que se relacionam segundo uma ordem hierárquica de relevância". Para o autor, não é necessário observar somente se há argumentos favoráveis à defesa de uma tese, mas sim situar esses argumentos dentro de um sistema em que se verifique a relevância de cada um, de tal sorte que se posicionem em relação hierárquica, o que ele chama de *avaliação semântica dos argumentos*, observando a importância de cada um, diante do significado que se quer dar ao enunciado (Idem, p.30).

4. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA DE DUCROT

4.1 O conceito

A Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot (1987) estabelece a descrição da língua associada ao seu uso. O sistema linguístico se constitui da argumentação presente nos segmentos da língua e, no sentido de verificar como se constitui a argumentação interna dos mecanismos de coesão que se estabelecem na construção dos enunciados favorecendo a compreensão leitora dos textos, justifica-se o estudo da Semântica Argumentativa.

A Semântica Argumentativa foi criada na França por Oswald Ducrot, inicialmente em conjunto com Jean-Claude Anscombre, e continuada por Ducrot com a colaboração de Marion Carel, no mesmo centro de pesquisas francês.

Ducrot fala da origem filosófica de valor linguístico na teoria da alteridade apresentada em *O Sofista*, de Platão no “Prefácio” do livro de Carlos Vogt (2009), intitulado *O intervalo semântico*.

Por meio do conceito de valor linguístico, apresentado por Saussure (2006), Ducrot (1984) enveredou pela pesquisa linguística, hoje conhecida como Semântica Argumentativa. Alguns conceitos Saussurianos são importantes para entendermos a Semântica Argumentativa, uma vez que nada na linguagem é isolado.

Sabemos que o signo linguístico é constituído de duas faces inseparáveis: *significante e significado, a língua e a fala*: a primeira de natureza social, a segunda individual.

Ao empregar a língua, aquele que fala, ou escreve, realiza combinações para expressar seu pensamento. Essas combinações determinam os valores definidos “não positivamente pelo seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema” (Saussure, 2006, p.136).

A fundamentação filosófica da Semântica Argumentativa desenvolvida por Ducrot(1987) atribui a noção de valor linguístico para o emprego da língua em diferentes estágios: entre enunciados, elementos lexicais, discursos, entre falante e ouvinte.

Na construção de um texto é necessária a junção de vários fatores que dizem respeito tanto aos aspectos formais, às relações sintático-semânticas, quanto às relações entre o texto e os elementos que o circundam: falante, ouvinte, situação.

Para Ducrot (2009), a função da linguagem é a intersubjetividade, a relação entre locutor e interlocutor, a relação que se estabelece entre ele e o outro que constitui o sentido do enunciado. Argumentar é fundamental na linguagem e está inscrita na língua, é inerente a ela, está na sua própria natureza. Essa é a razão pela qual a Semântica Argumentativa é também denominada Teoria da Argumentação na Língua (TAL).

O que se propõe na Semântica Argumentativa é o estudo linguístico que se produz no discurso, o emprego de sentido na língua.

A relação de sentido básico para Ducrot (2009) está na utilização de conectivos normativos e transgressivos, como “portanto”, “no entanto”, e recebem essa classificação por serem tipos de argumentação que resistem ao extralinguístico, sendo incompreensíveis fora do enunciado. Porém, é na explicação do sentido em relação ao enunciado que a teoria se configura semântica.

A Semântica Linguística vai em busca da explicação do sentido construído no discurso, não observando palavras ou frases isoladas, mas sim olhando a linguagem a partir da relação entre as palavras, enunciados e discurso.

4.1.1 Entender a linguagem por meio da semântica argumentativa

Para melhor entender a Semântica Argumentativa observaremos os conceitos preliminares trabalhados por ela: *frase e*

enunciado. A frase, denominada aqui como entidade teórica construída pelo linguista, o enunciado sendo a realização da frase. A Língua é um conjunto de frases e o discurso é composto de enunciados que se relacionam entre si. O primeiro depende do segundo para o seu entendimento e vice-versa.

Assim temos:

Exemplo 1

- Não estudei nada (segmento 1), por isso (conector) não passei no Vestibular (segmento 2).

Exemplo 2

- Não estudei nada (segmento 1), mas (conector) consegui passar no Vestibular (segmento 2).

Ao observarmos os exemplos, notamos que a primeira frase nos apresenta um sentido de conclusão de um ato realizado.

No segundo exemplo, a ideia que se apresenta no segmento 2 é contrária ao mesmo ato realizado no exemplo 1.

Pela análise semântica, concluímos que a frase tem significação e o enunciado tem sentido. Frase e enunciado são elementos inseparáveis que compõem o discurso, assim como a significação da frase e o sentido do enunciado.

Nesse sentido, o locutor ao escolher uma continuação deixou de escolher outras, uma vez que o sentido de uma entidade lexical no discurso depende da relação dentre aquelas que são possíveis, criadas pelo locutor. O sentido pode ser totalmente distinto da significação que a entidade lexical tem se tomada isoladamente. Então significação na frase e sentido no enunciado são distintos (BARBISAN,2011).

Em Ducrot (1988, p.14), “falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade”.

Assim, constatamos que a linguagem se dá entre dois seres de fala: o locutor e o ouvinte. Para Bakhtin (2002), a linguagem é a forma de interação entre indivíduos socialmente organizados. No discurso ou no texto, o locutor produz combinações próprias dentre as quais a frase permite. O exercício da

linguagem traz a argumentação. E a comunicação acontecerá levando em consideração os dois elementos.

Ao estudarmos a semântica argumentativa na construção do texto/discurso, observamos que a compreensão do sentido das palavras, independentemente de sua classificação, é fator fundamental para o entendimento de diferentes textos, diferentes discursos presentes nos mais diversos contextos.

É importante que se trace aqui algumas noções fundamentais no que tange à concepção de frase, enunciado e sentido.

Para Ducrot e Anscombre (1994), frase e enunciado se diferem na medida em que a frase se constitui uma entidade teórica construída pelo linguista, enquanto ao enunciado confere uma realidade observável - os elementos lexicais - uma das muitas significações possíveis de uma frase. Já o sentido está no plano do discurso, entre falante e ouvinte. Podemos afirmar que o significado é o valor semântico da frase, ao passo que o sentido é o valor semântico do enunciado.

Os conectores, como operadores argumentativos, através das mais variadas manifestações semânticas revelam as intencionalidades discursivas de fundamental relevância na recepção e compreensão dos textos, já que a produção de sentido do discurso ocorre na interação produtor/recebedor.

Assim, alguns aspectos linguísticos abordados mostram que o **sentido** de um texto é, portanto, construído na interação texto-sujeitos (ou texto-co-enunciadores) e não algo que preexistia a essa interação (KOCH, 2002, p.22), ou seja, o sentido se constrói entre texto e leitor, nos conhecimentos partilhados entre produtor e receptor e ativados na atividade comunicativa.

4.1.2 Ducrot e a argumentação na língua

A construção do texto exige a realização de uma série de atividades cognitivo-discursivas que vão dotá-lo de certos elementos, propriedades ou marcas, os quais, em seu inter-

relacionamento, serão responsáveis pela produção de sentidos (KOCH, 2016, p.7).

Um texto se constitui como tal mediante uma atividade comunicativa global entre os interlocutores e diante de uma manifestação linguística. Porém só construirá sentido, pela ação conjunta de diversos fatores de ordem cognitiva, sociocultural, interacional e situacional. Assim, conforme Koch (2016, p.30), à concepção de texto, sucumbe-se a premissa de que o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação.

Para Ducrot (1987, p.30) não se pode definir sentido nas línguas naturais para aquilo que é externo à linguagem.

Conforme observa Pires (2012, p.57-62), a Semântica Formal tem o entendimento criado pela própria linguagem de que ela se referiria a algo externo a ela mesma, quando, na verdade, ela nada mais é do que um jogo argumentativo enredado em si próprio. Logo, mesmo que alguma informação seja veiculada por meio de um enunciado, essa informação é derivada do movimento argumentativo dentro da própria língua, e não estabelecida a priori. A linguagem, para Ducrot, é um jogo argumentativo. Não falamos sobre o mundo, mas para construir o mundo é necessário convencer nosso interlocutor da nossa verdade.

De acordo com Ducrot (1988), o sentido diz respeito à enunciação, conforme apresentado pela teoria dos Atos de fala, mas entende também que ele pode revelar sujeitos diferentes do sujeito que fala. O linguista (1988, p.178) sugere, assim, a seguinte concepção de enunciação: “o sentido do enunciado descreve a enunciação como confrontação de pontos de vista diferentes, que se justapõem, se superpõem ou se respondem”.

Ainda, sobre a égide do pensamento de Ducrot (1988), pode-se dizer que o estudioso critica a unicidade da fala do sujeito e para isso aborda a ideia das funções enunciativas: (1) função enunciativa de *produtor (autor)*, (2) função enunciativa de *locutor* e (3) função enunciativa de *enunciador*, como fonte do ponto de vista. Para o autor, quando algo é dito, é introduzido à realidade discursiva, e

ainda acrescenta: “o linguista semanticista deve preocupar-se com o sentido do enunciado. [...] De maneira que o que lhe interessa é o que está no enunciado e não as condições externas de sua produção” (Idem, p. 179).

Na Semântica Linguística, a partir do desdobramento dos encadeamentos enunciativos, observados dentro da própria língua, Ducrot (1987) aponta que todo e qualquer enunciado produzido dentro de uma cadeia discursiva já possui em si um movimento argumentativo. Nesse sentido, para o autor, as direções argumentativas estão presentes linguisticamente nos enunciados, e seus desdobramentos denotam os pontos de vista que firmam os argumentos, levando assim às conclusões.

Tomemos como exemplo do exposto acima, a utilização do conectivo “mas”, proposto por Ducrot (1987) como operador argumentativo ou contra-argumentativo, esse, responsável por inverter a direção argumentativa inicialmente proposta pelo enunciador, validando a proposição colocada por um segundo enunciador, encaminhando à conclusão nesse sentido. *Devo realizar atividades físicas diariamente, mas hoje está chovendo.* Na frase dita, observamos dois pontos de vista e dois enunciadores: o primeiro estabelece o dever de exercitar-se todos os dias, sugerindo a conclusão de que vou exercitar hoje, o segundo, no entanto, afirma que no momento chove, invertendo a direção argumentativa do primeiro enunciador e direcionando para a conclusão não vou me exercitar hoje.

É notório que o ponto de vista apresentado a partir da utilização do *mas* como conector contra argumentativo fez inverter a direção argumentativa do que foi declarado anteriormente, e ainda descaracterizando o ponto de vista conduzido no primeiro momento, contradizendo-o.

Observamos, assim, que o movimento argumentativo é consequência das relações entre os pontos de vista colocados em cena pelo locutor. E, de acordo com a proposta Ducrotiana, sob um olhar da análise da argumentação na língua, essas relações entre pontos de vista estão marcadas linguisticamente nos enunciados e

trazidas à tona ao se proceder o desdobramento dos encadeamentos enunciativos no discurso.

Conforme Ducrot(1988), o *locutor* é o responsável por organizar e trazer à tona os pontos de vista enunciativos, que, por conseguinte, se relacionarão com os enunciadores de forma a assimilá-los ou rejeitá-los. A força produzida pelo enunciado – efeito ilocucionário – na polifonia linguística de Ducrot - deriva do movimento de assimilação de um ponto de vista pelo locutor, tendo como alvo o destinatário, a quem corresponde na linguagem e interação o *enunciador*.

Deste modo, sendo a argumentação inerente a todo enunciado e resultado das relações entre pontos de vista colocados no processo de interação pelo locutor, Ducrot (1988) ratifica a questão de que não operamos com objetos de mundo, mas de discurso, atribuindo à linguagem um papel constitutivo. E conforme ele mesmo afirma, usamos a língua, pois, para construir o mundo e para tentar fazer o outro compartilhar de nossa verdade.

4.1.3 Teoria da argumentação e teoria dos topoi argumentativos

As duas primeiras etapas da Teoria da argumentação na Língua (ADL) podem ser conhecidas no livro *Polifonia y Argumentacion*, publicado em 1988 por Ducrot, no qual aponta-nos a forma padrão da Teoria, e a Teoria dos Topoi argumentativos.

O ponto de vista de Ducrot(1988), expresso no conceito da Teoria, é que a argumentação está inscrita no funcionamento da língua. No entanto, a concepção de argumentação apresentada por Ducrot insurge contra a concepção tradicional, que, de acordo com ela, o locutor (sujeito falante) expõe um argumento como razão para uma determinada conclusão. Desse modo, todo argumento contém um fato e se estabelece na apresentação de sua justificativa. Essa ideia de que o argumento contém um fato que implica a conclusão por via lógica, psicológica, sociológica, nunca linguística, é para Ducrot a concepção tradicional. Para ele, o fato não implica

a conclusão, “a argumentação está na língua, é inerente a ela” (1988, p.72; 1989, p. 16).

Na Teoria dos Topoi Argumentativos (1989, p. 18), o valor argumentativo das palavras é o que norteará a direção argumentativa do discurso, e conforme Ducrot:

A significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados (Idem,p.18).

Ducrot(1989) define língua como um conjunto de frases, assim considera as próprias frases como estratégias argumentativas. Ele entende o significado como amplo, assim, os apontamentos contidos nos significados das palavras serão responsáveis pela orientação argumentativa.

Sobre as expressões argumentativas, Ducrot chama a atenção para a substituição de um termo por outro dentro dos enunciados. Por exemplo “bastante” por “um tanto”; “contido” por “retraído”, levando a conclusões distintas, considerando a mesma situação da enunciação, então estaremos diante de expressões argumentativas.

Na concepção da Teoria da Semântica Formal, a língua descreve diretamente a realidade – teoria tradicional do sentido. Segundo esse ponto de vista, as palavras constituem uma representação da realidade e possuem um valor denotativo, o que confere a elas sua função informativa.

Sob a ótica dessa teoria tradicional, incutida nas semânticas de base lógica, o estudo da língua se fragmenta em um componente semântico e um componente pragmático, esse se ocupando do valor instrumental da língua, valor argumentativo, e, aquele, estudando as condições da verdade do enunciado.

A língua é uma ferramenta utilizada pelos indivíduos em seu processo de interação, e a polêmica da língua está intrínseca nela, opondo-se à ideia de que a pragmática seria um aditamento à semântica, mas antes, integrada a ela. Para Ducrot e Anscombe(1994), uma está incorporada a outra. E, ainda para os

autores, a linguagem possui um valor argumentativo, e esse valor argumentativo é inerente a ela. Como exemplo, apontamos a utilização dos operadores e conectores, morfemas que possuem um valor argumentativo intrínseco, e que direcionam o discurso para esse ou aquele rumo.

Observemos um exemplo clássico na utilização dos operadores argumentativos *pouco* e *um pouco*.

(a) *João dormiu pouco.*

(b) *João dormiu um pouco.*

Embora os dois enunciados possam corresponder à mesma realidade objetiva, a de que João dormiu da mesma forma em ambos os casos, as conclusões tiradas a partir dos enunciados são pontualmente opostas, uma vez que o locutor apresenta esta realidade de modo fronteiro. Em (a) tem-se a concepção negativa da proposição, como *João não dormiu*. Em (b), ao contrário, temos uma ideia positiva, afirmando que *João dormiu*. E, conforme exposto acima, podemos inferir a partir da primeira afirmação que possivelmente João poderá ter sono mais tarde, o que na segunda afirmação já não é possível, porque ele dormiu. Destarte, conforme afirma Ducrot (1981), o valor argumentativo dos morfemas, conectores e operadores, utilizados pelos locutores para chegarem ao interlocutor, é constituído por um conjunto de possibilidades da situação discursiva em que se inserem. A presença na língua desses conectores e operadores argumentativos constitui uma prova palpável da viabilidade de uma pragmática integrada.

4.1.3.1 Teoria dos Topoi argumentativos

A partir da década de 1990, a TAL passa a constituir novos rumos e a teoria dos Topoi Argumentativos, no artigo de Ducrot (1999), apresenta uma noção de *encadeamento discursivo*, assumindo uma dependência entre argumento e conclusão.

A argumentação passa a ser constituída por um único elemento, o encadeamento, e inclui mais do que um argumento e uma conclusão, são os chamados *topoi argumentativos*, que apresentam um caráter gradual na realização do discurso.

Ducrot aponta que “é impossível argumentar com as palavras, que nossos discursos, mesmo que sejam comumente qualificados de ‘argumentativos’, não correspondem a nada do que se entende por argumentação, ou ainda que a argumentação é uma miragem” (1999, p.1).

Três elementos contribuíram para a formação da Teoria dos Topoi argumentativos: 1) a dificuldade de descrição das expressões argumentativas; 2) o fato de que há duplas de frases com o mesmo operador argumentativo que permitem chegar a conclusões diferentes; 3) há duplas de frases com operadores opostos que levam à mesma conclusão. Vejamos os exemplos colocados por Ducrot (1999):

- a) São quase oito horas. É tarde.
- b) São quase oito horas. Aprese-se.

Tomando por base o operador *quase*, é possível chegar a duas inferências nas frases acima. A primeira de que o fato de se aproximar das oito horas implica não haver mais tempo. A segunda de que ser quase oito horas, chegará ao limite da tolerância, portanto deve apressar-se!

Ducrot atribui três propriedades aos topoi: “*universais*” – são comuns ao locutor e ao alocutário – partilhados por uma coletividade; “*gerais*” – são aplicados a várias situações, não apenas no momento da fala; e “*graduais*” – que geram uma conclusão gradativa, se o valor apresentado em uma escala cresce, o valor na outra também crescerá. Exemplo:

O tempo está bom. Vamos à praia.

Conforme Ducrot (1999), o topos é aquele que atribui à escala do “tempo bom”, a escala de “prazer”. Por isso, a argumentação

passa a ser entendida como elemento que constitui o enunciado: o fundamento argumentativo designado de *topos* é o responsável pelo direcionamento do enunciado rumo à conclusão; é o intermediário entre o argumento e a conclusão.

4.1.4 Ducrot e Saussure: semelhanças e divergências

A Linguística da enunciação é um campo de estudo que compreende teorias enunciativas, apresentando diferentes representantes que formulam teorias da enunciação, entre eles Bakhtin, Jakobson e Ducrot, de acordo com Flores e Teixeira (2005).

Para Ducrot (1999) a característica e expressão do sujeito são observadas no enunciado, assim os sentidos produzidos no discurso estão ligados à materialidade linguística.

Em sua trajetória de estudos, Ducrot apresenta um cuidado em firmar uma relação com as convicções saussureanas, não obstante discordando dele em alguns aspectos. Para o autor, Saussure é um exemplo das teorias linguísticas, tanto que no livro *O Dizer e o dito*, Ducrot(1987) se reporta à teoria saussureana trazendo em questão noções de língua e fala.

Conforme o painel abaixo, podemos inferir que Saussure(2006) privilegia o estudo da língua em detrimento da fala, já Ducrot considera em sua Teoria, não só a noção de língua, mas também a de fala. Saussure contrapõe língua (social) à fala (individual), focando seus estudos na língua, porém Ducrot ao tratar da língua, tem a frase como pertencente a um sistema linguístico, um conjunto de instruções, e o enunciado a ideia equivalente à fala, o uso efetivo das instruções.

Ducrot	Saussure
Se utilizarmos, para exprimir tal tese [a descrição semântica de uma língua], a terminologia saussureana tradicional, seremos levados a	Pode-se, a rigor, conservar o nome de Linguística para cada uma dessas duas disciplinas e falar duma Linguística da fala.

<p>afirmar, por exemplo, que uma linguística da língua é impossível se não for também uma linguística da fala. (Ducrot, 1987, p.63)</p> <p>Queremos dizer que o objeto teórico língua não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade de fala. (Ducrot, 1987,p.64).</p> <p>Nossa tese é que a língua (como objeto teórico) deve conter uma referência àquilo que Saussure constitui a fala. O que significa dizer, no final das contas, que a distinção metodológica deve ser projetada sobre o dado segundo um traçado diferente daquele proposto por Saussure. (Ducrot, 1987, p. 64-5).</p>	<p>Será, porém, necessário não confundi-la com a Linguística propriamente dita, aquela cujo objeto é a língua. (Saussure, 2006, p.28)</p> <p>[A língua] É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotada pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (Saussure, 2006, p.17)</p>
---	--

Quadro 13. Correspondência, em Saussure, das afirmações de Ducrot, in Mack, 2010.

Pode-se inferir que a análise de Ducrot estende a de Saussure, uma vez que observa os sentidos além dos significados. Para Ducrot, o encadeamento argumentativo coloca em uso *estruturas de base*, termo utilizado pelo autor quando se refere à Teoria de Saussure. Portanto, da mesma maneira que Saussure se refere a sistema, Ducrot refere-se à estrutura como um conjunto de instruções que são atualizadas na fala.

Vejam os um fragmento do livro *La semântica argumentativa*, para validar a influência de Saussure nos trabalhos de Ducrot, (Carel;Ducrot, 2005,p.11).

A Teoria da argumentação na língua é uma aplicação do estruturalismo saussureano à semântica linguística na medida em que, para Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua.

Tomemos um exemplo dado por Ducrot acrescido de uma análise estruturalista:

O hotel está perto, portanto é fácil chegar. (Ibidem,p.12)

O encadeamento argumentativo observado por Ducrot, que produz efeito de sentido na enunciação, leva-nos a concluir que *perto* significa *fácil de chegar*, ao passo que se fizermos uma análise desse enunciado segundo os termos saussureanos, *perto* significa oposto a longe. Portanto, com base na Teoria de Ducrot, o sentido do enunciado é produzido pelo encadeamento argumentativo, de acordo com o contexto e com a escolha do produtor.

Segundo Ducrot (2005), tem-se a função enunciativa do locutor e a função enunciativa do enunciador. Onde o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso, e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói.

Na concepção de Saussure(2006), a língua é o sistema onde tudo se mantém, é social. Já a fala é ocasional, é individual. A dicotomia entre língua e fala proposta por Saussure permite que a língua seja analisada enquanto sistema em sua organização, mas impede a análise da fala. A língua é entendida como estrutura organizada e a fala, assistemática, desorganizada.

A visão de signo, para Saussure(2006), como elemento para o qual se pode atribuir um valor semântico direcionava à frase, era para ela que se ocupava em atribuir um significado – a “significação”. A enunciação vinha em questão na proporção em que a significação da frase era compreendida como “um conjunto de instruções para a interpretação das ocorrências dessa frase nas diversas situações de discurso que podem ser descortinadas”. (Carel; Ducrot, 2005, p.22)

É nítido que Ducrot(2005) explicita em seus estudos uma preocupação em fundamentar sua teoria em Saussure, não obstante se afastando por vezes por apresentar visões mais amplas das relações do signo.

Segundo Ducrot, a análise linguística para estar completa precisa não só da significação, mas também do sentido. E embora Saussure não ignore a existência da fala, não a considera como objeto de estudo. A fala é inerente à língua e, nos estudos de Ducrot, ambas são levadas em conta.

E mesmo Saussure fazendo uso da palavra *sistema* para se referir à língua enquanto regularidade, e Ducrot referindo-se a ela como *estrutura*, os encadeamentos argumentativos, que estão na base dos discursos produzidos, são, portanto, o uso efetivo dessas estruturas que formam o sistema linguístico. (MACK, 2010, p.129)

4.1.5 Estratégias argumentativas

Em 1987, o filólogo Michel Bréal, em “Ensaio de semântica: ciência da significação”, retoma os estudos sobre semântica no mundo ocidental, onde insere as proposições sobre o elemento subjetivo como constitutivo da linguagem, da inscrição do sujeito na linguagem e do sujeito e sua relação com a história na construção do sentido.

Embora a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) de Ducrot (2009) não se associe aos estudos de Bréal, Ducrot retoma a base do pensamento filosófico grego e seus fundamentos iniciais estão nas Teorias Estruturalistas, havendo uma grande preocupação com a materialidade linguística.

No livro *Princípios da Semântica Linguística – dizer e não dizer* (1987), Ducrot propunha que o ponto de partida do componente linguístico era o enunciado e não a enunciação. O autor entende o enunciado como da ordem do empírico - não se repetindo – uma vez que é no momento da enunciação que se faz significar o enunciado (considerando para tal o contexto linguístico: o lugar, o produtor, a data e o(s) locutário(s)). E mesmo levando em conta que possa haver igual sequência de palavras, o sentido pode ser diferente, pois está ligado ao encadeamento da enunciação. Para ele, Ducrot(1987), o enunciado está ligado à intenção, enquanto a enunciação, ao contexto da interação.

Faz-se importante também considerar a distinção que Ducrot estabelece entre sentido e significação: esse, sendo os valores semânticos atribuídos à frase e, aquele, os valores atribuídos ao enunciado. Para Ducrot, há no sentido uma preocupação com o externo da língua. Em *Dizer e não dizer* (1987, p.231), o autor atribui o efeito de sentido à ação imposta pela enunciação, através do que está implícito no enunciado, e chama atenção para o que é externo ao contexto semântico do dito, quando traz à tona o funcionamento dos *subentendidos*. Nesse sentido, Ducrot(1987) confere à significação, as pistas linguísticas, instruções e indicações para que o sentido do enunciado se constitua.

A argumentação tem um papel expressivo na vida social e na discursividade, e tanto o possui, que Karl Popper, filósofo do século XX, propôs considerar a argumentação como a quarta função da linguagem, referindo-se ao modelo comunicacional de Bühler, que apresenta três funções básicas: a expressiva – sujeito que fala; apelativa – sujeito para quem se fala; função representativa – que corresponde a fazer uma descrição do mundo. A esse modelo, Popper acrescenta a função argumentativa, uma função crítica, inerente às línguas naturais, que conduz o homem a argumentar em favor de suas teses todo o tempo.

Ducrot & Anscombré consideram a argumentação como um fenômeno inscrito na língua e, portanto, no sentido dos enunciados. Segundo os autores, significar corresponde a orientar argumentativamente. E, citando Plantin (2006, p.18):

Toda fala é necessariamente argumentativa. É o resultado concreto de um enunciado em situação. Todo enunciado visa agir sobre seu destinatário, sobre o outro, e a transformar seu sistema de pensamento. Todo enunciado obriga ou incita o outro a crer, a ver, a fazer, de outra maneira.

Conforme Menezes (2006, p.88),

falar é agir sobre o outro. Ao dizer algo, o sujeito falante, não somente se reporta a fenômenos, seres ou atos, mas, ele próprio, como detentor da palavras, assevera, promete, declara, avisa, pergunta, ordena, informa etc.,

fazendo com que o seu interlocutor desempenhe uma determinada ação intelectual e/ou física.

Num primeiro momento Ducrot (1987)¹⁸ estuda o modo como as variáveis argumentativas (morfemas, locuções conjuntivas, conjunções, adjetivos e advérbios) mostram diretivas e orientam para a compreensão do sentido dos enunciados. Para ele, essas variáveis argumentativas funcionam como espécies de códigos, que nos direcionam para uma determinada estratégia argumentativa.

4.1.5.1. Pressupostos e subentendidos

Muitos linguistas abordam questões, nas quais se insere o “estudo dos sentidos”, especificamente os *pressupostos* e os *subentendidos*, elementos semânticos que apresentam acepções e descrições diversificadas.

Esses conceitos, no quadro da Semântica Argumentativa, desenvolvida por Ducrot e Anscombré(1994), e posteriormente estudado por Ducrot e Carel (2005), foram questionados pelo autor em diversas fases dos seus estudos sobre a linguagem. Para Ducrot (1987, p,18), a exegese semântica de uma língua consiste em “um conjunto de conhecimentos que permitem prever, frente a um enunciado [frase] A de L, produzido em circunstâncias X, o sentido que esta ocorrência de A tomou neste contexto”. Como embasamento para tal esquema, o autor parte da hipótese de que para se compreender o sentido do enunciado devemos observar dois componentes de natureza distinta: *componente linguístico* e *componente retórico*, esse responsável pela significação efetiva do enunciado, e aquele, o conjunto de conhecimentos linguísticos da língua, atribuídos a cada frase, independente do contexto- o significado.

¹⁸ Em *O dizer e o dito* (1987), reúnem-se artigos escritos entre 1968 e 1984 que tratam da relação da pressuposição com os atos de fala, da argumentação como um predicado linguístico da linguagem e da teoria polifônica da enunciação

Ducrot afirma que o sentido de um enunciado não seria o produto da significação juntamente à enunciação, onde se observa os traços situacionais, mas sim a transformação da língua em discurso pela ação do locutor, cujos limites de sentidos são marcados pelo ato ilocucionário, o acontecimento enunciativo, o locutor expressa seu ponto de vista no discurso, por isso não é mais possível aceitar o caráter objetivo da linguagem.

Eram tidas como funções essenciais da linguagem, a transmissão de informações e a comunicação. No entanto, a mudança desse paradigma informativo para um ponto de vista no qual a linguagem funciona como motor das relações intersubjetivas oportunizou possibilidades de estudos que culminaram no fato de que nem todos os conteúdos comunicados são explícitos.

Nos estudos de Ducrot (1987), os fenômenos pressupostos e subentendidos eram diferenciados pela sua essência: os pressupostos atrelados ao componente linguístico. Os subentendidos, se evidenciariam no ato ilocucionário, nos atos de enunciação, a partir do componente retórico.

Na visão de Ducrot (1987) no que diz respeito à linguagem, ele a vê como meio de interação, nesse sentido, tanto os pressupostos como os subentendidos são determinados a partir das relações enunciativas propiciadas por ela. O pressuposto no nível da significação e o subentendido no nível da enunciação. Conforme:

(...) a língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos (Idem, 1987, p.11).

Além dos componentes retórico e linguístico, Ducrot cita outros dois conceitos para a explicação dos implícitos: significação literal e significação implícita. A significação literal entendida como a presente na frase da língua – significação. Já a significação implícita, somente será entendida uma vez tendo sido compreendida a significação literal.

a. Pressupostos

Na obra de Ducrot – *Princípios da Semântica Linguística: dizer e não dizer*, originalmente publicada na França em 1972, traduzida no Brasil em 1977, o autor já dedicava sua atenção ao conceito de Pressuposição, que, ao longo dos estudos, foi o que mais sofreu reformulações.

O interesse de Ducrot pelos pressupostos pode estar relacionado ao liame com outros fenômenos da linguagem, como a polifonia, o encadeamento, a interrogação e a negação.

Os pressupostos, implícitos na língua, são restritos ao sentido literal, assinalados desde o componente linguístico. Assim fazem parte do domínio comum dos interlocutores do diálogo, locutor e alocutário, não estando ligados a nenhum juízo individual e não podendo ser justificados ou explicados pelo raciocínio. Antes, pertencem ao “nós”, colocando-se no campo de conhecimento comum aos dois personagens do discurso. Para o autor (1987, p.37):

(...) é necessário, então, fazer admitir que a [pressuposição] pode aparecer ao nível mesmo do enunciado e até mesmo sob a forma de subentendido. Haveria pressuposições subentendidas, como há pedidos subentendidos).

A conclusão apontada por Ducrot (1987), mantém a pressuposição como elemento do sentido, cuja admissão e conhecimento são obrigatórios ao destinatário, sem, contudo, dar a ele o direito de prosseguir o diálogo a partir dela.

As indicações que um enunciado traz, mas sobre as quais o locutor não faz recair a continuidade do seu discurso. (Idem, p.38)

b. Subentendidos

Para Ducrot(1987), o que está implícito está envolvido indiretamente no enunciado, e necessita ser identificado pelo alocutário, pois atua como produto secundário no momento do

discurso. Para o autor, são exemplos do que é oposição à pressuposição.

O autor opera com a hipótese de que existem dois tipos de implícitos: os que se originam dos componentes linguísticos e os que têm origem na enunciação. O primeiro inerente à significação da frase e o segundo ao sentido da enunciação. Essa concepção parte de uma descrição inicial dos pressupostos e subentendidos, observada a partir do comportamento semântico de alguns enunciados com relação aos conteúdos evocados. As exposições de Ducrot (1987, p.07) apresentam com muita nitidez a essência dos subentendidos:

O implícito não deve ser procurado no nível do enunciado [frase] como um prolongamento do nível explícito, mas num nível mais profundo, como uma condição de existência do ato de enunciação [enunciado].

O implícito constitui o resultado do raciocínio do ouvinte, assim não se situa no nível explícito do enunciado, não pertencente à significação linguística. O locutor pode, a qualquer tempo negar a responsabilidade pelo subentendido.

Veamos o exemplo *Maria gosta de perfumes franceses*, pode-se dizer que Maria gosta pouco ou nada dos perfumes nacionais. No entanto, essa informação não pode ser inferida como um pressuposto, já que as afirmações sintáticas não apontam para isso. Logo, os sentidos subentendidos não necessariamente aparecem pressupostos na significação da frase, mas sim acrescentados pela interpretação do ouvinte.

A partir do subentendido, o locutor é capaz de sugerir sentidos sem admitir responsabilidade por eles, e na mesma ordem, o alocutário chega ao subentendido pela análise dos enunciados e da situação da enunciação. De maneira contrária à pressuposição, os subentendidos sucumbem-se à ação transformadora da interrogação, uma vez que não estão fundamentados na significação das palavras que compõem o enunciado.

Observamos que Ducrot (1987, p.32) apresenta uma releitura da oposição pressuposto-subentendidos, esse pertencente à enunciação e aquele à frase. Assim ele afirma: para que um enunciado E subentenda X, X deve aparecer com uma explicação da sua enunciação.

Ducrot entende que pressuposto é parte integrante da interpretação dos enunciados, é imposto ao ouvinte, o subentendido porém, permite ao interlocutor encadear a continuidade do discurso a ele, se apresentando como resultado ao qual o interlocutor chega a partir da exposição que o locutor apresentou, como um resultado do sentido. Diferentemente dos pressupostos que impõem a imagem do discurso do locutor.

Nesse estudo porém, é possível apontar um ponto análogo entre essas duas noções: a possibilidade que o locutor tem de se retirar da sua fala. No caso dos pressupostos, pela dificuldade encontrada pelo locutor de dar continuidade à sua fala numa situação de *discurso ideal*. Nos subentendidos, a possibilidade da retirada em função da negação da intenção de comunicar esse ou aquele conteúdo, apelando para o *sentido literal*. Um processo iniciado pelo interlocutor, como resposta a perguntas do tipo: *Por que o locutor disse isso?* ou *Por que o locutor falou dessa maneira?*

Conforme afirma Ducrot (Idem, p.42):

O locutor apresenta sua fala como um enigma que o destinatário deve resolver. O sentido, que é sempre, para mim, um retrato da enunciação, é um retrato cuja responsabilidade L deixa ao destinatário.

4.1.5.2. Polifonia – as vozes da argumentação

Bakhtin (1929) introduziu o conceito de polifonia nas ciências da linguagem. Para ele, o dialogismo é constitutivo da Linguagem. Ducrot (1980,1984) introduz o termo para a prática linguística, no intuito de designar as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que se representam nos enunciados. Numa visão enunciativa, o sentido de um enunciado consiste em uma

representação de sua enunciação. Ele atribui a essa interação, figuras do discurso: locutor – responsável pelo enunciado, e enunciadore – encenações de pontos de vista.

A Teoria tradicional do sentido atribui que a linguagem descreve diretamente a realidade. Nessa concepção, as palavras têm um valor denotativo, pois configuram uma representação da realidade.

Sob essa ótica tradicional, o estudo da linguagem está fragmentado em duas partes: componente semântico e componente pragmático. Ao componente semântico atribuímos a função representativa, que se ocupa das condições de verdade do enunciado, já o componente pragmático se ocupa da função instrumental a linguagem, seu valor argumentativo.

Para Ducrot (1987, p.158), a língua é um instrumento polêmico que serve de interação entre os indivíduos. No entanto, ela não possui somente um valor *informativo*, mas antes, um valor *argumentativo*. Ao valor semântico da frase, atribuímos o significado, ao valor semântico do enunciado, o sentido. O sentido se constrói assim, pela utilização da linguagem.

Nesse contexto, Ducrot (1987, p.161) constrói a teoria polifônica da enunciação como uma representação do que os enunciados fazem da sua enunciação, sendo o enunciado a intenção e a enunciação o momento da interação.

Em sua teoria polifônica, Ducrot distingue dois tipos de personagens: o locutor – uma categoria empírica; e o enunciador – uma categoria abstrata, subjetiva: um ponto de vista.

A interpretação de um enunciado exige a percepção dos pontos de vista da enunciação, de acordo com as possibilidades observadas pela posição dos locutores em relação à enunciação. Exige que se observe também a atitude do locutor em relação ao que se espera da enunciação. Assim, ao constatar a polifonia do enunciado, deve-se observar o movimento argumentativo dos interlocutores, a orientação dos argumentos e a própria situação da enunciação. Na frase “*Que bonito!*”, podemos entender o duplo sentido expresso na enunciação, onde se confrontam duas vozes: a

primeira expressando um elogio, e a segunda uma possível repreensão a um ato cometido.

O conceito de Polifonia desenvolvido por Ducrot (1988) buscou mostrar que em um mesmo enunciado é possível haver mais de uma voz. De acordo com Campos (2007, p.155), a Teoria da Polifonia chama a atenção para os enunciadores que assumem posições distintas diante da significação dos enunciados. Como exemplo, a autora emprega a palavra *trabalho*, convocando o enunciador que afirma *cansaço* provocado pelo trabalho – de acordo com o senso comum. No entanto, se um outro enunciador predica o trabalho com a palavra *descanso*, teremos um jogo polifônico da enunciação.

Ao designar diferentes vozes instauradas no discurso, a polifonia configura sobretudo o efeito de sentido construído no e pelo texto, está literalmente associada à coletividade, aos interlocutores da enunciação. O sujeito no uso da língua produz sentidos, ou melhor dizendo, o sentido vai se construindo no uso que o sujeito faz da língua. A construção do sentido é uma prática social dialógica e polifônica. Dessa forma, é possível afirmar que o sentido linguístico muda de um lugar para outro, de um tempo para outro, de uma língua para outra, de uma classe para outra e de uma comunidade para outra.

4.2. Valores semânticos dos conectivos

A produção de textos é imprescindível em uma sociedade, no entanto, se um texto não estiver formalmente organizado e com o seu significado coerente, certamente não cumprirá seu objetivo. Para que o interlocutor estabeleça o sentido do texto, é necessário que o mesmo apresente clareza e utilização correta dos seus elementos linguísticos e estruturais. Muitos são os fatores que contribuem para a não compreensão textual, porém a falta de sentido e a desorganização, não só comprometem a compreensão, como também sua produção.

Em Saussure (2006), tanto o significante quanto o significado são de natureza psíquica. Por isso não se compreende mais o pensamento separado da linguagem.

Para Ducrot (1987, p.15) não há como realizar uma descrição semântica linguística finita para cada enunciado:

[...] a descrição semântica se constituirá de um conjunto extremamente heterogêneo, heteróclito mesmo. Com efeito, aí deverão ser abrigados, além dos conhecimentos habitualmente chamados de linguísticos, um certo número de leis de ordem psicológica, lógica ou sociológica, um inventário das figuras de estilo empregadas pela coletividade que fala a língua L, com suas condições de aplicação, em suma, informações referentes às diferentes utilizações da linguagem nessa mesma comunidade.

As palavras se fazem do uso e não fora dele. A argumentação é entendida a partir do emprego linguístico, na sua base argumentativa, e não em frases isoladas.

Nesse sentido, destacamos o valor semântico dos conectivos, elementos responsáveis pela adequada articulação gramatical entre as ideias no texto – conexão interna dos vocábulos no texto. A coesão é responsável por atribuir sentido ao texto: conforme Fávero (1999, p.11):

(...) a coesão é explicitamente revelada através de marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, portanto de caráter linear (...). É nitidamente sintática e gramatical, mas também semântica.

4.2.1 Valor semântico lexical

A semântica lexical é uma das muitas vertentes relativas ao estudo semântico. Trata do significado cognitivo que envolve a relação entre língua e os constructos mentais que estão codificados no conhecimento semântico do falante. Ela se preocupa com a linguagem e não com o mundo público (real) que envolve a comunicação linguística. Seu principal objeto de estudo é a língua e sua representação mental.

O que importa para o usuário da língua é a necessidade de compreender o significado das palavras. Não existe a preocupação de que, em contato com outras dentro da estrutura frasal, as palavras possam perder seu significado original e assumirem uma significação dentro do contexto da sentença. Sob essa concepção, justifica-se a existência de dicionários que reúnem os diferentes significados de uma palavra dentro de uma determinada língua.

Para a semântica lexical, as palavras são determinadas umas em relação as outras, e dentro dessa classificação podemos citar a sinonímia, a antonímia, a hiponímia e a hiperonímia.

No entanto, é necessário que se estude não só o dicionário, mas também as propriedades do significado das palavras de uma forma mais ampla, o que dá origem à Teoria semântica lexical.

Para os estudiosos desse assunto, diferentemente dos simples usuários da língua, o significado das palavras por si só não é satisfatório, mas o contraste entre diferentes palavras e a maneira como essas contribuem para formar o significado da sentença o é.

Para que uma sequência de unidades linguísticas alcance um objetivo comunicativamente funcional, é necessário que tais unidades se submetam a padrões sintático-semânticos de combinação e, ainda, a estratégias textuais de encadeamento, organização e hierarquização.

É importante que se considere as unidades do léxico, não como unidades da língua, ou unidades do dicionário, mas antes como unidades do texto. São unidades lexicais contextualizadas, constitutivas de uma unidade de significado, para fins de interação. O que se ressalta aqui, não é apenas o valor do sentido que as unidades lexicais têm, mas, sobretudo, a função que essas unidades desempenham na organização do texto, indo além do sentido.

Nos últimos anos, os estudos de Ducrot(1987) têm conduzido a um ensaio de formulação de uma teoria do sentido lexical. Para o autor o sentido de uma palavra com conteúdo lexical equivaleria à contribuição que ela dá para a significação do enunciado como um todo, calculável no componente linguístico. Essa combinação deve ser basicamente referencial. Nesse aspecto Ducrot recusa esse

modelo semântico. Ora, se o sentido de um enunciado não se restringe ao seu valor de verdade, então o sentido de uma palavra não pode corresponder a seu valor referencial.

A língua não se restringe à função informativa. As frases da língua abrangem semanticamente elementos que não correspondem às condições de verdade. Assim, Ducrot (2005) posiciona seu trabalho diferentemente de Saussure (2006), quando afirma que não define as palavras em relação a outras, mas em relação a outros discursos.

4.2.2 Valor semântico textual

Considerando que a produção textual tem como objetivo basilar a clareza redacional, faz-se imprescindível, por parte dos interlocutores, o domínio da Semântica Textual, ramo da Linguística que torna possível a seleção lexical e a capacidade observativa, ferramentas que, em produções textuais, inibem a condição duplamente interpretativa de um texto.

Esse tipo de competência intitula-se Competência Textual, que consiste na capacidade que o falante tem de criar e entender textos de acordo com regras da textualidade.

Bachmam (1990, p.111) atribui à CT, “o conhecimento das convenções para unir frases e formar um texto [...] consistente em dois ou mais enunciados ou frases que se estruturam de acordo com regras de coesão e organização retórica”¹⁹, o que resume a habilidade de articular textos coesos e coerentes.

Conforme viemos analisando ao longo deste estudo, como recurso articulador entre frases, palavras e/ou parágrafos, a principal contribuição da coesão no estudo do texto é a capacidade que ela tem de unir uma ideia a outra, fazendo com que a rede de interação entre os interlocutores seja tecida.

Nesse sentido, os articuladores textuais de coesão ou operadores argumentativos, objeto de análise deste trabalho, são os

¹⁹ Tradução da autora.

conectores responsáveis pelo encadeamento de natureza sintática, semântica e pragmática. Sua função semântico-textual facilita o entendimento, dando ao texto mais clareza e objetividade, possibilitando, assim, a compreensão do sentido.

A visão direcionada aos processos de significação dos articuladores textuais ou operadores argumentativos configuram estratégias argumentativas oriundas de um trabalho refletido sobre a linguagem, sendo essa o reflexo da expressão do pensamento.

De acordo com Halliday & Hasan (apud Bastos, 1994,p.4), a coesão é um conceito semântico e refere-se às relações de sentido que ocorrem no interior do texto e que se organizam superficial e linearmente no texto, sendo reconhecível na sua superfície através de recursos como marcas linguísticas, índices formais e conectivos. Os autores também ainda consideram que a coesão é expressa parcialmente através de vocábulos e envolve um certo grau de coerência que inclui os vários componentes interpessoais (social, cognitivo, expressivo).

É necessário que haja não só relações de sentido entre os conjuntos de vocábulos, frases e expressões para que seja considerado um texto, como também o encadeamento e relações de sentido dessas unidades.

O autor explicita ainda que, para Halliday & Hasan «A coesão não é uma questão do que um texto significa, mas de como está edificado semanticamente» (1994,p.04). Para Halliday & Hasan (1976,p.04), a coesão de um texto determina-se pelos elementos responsáveis pela articulação entre as passagens do texto. Observa-se que a coesão se estabelece quando um elemento do texto retoma outro elemento ou uma expressão já mencionada ou dita anteriormente, é uma relação semântica que ocorre através do sistema léxico-gramatical. Isso porque se estabelece uma rede em que um elemento do texto articula-se com outro, pressupõe o outro.

4.2.3. Valor semântico discursivo

Embora existam diferenças terminológicas, texto e discurso culminam em duas noções inseparáveis. Ao trabalharmos o valor semântico discursivo dos conectores, entramos no campo da comunicação harmoniosa, coesa e coerente, imprescindível para a vida em sociedade.

A semântica discursiva não trata dos significados como o dicionário trata das palavras na língua, mas da maneira como os significados se apresentam no discurso, no contexto, na enunciação. Mostra, por exemplo, que a forma como se diz certas coisas faz pressupor ou inferir outras, a partir do conhecimento de mundo possuído pelo alocutário. Ducrot (1981) refere-se ao discurso como uma entidade linguística de nível complexo²⁰, classificando-o como uma das entidades que caracteriza o que ele vai chamar de realização linguística.

No processo de linguagem e interação, a significação do enunciado é definida pelos atos que o interlocutor tem a intenção de realizar. O falante não pode apenas ter a intenção, deve antes, fazer com que essa seja reconhecida. Como dito anteriormente, chamamos esse processo de *competência comunicativa*, no qual um falante não só conhece o emprego da língua em si, mas a reconhece com seus efeitos de sentido na ação comunicacional.

Os conectivos ou conectores, unidades que conectam e/ou ligam segmentos em um mesmo enunciado, passaram, a partir da década de 60, a chamar a atenção dos estudiosos da área da coesão para o seu papel não só coesivo, mas principalmente semântico-discursivo. A utilização desses elementos sintático-semânticos configura um meio para uma preferência intencional, pragmática, selecionada de acordo com o objetivo do locutor, pois, segundo Koch (2008, p.102), esses articuladores de coesão “são responsáveis, em grande parte, pela força argumentativa dos enunciados”.

²⁰ Discurso, para Ducrot, é a sequência de enunciados semanticamente interligados.

Segundo Ducrot (2009, p.23), a persuasão se dá unicamente pelas palavras, pelo discurso. Nessa linha, o autor chama de argumentação segmentos do discurso constituídos pelo encadeamento de dois conceitos: argumento e conclusão, que por sua vez são ligados pelos conectores. Essa ligação, em uma visão taxonômica, pode ser denominada de “estrutural” – já prevista na língua, ou “contextual”, cuja relação com o signo depende de condições do discurso. Ainda para Ducrot(2009), os termos *enunciado* e *discurso* referem-se à língua como atividade. O enunciado, como realização da frase por um locutor, dotado de sentido, e o discurso, um conjunto de enunciados ligados entre si.

Compreender um enunciado é inferir uma conclusão precisa e coerente e o uso incorreto dos conectores pode mudar o sentido dessa coerência.

Partindo da premissa de que a argumentação é inerente à língua, Ducrot sustenta sua Teoria de que algumas palavras na língua possuem força e valor argumentativo. E, para Koch (2008, p.104) é evidente que todo discurso tem, dentro de sua construção, mecanismos que, por sua vez, sustentam a argumentação desse discurso. Nesse sentido, é tarefa do locutor estabelecer meios que o levem a cumprir seu objetivo, meios que deem estrutura ao texto, proporcionando a textualidade necessária para a orientação do sentido do enunciado.

5. CRIAÇÃO LEXICAL: as palavras e os processos de transformação diacrônica

Faz-se oportuno abordar neste capítulo, os processos pelos quais o léxico sofreu transformações diacronicamente. Nesse sentido, fazemos referência aos processos de transformação lexical e às palavras gramaticais e lexicais que atuam como conectores e articuladores de coesão na construção do texto.

5.1 A derivação imprópria em plano diacrônico

O processo de derivação imprópria é historicamente conhecido como a transposição de uma palavra de uma classe gramatical para outra. Nas gramáticas normativas utiliza-se o termo “conversão”, considerado mais adequado ao processo. Assim, tomamos uma palavra de uma determinada classe gramatical e a transferimos para uma outra. Constata-se aí, uma pergunta a se fazer sobre o fenômeno da conversão. Cabe-nos aqui observar se há alguma diferença de função entre os casos de derivação imprópria e conversão.

A NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) divide a gramática em três áreas: Fonética, Morfologia e Sintaxe. A Morfologia porém, envolve três seções: classificação das palavras, suas flexões, estrutura e formação das palavras. Nesta última consideram-se dois processos de formação de palavras: composição e derivação (prefixal, sufixal, parassintética e regressiva). Assim observamos que não há lugar para a **derivação imprópria**.

Cabe ressaltar que gramáticos anteriores à NGB já haviam inserido a Derivação Imprópria no estudo dos processos de formação das palavras. João Ribeiro (1933) aponta que a derivação imprópria não configura uma derivação, porém uma mudança de categoria ou classe, embora não diferencie Derivação Imprópria de Derivação Regressiva.

Nunes(1930), juntamente a João Ribeiro (1933), é mister em afirmar sobre a inadequação da derivação imprópria na morfologia, visto que não se trata de um processo de derivação e sim mudança de classe, colocando em questão essa posição antes mesmo da publicação da NGB.

Não houve avanços nem inovações nas gramáticas posteriores à NGB, entende-se que a Derivação Imprópria agrega-se a uma mudança de sentido e função do vocábulo, como afirma Said Ali (1964, p.231):

A mudança de sentido e de função que sofrem as palavras examina-se em outras partes da gramática, e, a dedicar-se uma parte especial a tão importante assunto deverá denominar-se semântica e não derivação.

A mudança de classe gramatical a que se sujeita o vocábulo conduz a uma alteração semântica e funcional do mesmo, direcionando-nos a uma necessidade inerente de se definir o processo. Cabe ressaltar que na primeira gramática da Língua Portuguesa, Oliveira (1960) traz o estudo de Derivação Imprópria sob o nome de “dicções mudadas”.

Bechara (1976) afirma ser o termo Derivação Imprópria inexpressivo. Referindo-se a ele como **Conversão**. Cunha e Cintra (1985) reconhecem as variadas denominações para o processo como **Habilitação** e **Conversão**. Cegalla (1997) aponta que não somente à Semântica interessa tal estudo, como também à Estilística.

Sendo a Derivação Imprópria um processo que implica a mudança de classe gramatical, talvez não se deva denominar **derivação**, visto que não se dá por meio de morfema aditivo, mas sim uma **conversão, gramaticalização**.

Todavia, é interessante que se diga que não se pode estudar este processo fora de uma perspectiva diacrônica, devido às evoluções históricas às quais toda língua se submete. Algumas regras da gramática normativa deixam de ser utilizadas e passam a ser empregadas de modo distinto aos recomendados por essa mesma gramática tradicional. Posto isso, para entender certas ocorrências

que não são justificadas pela gramática normativa, surgem teorias que podem auxiliar nessa compreensão.

O processo de Conversão Categorial é muito mais complexo do que se pode supor, já que nos permite uma abordagem linguística não estabelecida pela gramática normativa: sua denominação, seu enquadramento em uma determinada área linguística e o ponto de vista sob o qual é estudada.

Bechara (2015, p.308), na *Moderna Gramática Portuguesa*, em sua 38ª edição, já faz referência à Conversão como um processo de mudança de classe gramatical das palavras, podendo ser melhor analisada na Sintaxe-semântica, já que cabe à Semântica o estudo do referido processo.

De maneira geral, os autores de gramática se dividem em utilizar e abordar o termo Derivação Imprópria. Em livros didáticos, o uso do referido termo aparece com maior frequência, não obstante trazendo simultaneamente a denominação *Conversão*, como em Travaglia (2016, p.231) e Barreto (2016, p. 245).

Por isso a substituição do nome Derivação Imprópria por Conversão pode ser justificado levando em questão a sua posição na sintaxe-semântica, e pela sua adaptação de traços semânticos inerentes à mudança de classe gramatical. Conforme afirma Infante (2005,p.107):

(...)note que a derivação imprópria pouco ou nada tem que ver com os processos de formação de palavras que estamos estudando (é por isso que se chama "*imprópria*"). Afinal, esses processos fazem parte da Morfologia porque implicam alterações na forma das palavras; já a derivação imprópria lida basicamente com o significado das palavras, o que a caracteriza como um processo semântico.

5.2 Gramaticalização

5.2.1. O conceito

A Gramaticalização é um processo de mudança linguística que afeta o conteúdo semântico de uma palavra ou expressão, no

sentido de o seu significado lexical perder importância em relação ao seu significado gramatical. Podemos assim estabelecer que uma determinada expressão linguística pode adquirir funções diversas dependendo do contexto em que está inserida, ocorrendo na língua uma variação e conseqüente mudança semântica.

Conforme Lehman (1982 apud Campbell & Janda, 2001, p.96-97):

a gramaticalização é um processo que transforma lexemas dentro de formações gramaticais ainda mais gramaticais; pode mudar não só um item lexical para gramatical, mas um item menos gramatical para mais gramatical.

Algumas conjunções, advérbios e preposições surgiram pelo processo de gramaticalização. Por exemplo o aparecimento do advérbio e conjunção *embora*, enquadra-se num processo de gramaticalização. A origem da palavra *embora* é a locução << em boa hora>>, pois antigamente acreditava-se que para qualquer ação, e sobretudo para viagem, havia momentos propícios e outros desfavoráveis. Assim, começou-se a aplicar o verbo *ir*, como em <<vai em boa hora >>, dando origem ao advérbio *embora*.

As palavras dentro do discurso adquirem funções diferenciadas, isso deve-se ao fato de que há na língua uma variação e conseqüentemente uma mudança semântica. Podemos dizer que tal fato ocorre de acordo com o contexto em que está inserido.

O processo de gramaticalização pode ser encontrado em todas as línguas, podendo envolver qualquer tipo de função gramatical. Nesse caso, itens lexicais passam a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas. Esses elementos, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver outras funções gramaticais.

Meillet (1966 -1936), o primeiro a introduzir o termo *gramaticalização*, definiu esse processo como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” (apud Moura Neves, 2006, p.113) que passa a servir para organizar a fala

do indivíduo e não necessariamente para construir sentido(s) isoladamente.

O processo de gramaticalização implica uma mudança semântica, ocorre devido às necessidades de comunicação não satisfeitas pelos falantes no uso das formas existentes no sistema linguístico.

Pode-se analisar o processo de gramaticalização pelo ponto de vista diacrônico, ou seja, um meio de analisar a evolução linguística ao longo da história, e sincrônico, relacionando as estruturas linguísticas do momento com os padrões anteriores do uso linguístico.

A língua é considerada algo dinâmico, logo suscetível a variações. Assim, a gramática da língua é sempre emergente, nunca presente, ou seja, está sempre se fazendo, nunca está pronta. Há sempre novas funções para formas já existentes que podem ser verificadas através de padrões fluidos da linguagem.

Em “Semântica e Discurso” (1990), Pêcheux retoma a discussão sobre base linguística, processo discursivo e formação discursiva (FD), relacionando-as com a questão do sentido e do sujeito do discurso. Para Pêcheux (1990), o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe “em si mesmo”, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. Assim, “as palavras e expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as proposições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1988, p.160).

Isso significa que elas adquirem seu sentido com referência a essas posições, isto é, com referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Segundo Bybee (2003, p.603), não é suficiente definir gramaticalização como um processo pelo qual um item lexical torna-se um morfema gramatical, mas ao invés disso importa dizer que esse processo ocorre em um contexto de construção particular.

Nesse contexto, é relevante ressaltar a importância da repetição no processo de gramaticalização, no qual palavras ou

morfemas frequentemente usados adquirem autonomia como uma só unidade.

O que era um elemento autônomo torna-se uma unidade linguística que exerce uma função dependente dos apoios sintático-semânticos do contexto linguístico no qual se insere. Isso nos permite constatar que as mudanças funcionais ocorrem concomitantemente às mudanças de ordem semântico-temática.

A gramaticalização não é um conceito novo, após os anos 1970, quando foram restabelecidas discussões pertinentes a esse assunto, puderam ser encontrados textos gramaticais anteriores, os quais trabalhavam a dicotomia entre sincronia/diacronia, trazidos à tona por esse processo.

5.2.2. A visão da gramática funcional

A corrente funcionalista, abordagem que analisa o modo como determinada língua é usada por seus falantes para fins de comunicação, compreende as diferentes relações estabelecidas entre estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que essas relações são utilizadas. Essa teoria tem o objetivo de verificar as funções exercidas pela língua a fim de atingir propósitos e intenções diversas no momento da enunciação.

Na visão de Moura Neves (2006, p.12) “A pluralidade funcional se constrói claramente na estrutura linguística e forma a base de sua organização semântica e simbólica, ou seja, lexical e gramatical.”

Assim, as diversas funções que o vocábulo exerce no discurso do falante e as possíveis mudanças semânticas que possam ocorrer são considerações feitas pela gramática funcional, considerando a competência comunicativa. O que se quer destacar é a competência em interpretar expressões de maneira apropriada e não apenas codificar e decodificar essas expressões, vale dizer que existem algumas diferenças entre a gramática formal e a funcional que podem ser entendidas a partir do quadro abaixo:

Tabela 1: Gramática Formal x Gramática Funcional

Gramática Formal	Gramática Funcional
Orientação primeiramente sintagmática	Orientação primeiramente paradigmática
Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares.	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações.
Ênfase nos traços universais da língua (sintaxe como base: organização em torno da frase).	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso)

Quadro 14 : (M.A K.Halliday, 1985: In troduction.(Adaptação de M.H.M. Neves (1994))

A língua, na visão dos funcionalistas, é o instrumento de interação social entre os indivíduos. Ela é a responsável por estabelecer as relações comunicativas através do uso das expressões linguísticas na interação verbal.

A questão primordial de toda a abordagem funcionalista de determinada língua é perceber “como se obtém” a comunicação; como os usuários da língua se comunicam.

Para Givón (1995), todo funcionalista defende a ideia da não autonomia linguística, porque a gramática não pode ser entendida sem referência a questões como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e variação, além da aquisição e evolução. Daí o porquê de tratarmos sobre a variabilidade linguística ao escrevermos acerca da gramática funcional.

Martinet (1908-1999 (1994)) afirma que o termo “funcional” só tem sentido para os linguistas se visto como “(...) o papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros.”

A gramática funcional estabelece uma relação entre a teoria da organização gramatical e a teoria da interação, levando em consideração a capacidade que as pessoas têm de, não só codificar e decodificar expressões, mas interpretar as expressões de maneira intencional usada no discurso. Assim, a linguagem além de ser uma atividade interativa entre falantes, exerce a função de desenvolver a capacidade interpretativa a partir de um determinado contexto.

Nessa vertente Du Bois (1968-1963)1993, p. 11 apud Neves,2006)) afirma que “(...) a gramática é feita à imagem do discurso”; mas:

(...) o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática e o (...) comportamento sintático-semântico pode ser bem explicado dentro de um esquema que leva em conta a interação de forças internas e externas ao sistema.

E nessas forças externas pontuariamos questões relativas à sociolinguística, tais como a faixa etária, escolaridade e sexo dos falantes entre outras, ou seja, os funcionalistas se preocupam com as relações entre a língua e a sociedade. Sua principal função é mediar a comunicação entre os usuários, sendo a língua um instrumento de interação social.

Relações semânticas não contempladas pela gramática tradicional constituem o objeto de estudo da corrente funcionalista que, em situações reais de comunicação, analisa a língua falada e escrita, visto que ao longo de sua utilização vai se adaptando a contextos diversos e promovendo alterações gramaticais e funcionais do léxico. Para Martellota (1996, p.6),

(...) a gramática de uma língua natural nunca é estática e acabada: tomada sincronicamente, a gramática de qualquer língua exhibe, simultaneamente, padrões regulares, rígidos, e padrões que não são completamente fixos, mas fluidos. Por alguma razão, certos padrões novos se estabilizam, o que resulta numa reformulação da gramática. Nesse sentido, a gramática é um “sistema adaptativo”: enquanto sistema é parcialmente autônoma, mas, ao mesmo tempo, é adaptativa na medida em que responde a pressões externas ao sistema.

Nesse sentido, o falante vem intervindo nas estruturas e normas gramaticais de sua língua, de forma que ao longo do tempo essas intervenções sejam normatizadas e gramaticalizadas. Todo esse processo culmina na intenção de facilitar a comunicação de maneira que a mensagem seja claramente compreendida.

Martellota (1996) afirma ainda que essas transformações são unidirecionais²¹, isto é, partem do discurso diretamente para a gramática e que aqueles elementos que passam por esse processo “perdem a liberdade típica da criatividade contextualmente motivada do discurso e tornam-se mais fixos e mais regulares” (MARTELOTTA, 1996, p. 59).

O processo de gramaticalização, muito embora não se tratando de uma nova descoberta, ainda é carente de pesquisas. Para Longhin-Thomazi (2004,p.215).

A Gramaticalização é um fenômeno tradicionalmente explicado como um tipo particular de mudança linguística em que, por meio de um conjunto de alterações principalmente de ordem sintático-semântica, itens lexicais passam a funcionar como expressões que sinalizam relações específicas.

A tabela abaixo relaciona algumas características da corrente funcionalista, classificada por Simon Dik (1978):

²¹ “Se de um lado os estudos diacrônicos apresentam evidências da unidirecionalidade da mudança, também levam à constatação antagônica de que o conjunto dos usos atuais de determinados elementos linguísticos também se encontra em estágios anteriores da língua. A segunda constatação leva-nos irremediavelmente à noção de uniformitarismo ou, em termos saussurianos, ao conceito de pancronia. A regularidade que caracteriza o conjunto de usos de alguns elementos linguísticos em diferentes sincronias impõe que se repense o princípio da unidirecionalidade e o papel do tempo no processo de mudança linguística. Nossa tendência, no momento, tem sido aceitar a unidirecionalidade, relacionando-a não às mudanças sucessivas que uma forma linguística pode assumir ao longo do tempo, mas aos critérios e rumos dos processos cognitivos relacionados à produção e à transferência de informação entre diferentes domínios conceptuais que os falantes praticam no uso da língua.” (MARTELOTTA, 2003, p. 59).

Tabela 2 :

1. A língua é um instrumento de interação social;
2. A principal função da linguagem é mediar a comunicação entre os usuários;
3. A capacidade linguística do falante compreende não só a habilidade de construir e interpretar expressões linguísticas, mas também usar tais expressões de maneira apropriada e efetiva, seguindo os modelos da interação verbal que prevalecem na comunidade linguística;
4. As expressões linguísticas são compreendidas quando consideradas dentro do contexto, sendo as propriedades do contexto, determinadas pela informação contextual e situacional;
5. Os universais linguísticos são explicados através dos fins de comunicação, dos contextos em que a língua é usada e das propriedades biológicas, psicológicas e cognitivas dos usuários.

5.2.3. Sobre conectores

Os conectores são elementos de coesão, palavras ou expressões que criam elos, relações semânticas entre os segmentos de texto ou do discurso. Eles sequencializam as ideias e estabelecem ligações entre elas. Podem ser representados pelo que se chama, na Gramática Tradicional, de “conectivos” – conjunções, pronomes relativos e preposições – ou, ainda, por outros articuladores textuais, como advérbios, ou outras palavras de ligação que estabeleçam conexão entre porções de texto.

Os conectores (conectivos) são elementos linguísticos que desempenham a função, no discurso e no texto, de conectar. São representados tanto por palavras gramaticais quanto por palavras lexicais. São responsáveis pela conexão sequencial que pode se manifestar de duas maneiras: subordinação semântica e coordenação semântica. No primeiro caso, verifica-se apenas um enunciado, consequência de um único ato de fala cujos conteúdos são indispensáveis à compreensão do ato de comunicação. No segundo caso, os enunciados, provenientes de falas distintas, são

encadeados sucessivamente, caracterizando assim, uma independência semântica.

Vejam os exemplos desse processo:

“Maria correu muito, *mas* não conseguiu alcançar o ônibus” - o “*mas*” é um conectivo, uma conjunção coordenativa adversativa. Expressa uma ideia contrária à que foi dita anteriormente. Porém, esse mesmo enunciado poderia ser expresso por outros elementos de conexão:

“Maria correu muito, *infelizmente* não conseguiu alcançar o ônibus”. “*Infelizmente*”, na gramática normativa é um advérbio, não constitui um elemento de coesão. Logo explicitamos que “*infelizmente*” não é um conectivo e sim um conector.

Nesse processo de evolução linguística podemos observar outros conectivos que são substituídos por conectores (elementos de coesão), utilizados muitas vezes por se aproximarem mais da oralidade, não havendo necessidade do conhecimento amplo da gramática normativa, tanto por parte do falante quanto do ouvinte.

Outro exemplo:

“Fique de sobreaviso, *pois* ele pode aparecer!” -

“Fique de sobreaviso, *de repente* ele aparece!” -

“Fique de sobreaviso, *vai que* ele apareça!” -

A conjunção explicativa “*pois*”, na primeira frase, foi substituída por outros dois morfemas que, neste momento, têm a função de facilitar o entendimento da mensagem.

Os conectores aduzem as mesmas funções desempenhadas pelos elementos de ligação, todavia, não constituem elementos lexicais, mas itens gramaticais. São representados na Gramática Normativa pelas conjunções, preposições e pronomes relativos.

Vejam os advérbios de traço – mente -:

Considerados um produto de um processo de gramaticalização, os advérbios de traço -“mente”- foram

incorporados às línguas neolatinas de uma forma colaborativa. No início, *mente* era a forma latina que significava “mente”:

Sua inauguração como sufixo adverbial deve ser colhido em frase do tipo *claramente* “com a mente clara.” (HOPPER E TRAUGOTT,2002, p.130)

Para Hopper e Traugott (2002), outras formações adverbiais se inspiram nesse mecanismo produtivo. Ou seja, por analogia, estabelece-se um modelo de geração e de interpretação de um tipo de advérbio caracterizado por um traço mórfico oriundo de gramaticalização.

É possível que os falantes atuais não consigam reconhecer o valor semântico de uma expressão gramaticalizada, não obstante durante sua evolução diacrônica, as palavras ou expressões criaram vínculos relacionais, que atualmente fazem parte de sua manifestação sintática.

Esses termos, linguísticos porém semânticos, numa situação concreta de comunicação podem assumir diferentes sentidos, ou valores contextuais – pois nesse momento dependem de fatores extralinguísticos – situação, inferência, falante, exterioridade.

Nesse sentido, esses elementos possuem grande relevância para a estruturação de um texto. Uma vez que uma escolha inadequada ou a ausência desses mecanismos de estruturação pode comprometer a interpretação do texto (discurso).

Sobre os conectivos, afirma Bechara (2015), a língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado²²

Um enunciado para ser chamado de texto precisa fazer sentido e os elementos que o compõem devem ter relação entre si e respeitar a estrutura da língua.

A coesão, sendo um dos elementos que compõem a textualidade, é o fator linguístico responsável pelo encadeamento

²² O gramático Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, utiliza termos designativos para as conjunções, tais como conectores, quando trata das coordenativas, já que “reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático”.

coerente das frases. É nesse contexto que aparecem os conectivos (conectores), marcas linguísticas, índices formais ou informais na estrutura da sequência linguística.

Por tudo que foi considerado até então, observamos que a gramaticalização é um fenômeno contínuo, pois atua promovendo mudanças no âmbito linguístico de forma lenta e gradual, caracterizando assim um processo infundável ao longo da história da língua, proporcionando aos falantes a criação de expressões novas e rearranjos vocabulares feitos para atender aos seus propósitos comunicativos.

Ao estudarmos o processo de gramaticalização, observamos uma transformação significativa no uso das formas lexicais que acabaram dando lugar às formas gramaticais. Esse uso é cada vez mais frequente na língua, é um processo contínuo, realizado pelos falantes para atender a uma necessidade de comunicação. Em princípio, uma construção lexical começa a ser usada casualmente no discurso e, ao longo do tempo pelo seu uso constante, passa a adquirir uma função semântica diferente da sua original, de acordo com seus propósitos e intenções no momento da enunciação.

Os conectores, elementos de conexão, podem se manifestar com diferentes significados em diversos contextos. A semântica da palavra utilizada dependerá do sentido que o emissor deseja atingir numa situação de comunicação.

A gramaticalização mostra, por conseguinte, que a língua portuguesa não é um conjunto de normas fechadas e inalteradas e que seus falantes utilizam em seus discursos usos que fogem ao sistematizado e determinado pelas regras da Gramática Tradicional. A frequência do emprego de um termo é um fator essencial na geração de uma mudança, visto que fixa o uso criando o processo de evolução da língua.

5.3 Processos fonológicos na criação de conectivos

Primeiramente, julgamos necessário definir o termo *Processos Fonológicos* na língua, visto que sua epistemologia concerne à

utilização dos conectores e articuladores de coesão na construção do texto, sob a ótica da semântica argumentativa, objeto de estudo deste trabalho.

O Processo fonológico consiste na expressão de um fenômeno fonológico em forma de regra. Tomando para si a responsabilidade pelas mudanças linguísticas e conseqüentemente pela evolução da língua.

Nosso estudo aborda os elementos de coesão basilares e indispensáveis para que a compreensão e interpretação de textos se realizem. E, como abordado anteriormente, esse recurso linguístico torna-se o encarregado de estabelecer ligações entre os termos de uma frase, entre orações de um período, de maneira que o texto não seja concebido como um emaranhado de palavras soltas e desconexas, mas antes, em parágrafos bem construídos, ideias justapostas entre si, culminando em um todo compreensível.

Em Cavaliere (2017, p.19), o autor chama atenção para o emprego do termo conectivo como hiperônimo de preposição, de conjunção e de pronome relativo (conjuntivo) para designar um termo que cumpre uma das funções conectoras destacadas por ele. Assim, continua o autor, ao lado do termo conectivo, leem-se com frequência os termos conector e transpositor, dada a renovada visão que se aplica aos papéis exercidos pelas classes das conjunções, das preposições, dos pronomes e do advérbio na estruturação da frase.

Ademais, Cavaliere (2017) destaca a inclusão de uma quinta função aos conectores, o de instrumento de coesão textual, esse articulado aos estudos da enunciação e da Teoria do texto nas últimas décadas do séc. XX. Assim sendo, é mister salientar a importância de se estudar os elementos coesivos que auxiliam o caráter argumentativo dos textos.

Os conectores podem estabelecer ligações do tipo lógico, denominados de *conectores do tipo lógico*, nos quais observamos um grau elevado de interdependência, uma vez que os conteúdos são indispensáveis para a compreensão no momento do processo de interação comunicativa. Como podem também encadear

enunciados distintos, denominados como *operadores argumentativos* (encadeadores discursivos), os quais possuem total independência semântica, possibilitando a enunciação por diferentes indivíduos.

Nos conectores lógicos temos o que Bally(1944) chama de *subordinação semântica* e nos operadores argumentativos, *coordenação semântica*. (BALLY,1944 apud KOCH,1992, p.86).

No processo de formação das palavras, entre outras, a mudança de classe configura-se uma das funções mais triviais a se observar. E, no que tange aos conectores, como elementos linguísticos de coesão, essa mudança possui um caráter essencial em uma situação concreta de comunicação.

Cabe-nos inferir que nesses processos fonológicos de mudança de classe não há de se considerar apenas a motivação sintática que culminou na modificação, mas antes, a existência real da motivação semântica, visto que a palavra se forma também em função do enunciado, ou da relação falante/enunciado, no momento da enunciação.

Assim, em uma perspectiva diacrônica, os conectores podem assumir sentidos ou valores contextuais diversos, uma vez que derivam de fatores extralinguísticos, valores contextuais evidenciados no texto como: “conhecimento partilhado”, “fatores pragmáticos” e “conhecimento de mundo”. Por isso assumiram a função de mecanismos responsáveis pelo sentido do texto, estruturando-o de forma imprescindível para a interpretação textual.

6. ANÁLISE DO CORPUS

A produção de textos escritos é substancial em todos os segmentos da sociedade, uma vez que a comunicação não se faz apenas pela linguagem oral.

Na perspectiva dessa pesquisa, a composição textual dos alunos produzida no contexto escolar constitui o objeto de trabalho da análise linguística.

O *corpus* utilizado neste trabalho é composto por 15 fragmentos de textos escritos pelos alunos do 3º ano do ensino técnico integrado ao ensino médio – IFSUDESTE MG – *Campus* Rio Pomba, selecionados entre os anos de 2017 a 2019. A tipologia textual solicitada para esta análise foi a dissertação, buscando observar os conectores não canônicos utilizados pelos alunos em suas composições argumentativas. A preferência pelo 3º ano do ensino técnico integrado deve-se à relevância da prática associada à exigência dos concursos vestibulares.

Para a análise desses excertos tomamos como referência o estudo composicional desses elementos de coesão que veiculam o posicionamento do falante através de marcas modalizadoras ou avaliativas com graus de relevo na língua portuguesa. A observação dessa prática da língua escrita se justifica devido à grande incidência da utilização dos conectores – aqui compreendendo tanto as palavras gramaticais como as lexicais, a fim de se construir um efeito semântico essencial para a compreensão do texto.

Conforme assumimos ao longo desse estudo, a relevância desta investigação, calcada numa visão semântica dos conectores, representa situações concretas de comunicação, desde o conteúdo significativo (significado), ao conteúdo designativo (elementos e/ou fatores linguísticos e extralinguísticos que integram o texto). Amparada na Teoria da Argumentação na Língua de Oswald Ducrot (1987), essa tese apresenta em sua análise o sentido

construído pelo linguístico, analisando sob o ponto de vista semântico que a *significação* é o valor semântico da frase e *sentido*, o do enunciado. Assim, atribuir-se-á a cada conector usado nas frases sua significação e sentido.

São apresentados, nos exemplos (1) a (15), fragmentos de textos selecionados para esta pesquisa e suas respectivas análises, conforme as relações textuais semânticas e pragmáticas de conexão.

(1) [...] Houve uma época em que podia-se escolher o emprego que mais lhe agradasse, *infelizmente* as coisa mudaram, e hoje ter onde trabalhar é quase um privilégio, uma vez que o país passa por uma crise econômica. (ALUNO A)

Em (1), o aluno faz uma afirmação e na sequência utiliza o conector *infelizmente* indicando ideia de oposição ao que se afirmou na frase anterior, dando consistência e sequencialidade ao seu raciocínio. Observamos que ao optar pelo uso do advérbio (BECHARA, 2009) como conector em seu discurso, o locutor vai além da relação lógica de oposição entre as ideias, e evidencia não só o caráter contraditório da argumentação, como também marca o discurso com seu posicionamento insatisfatório diante à constatação. A questão essencial percebida na utilização desse conector é a ideia de descontentamento diante dos fatos, de modo que o autor consiga estabelecer sentido entre os conteúdos das sentenças presentes no texto e as intenções as quais pretende ressaltar, ou seja, evidenciando o aspecto emocional da afirmação.

Para Bechara (2009), esse advérbio faz referência a toda a declaração. “Advérbios desse tipo geralmente exprimem um juízo pessoal de quem fala e constitui a cláusula comentário” (BECHARA, 2009, p. 242).

A subjetividade instanciada pelo autor no uso do conector *infelizmente* confirma a visão de Ducrot (1987), no que tange ao estudo dos sentidos. Para o autor, o sentido de um enunciado não seria o produto da significação juntamente à enunciação, mas a transformação da língua em discurso pela ação do locutor, cujos

limites de sentido são marcados pelo ato ilocucionário - acontecimento enunciativo - o locutor expressa seu ponto de vista no discurso. Desse modo, não é mais possível aceitar o caráter objetivo da linguagem, construindo assim, um resultado de sentido.

Essas escolhas do falante são, portanto, estratégias argumentativas, pois exprimem no discurso a subjetividade na enunciação. Podendo ser observada em (1) na medida em que o locutor opta por organizar seu discurso com um conector que, nesse excerto, acumula a função coesiva de oposição e o espaço de posicionamento do falante.

No quadro a seguir, apresentaremos sinteticamente a análise semântica do conector:

Quadro 15 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Infelizmente
SIGNIFICAÇÃO	Oposição
SENTIDO	Posicionamento através da instanciação do estado emocional

(2) [...] Esses outros fatores fazem com que mais pessoas busquem se informar sobre as constantes mudanças ocorridas nos setores econômicos, *obviamente* abrindo uma vantagem no “hanking dos desempregados”, tornando o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. (ALUNO B)

Em (2), o falante focaliza a presença de *obviamente* como articulador textual, cuja finalidade direciona para a substituição de um conectivo que apontasse para a finalização lógica das ideias, culminando em uma conclusão. No entanto, a escolha do advérbio *obviamente* evidencia a preferência do autor em realçar suas certezas e convicções sobre o assunto discorrido, e não somente uma finalização (SAVIOLI, 2004). O conector introduz um segmento de

valor consecutivo, a partir do momento em que estabelece uma relação lógica de causa e consequência, apontando para o posicionamento asseverado do locutor, produtor do texto.

É nítido que o conteúdo da proposição iniciada por *obviamente* estabelece uma consequência de valor de verdade para se atingir o objetivo proposto, e, além de expressar a visão otimista do autor em relação ao fato, busca, no uso do conector, a conivência do interlocutor para sua convicção.

Nessa construção linguística, é possível validar que o sentido de um texto se constrói entre o texto e leitor, nos conhecimentos partilhados entre produtor e receptor e ativados na atividade comunicativa (KOCH,2002, p.22). Destacamos ainda que, no uso do conector *obviamente* existe um comprometimento do falante, indicando a certeza que evidencia fatos verdadeiros ou tidos como tal. O locutor sinaliza para seu interlocutor que não há dúvidas quanto à declaração e que, por isso, apresenta-se engajado ao dito. Trata-se, nesse excerto, de um maior grau de comprometimento com a verdade da proposição. Conforme síntese abaixo:

Quadro 16 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Obviamente
SIGNIFICAÇÃO	Conclusão lógica
SENTIDO	Comprometimento do falante com a verdade

(3) Na atualidade, o desemprego é um grande problema que afeta a população, já que a ausência de emprego pode estar relacionada à falta de mão-de-obra qualificada, *quer dizer*, o mercado de trabalho não está encontrando nos trabalhadores o que precisa para atender às suas exigências. (ALUNO C)

Nessa ocorrência (3), o posicionamento avaliativo instanciado pelo locutor coloca em relevo seus julgamentos e apreciações em

relação ao conteúdo proposicional da oração anterior. Aponta para a reafirmação do conteúdo, reforçando o sentido verossímil da declaração.

Nesses casos, o autor situa suas apreciações externas relativas à afirmação de acordo com a organização da sociedade em que está inserido, posicionando-se em relação às afirmações supostamente comprovadas. Tais afirmações são entendidas como verdades constatadas ou constatáveis, e, por isso, há um posicionamento avaliativo através do qual o falante exprime valor à situação. Tal posicionamento sinaliza que o falante atesta o fato, comprometendo-se com o dito. Por isso, o falante imprime grau máximo de comprometimento. É possível verificar que a escolha da expressão denotativa *quer dizer* está relacionada à atitude avaliativa do autor e sua posição de convivência com o conteúdo oracional precedente, visto que, para ele, se referem a elementos factuais. E ressalta, ao utilizar o operador argumentativo, a importância da justificativa apontada como causa do desemprego.

Segundo Marinho (2012,p.170), tais articuladores argumentativos são considerados metaformulativos, uma vez que elucidam reflexões sobre construções proposicionais, conforme mostra tabela 17, a seguir:

Quadro 17 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGÜÍSTICO	Quer dizer
SIGNIFICAÇÃO	Elucidação
SENTIDO	Comprometimento, avaliação

(4) Há quem diga que é necessário apenas o querer para a inserção no mercado de trabalho, *agora*, os índices brasileiros de desemprego vêm atingindo números cada vez mais elevados. [...]. (ALUNO D).

Nesse fragmento analisado (4), observamos que para além da circunstância temporal que o *agora* marca no texto (BECHARA,

2009, p.243), esse item lexical traz uma função de conector com o sentido de oposição, pode-se dizer que a afirmativa apresentada na oração anterior não caracteriza uma verdade absoluta. Destacamos nessa ocorrência, as exposições de Ducrot (1987, p.07) referentes ao *implícito*:

O implícito não deve ser procurado no nível do enunciado [frase] como um prolongamento do nível explícito, mas num nível mais profundo, como uma condição de existência do ato de enunciação [enunciado].

O autor inova no uso, na medida em que traz para a enunciação o advérbio *agora* no lugar de um conectivo adversativo, apontado na GT com a função sintática de estabelecer a coesão entre as partes da oração.

Ao prever que os conectores são a expressão de um sentido, Ducrot (1987) pontua o que é observado no uso da língua. E, convergindo para a proposta teórica do linguísta, de que os conectores têm uma função expressiva no uso da linguagem, o conector *agora* marca não só a circunstância de tempo na declaração elaborada, como também o sentido de contraposição entre as ideias destacadas pelo autor, invertendo aí, a direção argumentativa inicialmente proposta. A relação lógica-temporal do advérbio “*agora*”, como “denotadores de tempo” (BECHARA, 2009, p.244), categorizada pelos compêndios gramaticais, acumula na Teoria da Argumentação na Língua, a função da enunciação. Assim, o resultado semântico-qualitativo dessa análise pode ser compreendido à luz da semântica argumentativa, pois, de acordo com Ducrot (1988), o sentido diz respeito à enunciação.

Nessa argumentação, pelo posicionamento do autor, é nítido observar que o nível linguístico de análise vai além dos elementos linguísticos que a frase apresenta. E, para atender a esses propósitos comunicativos, o autor evidencia sua preferência pelo articulador textual, promovendo o engajamento da noção de temporalidade e adversatividade da proposição. Vejamos o quadro 18, abaixo:

Quadro 18 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Agora
SIGNIFICAÇÃO	Circunstância temporal
SENTIDO	Oposição

(5)[...] Logo, é preciso que políticas públicas sejam implementadas para ajudar na solução desse problema, *de repente* oferecer cursos de especialização para profissionais recém-formados com o objetivo de melhorar sua qualificação. (ALUNO D)

Em (5), verificamos que o fragmento equivale a uma proposição conclusiva por parte do autor, que procura estabelecer de maneira sutil uma proposta de intervenção. É possível observar através da ótica semântica do conector *de repente*, que o locutor não se sente seguro em apresentar tal sugestão. Assim, opta por um conector que confere maior relevo ao estado da dúvida, da possibilidade. Nesse sentido, ele não se compromete, reiterando a incerteza da enunciação. A presença do operador argumentativo destacado expressa o posicionamento do falante em direção à possibilidade da ação descrita. Através do seu posicionamento, ele sinaliza a conduta a ser seguida atenuando seu comprometimento com a proposição.

Inferese-se que o falante respaldou seu posicionamento em informações obtidas em diferentes fontes de consulta, nesse sentido nossa análise direciona para o estado de insegurança do autor em afirmar tal proposição. Em termos funcionais, o traço semântico engajado a esse conector expressa um menor grau de comprometimento do falante com conteúdo proposicional. Assim, o falante imprime ao conector um sentido modalizador de certeza, uma vez que não o assume como verdade constatada ou constatável.

Além disso, é possível visualizar no operador argumentativo que inicia a segunda construção oracional, juntamente com o verbo

oferecer – no infinitivo - o valor de possibilidade/dúvida citado por Neves (2006, p.164) a despeito da modalidade epistêmica. A autora explica que:

[...] basicamente envolve uma atitude do falante em que —necessariamente se relaciona com a fonte do conhecimento, com a qual o falante pode (ou não) estar comprometido, de modo que o próprio falante pode ainda ser a fonte do enunciado, atuando como filtro natural das proposições que expressa (NEVES, 2006, p. 165)

Considerando que essa pesquisa assume uma abordagem semântica dos conectores, sob a ótica da Semântica Argumentativa de Ducrot, o operador argumentativo destacado nesse excerto assume sentido de valor em conformidade com o contexto em que se insere, permitindo aos elementos extralinguísticos a influência nos mecanismos lexicais do texto (DUCROT,1988), nesse caso, a seleção de um elemento linguístico que sinaliza a incerteza e a possibilidade na proposição do autor, como observamos abaixo, no exemplo 19:

Quadro 19 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	De repente
SIGNIFICAÇÃO	Posição conclusiva
SENTIDO	Posicionamento de dúvida

(6)[...] Faz-se necessária uma reforma maciça do sistema educacional nacional que estimule a relação entre docente e discente, e aborde conteúdos de forma mais aplicada ao cotidiano, **aí então** o aluno gostará de estudar. (ALUNO E)

Em (6), o autor assume um engajamento conclusivo em relação ao silogismo presente no ato de fala precedente, uma vez que sua última afirmação assume um raciocínio entimemático. Esse posicionamento do autor pode ser observado a partir do uso do

operador “*então*” (CAVALIERE, 2009, p.54), que relaciona sua inferência aos seus argumentos na construção oracional. No entanto, ao construir o fechamento de seu raciocínio, o locutor opta pela adição do advérbio *aí*, considerado advérbio demonstrativo na ordem dos critérios funcionais pela taxonomia de Bechara (2009, p.245), que oferece à construção semântica da oração outro valor de sentido.

Podemos inferir neste excerto, que o autor aponta para uma conclusão condicionada às proposições apresentadas nas orações anteriores, como também atribui a ela (conclusão) um valor avaliativo de sentido. Conforme assevera Koch a despeito das relações conclusivas de Guimarães (1995):

[...] o discurso do locutor incorpora dois enunciadores E_i e E_j . E_j enuncia B , que constitui argumento em que se sustenta E_i para de A concluir C . E_j pode ser um enunciador genérico (a “*vox populi*”, o senso comum), um enunciador universal, ou o próprio locutor. No caso dos silogismos lógicos, E_j é sempre um enunciador genérico, razão pela qual o enunciado a ele atribuído (premissa maior) pode vir implícito (raciocínio entimemático). No discurso científico, E_j é um enunciador universal. É a partir do ato de fala B de E_j (explícito ou implícito) que E_i (= locutor) produz o enunciado A que lhe permite concluir C . (In: CLEMENTE,1992;92)

Em (6) há dois enunciadores: E_i e E_j . E_i anuncia o argumento A , que institui o raciocínio do primeiro enunciado - “Faz-se necessária uma reforma maciça do sistema educacional nacional que estimule a relação entre docente e discente, e aborde conteúdos de forma mais aplicada ao cotidiano”-; e, E_j o argumento B , que se mantém implícito - “somente essas proposições farão o aluno gostar de estudar” - E_i , que se refere à opinião do locutor do texto encontra sustentação no argumento B , de E_j , e baseia-se no ato de fala de E_j , ou seja, no argumento B , para produzir seu argumento A , a partir do qual concluirá C - “*aí então* o aluno gostará de estudar”.

Além disso, é possível apontar para um outro posicionamento do autor, uma postura avaliativa de seus argumentos, uma vez que ele assume o dito como factual, com maior grau de relevo - visto

como propostas decisivas e condicionais para se estabelecer a verdade conclusiva do falante.

Essa constatação sinaliza que a abordagem subjetiva é frequentemente utilizada para dar destaque ao posicionamento do falante, visto que a oração matriz se apresenta como fator condicionante à conclusão do falante. Fato esse observado a partir do uso dos operadores argumentativos que, conforme Ducrot (1989, p. 20), “a determinação da argumentatividade é produzida, particularmente, por meio dos operadores argumentativos”.

Quadro 20 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Aí então
SIGNIFICAÇÃO	Conclusão afirmativa
SENTIDO	Conclusão avaliativa instanciada a partir da oração encaixada anterior.

(7)[...] Atualmente, as indústrias utilizam critérios para avaliação de seus funcionários com o propósito de que eles se tornem mais produtivos e que tragam retorno para a empresa. **Só que aí**, o desemprego acaba se tornando uma constante, pela falta de informação e conhecimento observados nos funcionários. (ALUNO F)

No fragmento (7), é possível visualizar uma afirmação categórica do falante, em que no primeiro momento pontua uma informação compartilhada, a qual todos podem conhecer indiferentemente de sua instrução. Como se trata de proposição afirmativa, o falante seleciona o primeiro plano para situar seu posicionamento. Desse modo, ele sinaliza para o interlocutor que aquilo que está anteposto ao seu ponto de vista merece, primeiro, atenção do receptor. Ao fazer uso dos operadores argumentativos *só que aí* para introduzir a segunda sentença, o autor impõe uma certeza que marca sua reação diante do conteúdo proposicional da oração anterior. É possível observar que a presença do operador *só*

que, posiciona o falante de maneira contrária à afirmação estabelecida na oração anterior, mas ao adicionar o morfema *ai*, o falante confere não só uma negação, como também um sentido de conclusão estabelecido pela relação de causa/consequência de sua argumentação.

E na sequência, esse comportamento incisivo do falante marca-se por instanciar seu posicionamento avaliativo. Quanto à forma, a oração iniciada pelos operadores argumentativos apresenta ainda um elemento de negação referente à afirmação anterior e apresenta, necessariamente, a relação de causa/consequência instanciada a partir da perspectiva interna do falante, além disso, a locução verbal “acaba se tornando” contribui para o sentido de consequência da avaliação “uma constante”.

Para Koch (2004), a Linguística Textual vem se tornando, na medida em que busca compreender e explicar o texto, um domínio multi e transdisciplinar, resultado de um complexo processo de interação social e também de construção social de sujeitos, de conhecimento e de linguagem. Linguagem que argumentamos, nesta pesquisa, como forma de ação e de interação entre os homens, em consonância com Travaglia (2003), quando resume tal concepção de linguagem, conforme a seguir:

[...] a linguagem como forma ou processo de interação. Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é, pois, um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e ‘falam’ e ‘ouvem’ desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais. (TRAVAGLIA, 2003, p. 7).

Esse posicionamento avaliativo do falante com maior grau de relevo acerca de sua afirmação é afetado por suas condições

psicológicas, emotivas e afetivas, e expresso a partir de valores positivos ou negativos em relação ao conteúdo proposicional. Isso significa que, além de afirmar ou negar, o falante apresenta o conteúdo proposicional como uma certeza que pertence ao senso comum, ou que já é partilhada por todos, ou ainda que, através da negação, atingirá um estado de conclusão consecutiva, na qual ressalta a força argumentativa do enunciado e o sentido para o qual aponta.

No processo de interação pela linguagem, conforme afirma Koch (2008, p.30), procuramos a adesão de nosso interlocutor. Para a autora, os operadores argumentativos têm por função estruturar os enunciados em textos, orientando o sentido dos textos em uma dada direção.

Nesse sentido, para a construção dessa pesquisa, faz-se fundamental ressaltar a concepção da linguagem como processo de interação, que produz efeitos de sentido entre interlocutores no momento da enunciação. Evidenciando aos leitores, os valores de sentido que os operadores argumentativos podem assumir dentro de um texto/ contexto, conforme tabela 21, abaixo:

Quadro 21 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Só que aí
SIGNIFICAÇÃO	Restrição, ressalva
SENTIDO	Negação acrescida do valor conclusão estabelecida pela relação de causa/consequência sob a perspectiva interna do falante.

(8)[...] Este assunto vem sendo muito conversado e questionado, para que seja possível se corrigir as falhas. Mas ainda não se sabe qual o real vilão dessa história, entre eles está **até mesmo** a família, a escola e o governo. (ALUNO G)

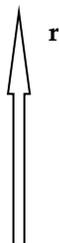
Na ocorrência (8), O operador *até mesmo* é empregado com valor semântico de delimitação, quando expressa o grau máximo, um limite de uma escala, ao introduzir o argumento mais forte. Trata-se de uma função, de uma certa maneira, semelhante à que tem quando empregado como preposição, no sentido lógico, limitando distâncias. Nesse fragmento, há uma relação de instituições dentre as quais “ser o vilão de uma educação precária” é considerado o grau máximo de ineficiência de uma sociedade.

A Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima (1959, p. 348-64) insere a preposição *até* indicando a ideia de termo, desejando acentuar bem a noção de limite. Nesse sentido, os valores semânticos que o operador argumentativo *até* pode manifestar no texto (discurso) a partir de efeitos contextuais são: (1) delimitação; (2) ampliação; e (3) transposição. O valor semântico da delimitação é o mais comum, veiculado pelo operador discursivo *até*, e nesse caso, a junção do operador *mesmo*, introdutor de argumento mais forte, compartilham a posição final de indignação a partir da escala apontada pelo autor.

A Gramática Normativa não se refere a *mesmo* como um elemento linguístico que liga elementos entre si. Porém em (8), o operador *mesmo* atua como elemento fundamental, evidenciando argumentos fortes e decisivos para confirmação da verdade de que trata o conteúdo proposicional. Trata-se de asseverar o ponto máximo da argumentação. Para Ducrot (1987, p. 181), uma escala argumentativa ocorre quando dois ou mais enunciados de uma classe apresentam-se em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão, conforme se apresenta a seguir:

(...) o enunciado **p'** é mais forte que **p**, se toda classe argumentativa que contém **p** contém também **p'** e se **p'** é nela, cada vez, superior a **p**. (DUCROT,1987,P.182)

Em que **p** se apresenta como “... Mas ainda não se sabe qual o real vilão dessa história, entre eles está ...”; e **p'** “... até mesmo a família, a escola e o governo”. A título de ilustração, vejamos o gráfico:



p' até mesmo a família, a escola e o governo

p "Mas ainda não se sabe qual o real vilão dessa história ...

Além disso, observamos outro fato linguístico no entorno da construção argumentativa do falante, a **escalaridade** (CAVALIERE,2009). O que nos atesta que o falante pode se utilizar de uma série de argumentos que visem a garantir a credibilidade de sua tese, proposições que interagem de acordo com a ordem hierárquica de relevância. Percebe-se tal afirmação nas palavras de Ducrot (apud KOCH, 2007, p.31):

Os operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão: até, até mesmo, inclusive.

Entende-se assim, que essa estratégia textual-discursiva caracteriza um posicionamento intersubjetivo do autor, uma vez que sinaliza sua interferência no texto instanciada pela modalidade epistêmica.

Vide tabela 22:

Quadro 22 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Até mesmo
SIGNIFICAÇÃO	Delimitação final na escala argumentativa
SENTIDO	Asseveramento do ponto máximo da argumentação a partir de uma escala hierárquica de relevância.

(9)[...] Todos precisam se preocupar e se conscientizar sobre seus deveres para possibilitarem melhores condições para o ensino público, **já que** a educação é um direito do cidadão. (ALUNO H)

Observamos em (9), que o autor trabalha com o operador argumentativo *já que* na perspectiva de trazer para sua construção um argumento que justifique sua opinião acerca do assunto apresentado na oração anterior. É possível inferir um posicionamento asseverado do autor em relação à certeza de sua afirmação, expressa a partir de valores positivos em relação ao conteúdo proposicional. Trata-se de uma avaliação baseada na perspectiva interna do falante. E, segundo Koch (2007,p.30), o operador argumentativo *já que* introduz uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior

Além disso, o autor busca, no leitor, uma convicção para sua proposição conclusiva. Nesse excerto, o autor afirma que a educação é um direito de todos, por isso as pessoas responsáveis devem se preocupar em estabelecer melhores condições para o ensino. O emprego do operador remete-nos à intenção do autor de introduzir no enunciado conteúdos pressupostos, estabelecendo sentidos que envolvem o “antes” e o “depois” de determinada ação, nesse caso, justificando a ação proposta na oração anterior.

Ao explorar o efeito semântico do operador *já que*, o falante enquadra o enunciado no sistema de suas perspectivas pessoais, crenças e convicções, induzindo o leitor a compartilhar de suas certezas. Nesse caso, o ouvinte/leitor recebe uma interpretação integralizada em relação à necessidade de todos se preocuparem e conscientizarem de suas responsabilidades com a educação.

Cabe aqui observar a sinalização da modalidade deôntica, Neves (2006, p. 160) pontua que essa modalidade — está condicionada por traços lexicais específicos ligados ao falante ([+controle]) e, de outro lado, implica que o ouvinte aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo, pois expressa obrigação, permissão, necessidade, proibição. A autora chama atenção ainda

para a modalidade deôntica como a maneira como um ato é social ou legalmente circunscrito.

Nesse sentido, a relação de justificativa e explicação apresentada pelos conteúdos das duas proposições em (9) caracteriza-se, como afirma Koch, por apresentar “um segundo enunciado, resultante de um novo ato de fala, que visa a justificar o ato de fala anterior”. (In: CLEMENTE, 1992, p.91). E mais ainda, numa análise composicional, o valor semântico do operador argumentativo *já que* insere em uma perspectiva de conhecimento de mundo do alocutário. Assim, o locutor dá ênfase ao seu posicionamento assertivo, sinalizando para o interlocutor que aquilo que disse/escreve é importante para as ideias apresentadas ou para a conclusão a que se deve chegar ou ainda para a interação que está ocorrendo.

Em Ducrot (1987, p.182) a marca da relação argumentativa pode ser encontrada na própria estrutura semântica. Para o autor, na língua existem formas que, ao serem usadas, marcam a própria enunciação do enunciado, como podemos perceber no quadro 23, a seguir:

Quadro 23 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Já que
SIGNIFICAÇÃO	Justificativa/ explicação da proposição anterior
SENTIDO	Certeza instanciada pelo autor na perspectiva do consentimento do leitor

(10)[...] Pais de família e pessoas que trabalham há mais tempo nas empresas muitas vezes são demitidos dando lugar à nova geração, jovens recém formados e que apresentam um novo olhar para o mercado consumidor, **só que não!** (ALUNO I)

Analisando o articulador *só que não* desse fragmento (10), vemos que o mesmo estabelece, claramente, um valor de oposição, uma vez que o operador **só**, conforme os apontamentos de Koch (2008,p.104-11), Guimarães (2007, p.35-186) e Vogt(2009, p.35-72), insere-se na lista taxonômica de operadores que obedecem a regras combinatórias que servem para apontar ou uma afirmação da totalidade(**quase**), ou uma negação total (**apenas, só, somente**).

Pela análise semântica, a partir da composição do articulador *só que não* usado pelo autor, é possível observar que além de discordar ou negar a afirmação anteposta, chama a atenção para a ressalva apresentada, no sentido de censurar o silogismo que marca a oração, realçando, nesse contexto, uma noção de equívoco em relação à certeza da afirmação. Dentro desse escopo, sua proposição está mais diretamente relacionada à linguagem da avaliação, da atitude e da emoção, pois o produtor do texto, ao optar pelo operador argumentativo instanciado, marca também outros elementos da interação, como direcionar a atenção do interlocutor para seu posicionamento ou para a proposição. E, nesse mesmo viés, a inserção do elemento de negação – não - (BECHARA, 2009, p. 245) está relacionada ao valor de existência que se atribui à proposição. Para Basso e Ilari (2008):

Através da negação ou da afirmação, o falante torna a proposição —objeto de uma das várias ações que somos capazes de realizar quando envolvemos nossos interlocutores com objetos linguísticos, como, por exemplo, —prometer, ameaçar, advertir, recomendar, perguntar, ordenar e assertar com vários graus de comprometimento. (Idem, p.466).

Dessa forma, assim como os autores, entendemos que a escolha do – não - contribuiu para a construção de uma proposição em que marca no texto não só seu valor de contraposição, como também o valor de advertência direcionado ao alocutário. O operador argumentativo *só que não*, foco desta análise em (10), chama atenção do leitor acerca do cuidado que se deve ter com o posicionamento asseverado da afirmação, retirando da mesma seu valor de verdade. O produtor do texto utiliza como estratégia

argumentativa seu conhecimento de mundo para não considerar verdade absoluta a afirmação de que jovens recém-formados apresentam um novo olhar para o mercado consumidor, e ainda de colocar em questão uma segunda inferência, a troca de profissionais experientes por jovem recém formados.

Além disso, atribuímos, à carga semântica desse elemento linguístico, sinais de avaliação, uma vez que, através do posicionamento avaliativo – que é outra especificidade da função do posicionamento do falante –, o falante agrega valores negativos ou positivos ao discurso a partir do seu engajamento (NEVES, 2006, p 164).

Inferimos pois, com base em nossa investigação, que o posicionamento do falante é sua inserção no discurso através da indicação de sua perspectiva, sua atitude, sua crença, seu saber, seu (des)comprometimento, seu envolvimento, sua intenção ou ainda sua opinião, seu ponto de vista, seu julgamento, seu sentimento, sua apreciação, que são expressões semânticas formalizadas na enunciação. Tais sentidos e diferentes valores semânticos contextuais apontam para o objetivo final do falante: marcar seu posicionamento em relação à proposição.

Assim, como propõe Ducrot (1993 apud NEVES, 2006) é possível observar que existem enunciados afetados e não afetados pela (inter)subjetividade do usuário da língua. Quando há instanciação dessa(inter)subjetividade, está configurada a marcação de posicionamento, conforme mostra o quadro 24, a seguir:

Quadro 24 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Só que não
SIGNIFICAÇÃO	Oposição
SENTIDO	Censura à inferência que marca a oração, noção de equivoco em relação à certeza da afirmação.

(11)[...] O ensino no país apresenta uma situação calamitosa, pesquisas apontam que o Brasil é um dos piores no desempenho educacional. **Além disso**, apresenta um alto índice de criminalidade e um painel altamente favorável à corrupção. (ALUNO J)

No exemplo (11), evidencia-se a introdução de um argumento decisivo, apresentado como acréscimo, estabelecido pelo operador argumentativo *além disso*. O efeito de sentido causado pelo uso do operador configura uma estratégia argumentativa capaz de instanciar o posicionamento do autor, ao mesmo tempo em que chama ao texto a presença do leitor para sua opinião.

Conforme afirma Koch (2007, p.17):

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade.
(...)a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia.

Nesse sentido, é possível conceber que a argumentação constitui o ato lingüístico fundamental, pois norteia as inferências as quais se pretende alcançar, tentando influenciar o comportamento do outro ou compartilhar de suas opiniões.

O operador argumentativo usado pelo autor nesse excerto assinala a presença de mais dois elementos – a saber “apresenta um alto índice de criminalidade e um painel altamente favorável à corrupção” - que, possivelmente, sustentam a defesa da tese apresentada na primeira oração. Assim, o ato de fala introduzido pelo conector *além disso* corresponde ao segundo enunciado, e justifica o enunciado antecedente, exercendo uma função explicativa de “o ensino no país estar em uma situação calamitosa”.

No ato da comunicação, é imprescindível que as pessoas se entendam ao falar ou escrever, por isso é necessário agir retoricamente, utilizando uma linguagem que as faça atingir os objetivos pretendidos na interação. Com esse propósito, são usadas técnicas de argumentação em que os argumentos produzidos podem ser verdadeiros ou não para justificar o ponto de vista

adotado e fazer com que ele seja aceito, ou então para fortalecer ainda mais posições já aceitas.

A escolha do operador *além disso* aponta para a introdução de mais um argumento que passa a ser decisivo, quando há duas (ou mais) escalas orientadas no mesmo sentido, visto que atuam como introdutores de mais um argumento a favor de uma determinada conclusão.

Chamamos aqui a atenção para o ato retórico, como critério pragmático para se atingir efeito de sentido. A retórica consiste na arte de falar bem, de se comunicar de forma clara e, principalmente, de conseguir transmitir ideias com convicção. Está relacionada, em grande parte, à capacidade mental do orador. É vista também como capacidade persuasiva, capaz de imputar uma visão da realidade a partir das intenções do locutor e dos interesses do alocutário.

Para isso, o autor utiliza da qualidade da argumentação como uma estratégia persuasiva que vai auxiliá-lo para que tenha o apoio do leitor e que haja credibilidade em sua argumentação. Esse ato linguístico tem como objetivo usar recursos semânticos para garantir a eficácia da comunicação. Assim, ao mesmo tempo em que acrescenta informação e confere ao texto informatividade, o locutor do texto instancia posicionamento em direção ao convencimento do interlocutor.

Vogt (2009,p.35-72) e Guimarães (2007,p.90-98) assinalam que o uso do *além de* serve como um encadeamento de argumentos orientados no mesmo sentido, o que pode ser observado no excerto acima (11), quando o autor ratifica sua proposição a partir de outros argumentos introduzidos pelo operador. Nesse contexto, o operador possui força expressiva²³ na argumentação. No entanto, para a GT, esse operador sequer é considerado uma conjunção.

²³ Nesse caso, entendemos como argumentação expressiva aquela que não têm compromisso com a lógica, depende de um ponto de vista. Insere-se nos argumentos quase-lógicos, que apoiam-se em princípios lógicos, em premissas pré-existentes.

Para Koch (2008, p. 32), os argumentos encadeados por operadores como *além disso* costumam ser orientados em um mesmo sentido e normalmente possuem valor aditivo.

Em (11), por exemplo, o autor evidencia, numa sequência argumentativa, que o Brasil possui ainda outros elementos que o colocam em uma situação pejorativa como nação, assinalando seu posicionamento diante do conteúdo proposicional da oração anterior. Na mesma linha, Guimarães (2007) advoga a favor do uso o operador *além disso* como uma sequência aditiva:

além de tem a mesma função de constituir argumentos de mesma força, situando ambos os enunciados em um mesmo ponto da escala (GUIMARÃES, 2007, p.98).

Quadro 25 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Além disso
SIGNIFICAÇÃO	Soma, adição de argumento
SENTIDO	Posicionamento silogístico do autor referente à afirmação, justificativa inerente a princípios lógicos, pré-existentes.

(12)[...] Em muitos casos, pessoas que passam por essas situações são vulgarmente julgadas por outras como sendo “vagabundos”, “preguiçosos” e “desinteressados”, **se bem que**, uma boa parcela dessas pessoas usam a situação para tirar proveito próprio. (ALUNO K)

Nessa ocorrência (12), destacamos o uso do articulador textual *se bem que*, usado pelo autor, como contrariedade de argumentos. Observamos que o operador desempenha a função não só de ligar as sequências enunciativas, como também alterar a sua orientação argumentativa, apontando o sentido de forma a fortalecer o argumento em que se insere. A refutação imposta na oração sequencial colabora para a sustentação dos argumentos acrescidos,

direcionando para outro rumo à argumentação. Dessa forma, induz o leitor do texto à anuência da ideia defendida.

No que tange à escolha do articulador utilizado, é possível notar a presença de valores de natureza cognitiva, os quais são incorporados inconscientemente em nosso conhecimento de mundo. Esse silogismo alcançado pelos interlocutores é estabelecido através de fatores sociais, culturais e históricos. Assim sendo, a afirmação contida na primeira proposição traz a ideia de verdade desse complexo oracional. No entanto, o uso do articulador provoca cesura na expectativa construída, sinalizando ao leitor a ideia de valor opositivo da sentença, denominado paradoxo.

De forma semelhante, abordamos a questão da subjetividade entendida pelo articulador *se bem que* pontuando a necessidade que o falante apresenta de marcar a relevância do seu posicionamento a partir da expressão de sua opinião, reconhecida gramaticalmente pelo articulador textual e semanticamente pelo efeito de sentido que esse elemento pode alcançar.

Outra vez chamamos a atenção para a ação da modalização no discurso – que é uma das particularidades da função do posicionamento do falante –, já que a modalidade é tida como uma competência semântica, expressa na língua através de componentes linguísticos próprios, que podem ser distinguidos formalmente (NEVES, 2016,p.165).

A partir do conteúdo proposicional descrito na oração encaixada – “uma boa parcela dessas pessoas usam a situação para tirar proveito próprio” – inferimos que objeto de pesquisa aqui analisado -articulador textual *se bem que* -- inicia uma declaração afirmativa, dispondo de status avaliativo explícito – formalmente identificado através do operador argumentativo instanciado pelo autor. Desse modo, além de marcar sentido adversativo através do conector, o locutor atribui mérito ao seu posicionamento, marcando sua reação diante do conteúdo proposicional e direcionando a atenção do interlocutor para sua atitude subjetiva.

Para Cunha e Cintra (2001, p.392-99), os conectivos adversativos podem assumir alguns valores de sentido no texto/discurso – valores

afetivos – como: de restrição, de retificação, de atenuação ou compensação, de adição, que podem até mesmo serem empregados para mudar a sequência do assunto. Nesse sentido, atribuímos ao operador argumentativo o efeito de consideração, de retificação apontado pela oração subsequente. O autor introduz a verdadeira intenção comunicativa do locutor, criando assim uma expectativa a partir do primeiro argumento, que será desconstruída no momento em que seu foco argumentativo recai sobre o segundo enunciado. Como aponta Monnerat (2004):

um encaminhamento argumentativo contrário ao da oração anterior, frustra-se a expectativa do destinatário (Idem,p.105).

De acordo com a descrição semântica, vide tabela 26, abaixo:

Quadro 26 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Se bem que
SIGNIFICAÇÃO	Refutação
SENTIDO	Posicionamento avaliativo e meritório do falante. Aponta outra orientação argumentativa baseada em valores de natureza cognitiva.

(13)[...] Muitos brasileiros, por conta do atual contexto da nação, estão tentando buscar outras alternativas de sustento, **por exemplo** abrindo o próprio negócio, buscando uma nova especialização e gerando oportunidades de conquistas. (ALUNO L)

Iniciando a análise em (13), é possível verificar a relação de justificação e exemplificação, por meio do operador argumentativo *por exemplo*, esclarecendo a ideia apresentada no segmento anterior para garantir a interpretabilidade do texto.

Esses operadores argumentativos, conforme afirma Koch (2008,p.104-110), introduzem uma explicação relativa ao dito em

outro enunciado, trazem uma explicação, uma vez que o autor justifica e exemplifica o fato de os brasileiros buscarem outras alternativas de sustento. Inferimos que essa adição foi estabelecida porque trata de ações que se inserem no mesmo campo semântico: abrir o próprio negócio, buscar uma nova especialização, gerar oportunidades de conquista. Nesse contexto, fazem parte de um mesmo universo, pois o ponto de vista exposto é o de que todos busquem outras alternativas de sustento.

Além disso, à parte da justificativa, o autor exemplifica a ideia proposta na oração anterior, assumindo uma posição de conviência quando reafirma o conteúdo reforçando o sentido de verdade da declaração. Nesse sentido, o falante imprime comprometimento com o conteúdo proposicional descrito na oração anterior.

Nessa ocorrência, identificamos que o posicionamento do falante é sua interposição no discurso através da indicação de sua atitude, sua perspectiva, seu saber, sua crença, seu (des)comprometimento, seu envolvimento, sua intenção ou ainda sua opinião, seu ponto de vista, seu julgamento, seu sentimento, sua apreciação, que são expressões semânticas formalizadas na enunciação. Essas diferentes possibilidades semânticas apontam o objetivo final do falante: marcar seu posicionamento em relação à proposição. Assim, nas palavras de Azeredo (2000, p. 39):

O texto é um produto da atividade discursiva. Em um texto circulam, interagem e se integram informações várias, explícitas ou implícitas, evidentes por si mesmas ou dependentes de interpretação. Por isso, um texto é necessariamente fruto de uma construção de sentido em que cooperam quem o enuncia e quem o recebe.

Como já dito anteriormente, a expressão *por exemplo* atua como operador discursivo, e a escolha desse operador constitui um ato tão natural ao falante como a própria construção do texto. Nesse sentido, a análise revela que o texto/discurso apresentado pelo autor procura reafirmar a posição de um determinado conhecimento de mundo que ele parece dominar bem.

No entanto, cabe aqui registrar o que a NGB chama de palavras denotativas. São palavras e expressões que se assemelham ao advérbio, mas que não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais. Elas são classificadas de acordo com a função da ideia que expressam. As expressões denotativas ocorrem frequentemente em frases e textos diretamente envolvidos com as estratégias argumentativas.

Na construção do excerto analisado (13), não foi aleatória a utilização da expressão *por exemplo* na ordenação da frase. O emissor tenta chamar atenção do receptor para a credibilidade de sua argumentação, pois não basta que se tenha argumentos para a sustentação da tese, é sobretudo, necessário que esses argumentos estejam harmonicamente situados dentro da construção frasal, já que se observa a importância de cada um deles diante do significado que se quer atribuir ao texto.

Em Cavaliere (2009, p.27-28), para estudar tais palavras, deve-se analisar as sentenças não apenas em face de seus componentes linguísticos, como palavras ou sintagmas, mas também em face de uma série extensíssima de fatores extralinguísticos que interagem em sua gênese, como o local em que se fala, o conhecimento dos fatos conexos aos quais se faz referência e muitos outros.

A dificuldade que se enfrenta no trato dessas palavras revela a fragilidade do modelo taxionômico agasalhado pela tradição gramatical, ao menos no mundo particular das palavras denotativas e outros termos de exceção (CAVALIERE, 2009, p.28).

Quadro 27 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Por exemplo
SIGNIFICAÇÃO	Exemplificação/ justificação
SENTIDO	Comprometimento do autor com o conteúdo proposicional. Conivência ao sentido de verdade da declaração.

(14)[...] O nosso país apresenta diferenças nas suas redes de ensino e o sistema de cotas pode ser definido como uma correção por falta de investimentos na educação, **aliás** problema recorrente no país. (ALUNO M)

No texto acima, observamos a presença de *aliás*, palavra expletiva (CAVALIERE,2009, p.65) atuando como operador argumentativo. Nele, o autor assevera uma situação de confronto argumentativo, estabelecendo uma condição hierarquicamente superior na estrutura da argumentação, onde a segunda oração tem maior relevância na argumentação do enunciado. Discute-se a questão da crise na Educação brasileira, enfatizando-se a importância de se afirmar que esse problema já existe há muito tempo.

A partir dos estudos de Koch (2008, p.104-110) e Vogt (2009,p.35-72), esses operadores argumentativos (ou conjunções argumentativas)²⁴ apontam para uma escala dos elementos da oração, distinguindo, em um critério hierárquico, o argumento mais forte para sua conclusão r: **inclusive**, **aliás**, etc.

Em linha geral, é possível observar que um conceito evidentemente superior ao exposto anteriormente é introduzido a partir da inclusão do operador argumentativo marcado pelo autor. Nesse sentido, assinala o axioma da relevância quando explicita o que é **mais** pertinente ou necessário para a argumentação.

Embora muitos atribuam o “valor corretivo” no uso do *aliás*, não há outra explicação senão a de que o autor, após ter utilizado uma sequência de argumentos para sustentar sua tese perante o leitor, serve-se de *aliás* para elevar o último argumento ao topo da escala argumentativa. Com a adição da proposição oracional seguinte, o locutor ratifica sua afirmação e busca a adesão do seu interlocutor para a veracidade dos fatos. Evidencia claramente que o operador argumentativo ratifica a argumentação e não apenas “corrige” uma possível falha argumentativa anterior

²⁴ Vogt (2009) utiliza esta nomenclatura em lugar de Operadores Argumentativos.

(CAVALIERE,2009,p.121). Na oração subsequente, esse elemento linguístico possui como função reforçar a adesão a um fato conhecido e aceito como verdade. E, embora o argumento possa ser duvidoso, impressiona a argumentação para se impor à atenção.

Nesse sentido, podemos observar que o locutor se manifesta de forma confiante sobre seu ponto de vista, porque sabe que angariará a credibilidade do auditório. E, sejam quais forem seus argumentos, sem essa confiança, não haverá possibilidade de persuasão.

Numa perspectiva de Ducrot (1987), de que os conectores têm uma função expressiva no uso da linguagem, retomamos a questão do posicionamento modalizador com maior grau de certeza. Nessa condição, é nítido reconhecer a opinião pontual do falante, que demarca conhecimento e crença, indicando, portanto, comprometimento e certeza – modalização epistêmica asseverativa. E certo de sua persuasão sobre o leitor, o autor atribui valor de verdade à sua certeza, marcando como “verdadeiro o conteúdo do seu enunciado, apresentando-o como uma asseveração (afirmação ou negação), sem espaço para dúvida e sem relativização” (NEVES, 2006, p. 172).

Destacamos por fim a presença da máxima da Retórica, que conforme assinalou Lopes (2005), tem a função de persuadir, convencer, agradar, manipular ideias com a finalidade de aceitação, descobrir as intenções de quem fala ou escreve, atribuir razões ao seu dizer.

Dessa forma, como destaca Cavaliere (2009), “se “corrigimos” ou “explicamos” algo já dito mediante construções tipicamente apositivas, efetivamente estamos tentando melhorar o desempenho comunicativo do enunciado, ou, segundo a máxima da qualidade, torna-lo o mais elucidativo possível.” E acrescenta:

O emprego das chamadas denotativas explicativas, na realidade operadores que visam estabelecer a máxima da qualidade, é muito comum em enunciados cujo conteúdo genérico deva ser imediatamente detalhado, sob pena de não atingir seu objetivo maior de comunicar. O falante, que, simultaneamente à fala, exerce uma autocrítica que avalia constantemente o

efeito do discurso sobre o ouvinte, capta a possibilidade de não ter atingido o nível de comunicabilidade necessário (Idem,p.121).

Na tabela 28, a seguir, listamos as abordagens argumentativa do conector:

Quadro 28 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Aliás
SIGNIFICAÇÃO	Conclusivo e/ou corretivo
SENTIDO	Posicionamento assertivo em relação à sua tese.

(15)[...] As ações afirmativas não são uma solução para os problemas, porém sua implementação se faz necessária durante um período de tempo determinado, até que os prejudicados historicamente adquiram sua inclusão igualitária na sociedade, **afinal** não somos todos iguais? (ALUNO N)

Na ocorrência acima (15), identificamos uma abordagem bastante comum no uso do operador argumentativo *afinal*. Num primeiro momento, consideramos esse elemento linguístico como um operador que denota uma condição de explicação de uma ideia. No entanto, na mesma proposição, pelo uso do advérbio de negação *não*, o autor tenta concluir sua afirmativa buscando no leitor a adesão ao seu posicionamento. A confirmação assertiva de seu posicionamento por parte do leitor atribui valor de verdade e confiança à sua proposição. Assim, evidenciamos o aspecto **conclusivo** do conector no contexto e o aspecto intersubjetivo, ao naturalizar seu posicionamento mediante o conteúdo proposicional.

Para Ducrot (1987, p.53), o valor semântico dos enunciados se reveste de significação específica de acordo com a situação social em que se instalam. A mudança de situação pode implicar a mudança de significado do enunciado, comprometendo a eficácia

da comunicação. Em outras palavras, é fundamental que as teses de argumentação cativem a adesão do ouvinte nessa teia de estratégias que constituem o ato de enunciação.

Essa abordagem (15) se faz oportuna, uma vez que coloca em questão duas possibilidades de sentido do operador *afinal*, conclusão e explicação. Consideremos que na proposição encaixada, de valor conclusivo, não identificássemos o uso do morfema *não*. E, nesse caso, alteraríamos a modalidade frasal para afirmativa e não mais interrogativa, como proposto pelo autor. Teríamos assim a seguinte proposição:

(1) [...] **afinal** somos todos iguais.

Cabe observar que, na oração acima, a afirmativa instanciada pelo autor não prevê a adesão do leitor, o autor manifesta de forma confiante seu ponto de vista, porque tem a certeza de que possui a aceitabilidade de seu interlocutor. Segue em um raciocínio concebido em função de suas consequências, que a rigor referem-se ao já dito anteriormente com relação às determinações da Constituição brasileira, instanciando assim, o sentido **explicativo** do conector. Atribui-se aqui à construção da modalidade epistêmica, o posicionamento assertivo do falante diante da oração introduzida, que, de acordo com Neves (2006), é classificada como uma marca do enunciado ditada não só por imposição de circunstâncias externas, mas também pela consciência e, por isso, interna ao falante.

Contudo, ao introduzir o vocábulo *não* e a modalidade frasal interrogativa, o locutor não só manifesta o valor de incerteza sobre a afirmação, como também o convite à participação do ouvinte em sua conclusão. Podemos chamar essa reação de uma possível “proteção de face”, como afirma Goffmann (2002, p.77): “com o intuito de proteger a face, o falante usa estratégias formalizadas no discurso”, caracterizando seu posicionamento (inter)subjetivo, como observamos na oração em (2):

(2) [...] **afinal** *não* somos todos iguais?

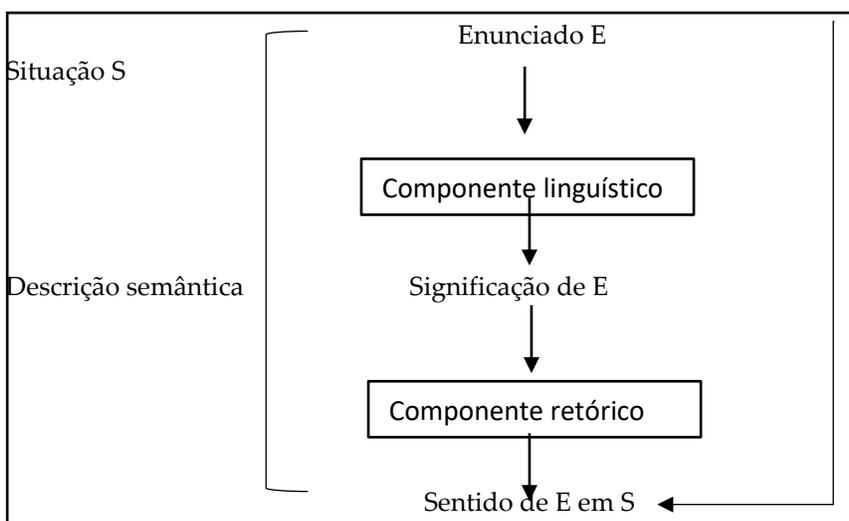
Desse modo, ainda na oração (2), podemos inferir que o falante deixa subentendido o valor de dúvida de sua afirmação, no sentido de concluir seu posicionamento a partir da concordância de seu interlocutor. Trata-se de um menor grau de valor atribuído à proposição, no qual o falante não potencializa o dito, assumindo um comprometimento com certa relatividade em relação à proposição anterior.

Essa construção frasal assinala um aspecto interacional em que apresenta a postura e a posição do “eu” de um participante na sua relação com o outro, nos registros da fala em interação —na medida em que o locutor direciona o interlocutor para [...] um conteúdo específico, propondo o modo como o ouvinte deve conceber o texto. (TRAVAGLIA, 2006)

O que se nota, enfim, é que, ao construir a oração, a saber, “afinal não somos todos iguais?”, o autor atribui também outro sentido ao conector *afinal*, o sentido conclusivo de sua proposição. Conforme (DUCROT, 1987 apud CAVALIERE, 2009, p.32-33), “o valor semântico dos enunciados deve ser descrito apenas em face da situação em que ele foi usado, ou seja, no amplo setor da enunciação”. E ainda, “a mudança de situação – que pode ser referente ao ambiente físico, aos interlocutores ou uma série de outros dados pertinentes – certamente implicará mudança de significado do enunciado, com sérias consequências quanto à eficácia da comunicação.”

Cabe, portanto, abordarmos os termos elaborados por Ducrot (1987, p.53,33): **significação** para designar o valor semântico do enunciado e **sentido** para o valor semântico da enunciação. Dessa forma, o autor esquematiza uma mudança de enfoque na avaliação do significado do enunciado, em que o significado deve incorporar-se a uma situação S para se atingir o sentido da enunciação.

Vide quadro a seguir teorizado pelo autor:



Quadro 29: Descrição semântica da enunciação segundo Oswald Ducrot (1987)²⁵.

Contudo, é possível observar que a análise semântica da enunciação implica substancialmente a aceitabilidade da autonomia semântica do texto no processo de comunicação.

Em (15) através do advérbio *não* e da modalidade interrogativa o autor não se compromete com o dito. Desse modo, ele sinaliza para o interlocutor que o que está sendo posto na proposição merece, primeiro, a atenção do receptor. E, fazendo uso da **intencionalidade**, o autor indica que a proposição, a saber, - afinal não somos todos iguais?, é passível de dúvida, ilustrando uma atitude orientada para o interlocutor - que a partir de seu consentimento – imputa valor de verdade em seu posicionamento (autor).

Observamos pois, que, nesse excerto, o operador *afinal* não atua apenas como liame oracional (CAVALIERE, 2009) em relações de conclusão, estabelece também relação de sentido no plano textual.

²⁵ Esquema da Descrição Semântica de Ducrot (1987). (Cf. CAVALIERE, 2009, p.33).

Ademais, a proposta teórica de Ducrot (1987) de que os conectores têm uma função expressiva no uso da linguagem, o sentido conclusivo do operador *afinal* é instituído a partir de uma relação com outros elementos linguísticos, a saber, o vocábulo *não* e a modalidade frasal interrogativa - que concorrem para a expressão de conclusão a partir da perspectiva interna do falante.

Assim, teoria da Semântica Argumentativa (DUCROT,1987) configura-se aspecto fundamental para essa análise, já que o uso dos conectores e articuladores de coesão estabelece no texto mais que operadores de função lógica, antes uma relação de sentido e verdadeiras estratégias argumentativas, como pode ser visto a seguir, na tabela 30:

Quadro 30 - Descrição Semântica da Enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores

COMPONENTE LINGUÍSTICO	Afinal (1)	Afinal (2)
SIGNIFICAÇÃO	Explicação	Conclusão
SENTIDO	Inferência atribuída ao já dito. Comprometimento do falante pelo seu Conhecimento de mundo.	Incerteza do posicionamento do falante. Comprometimento relativo, condicionado à adesão de seu alocutário.

7. CONCLUSÃO

Para se compreender e interpretar um texto, não precisamos apenas conhecer o significado das palavras, mas antes, as condições em que o discurso é articulado, assim como o contexto de produção do texto, abordando seus aspectos intra e extralinguísticos. Assim, atrelada à morfologia, fonologia e sintaxe, a semântica deve incidir no estudo da língua vernácula, uma vez que para a leitura e compreensão, o sentido e o significado tornam-se imprescindíveis.

Nesse sentido, a preferência de uma palavra a outra não acontece por acaso. De acordo com Bakhtin (2006, p.53) é na palavra que se observa melhor o funcionamento da ideologia, mas a palavra em uso, em funcionamento num dado (con)texto, num processo dialógico-discursivo ou numa situação enunciativa.

A partir da Teoria da Semântica Argumentativa e da Linguística Textual, trabalhamos o estudo da argumentação na língua, investigando e analisando o uso de conectores e articuladores de coesão na construção do texto, remetendo-nos à concepção enfatizada em toda a tese de que esses elementos linguísticos não são usados apenas como conectivos ou liames relacionais, como assevera a gramática tradicional: antes atuam com relevante força argumentativa, são direcionadores de sentido, da argumentação, e têm por objetivo orientar a leitura do **outro** segundo o posicionamento do autor.

Para tanto, no Capítulo I, identificamos e caracterizamos nosso objeto de estudo a partir da gramática de base filológica, estabelecendo a diferenciação entre as noções de conectores e conectivos. Nesse sentido, fizemos uma abordagem diacrônica do papel dos conectivos/conectores na gramática tradicional, sob o cunho de diversos autores como, João Ribeiro, Júlio Ribeiro, Eduardo C. Pereira, Mattoso Câmara, Gladstone C. de Mello, Bechara, Rocha Lima, entre outros.

No Capítulo II, fizemos uma abordagem da gramática anterior e posterior à NGB, pautada no modelo Estruturalista, buscando enfatizar a mudança de postura do princípio da unidade para o da uniformidade, posicionamento esse que trouxe estabilização do discurso gramatical.

No Capítulo III, assumimos a investigação com base nos aparatos teóricos da Linguística Textual, nas exegeses de Koch, Beaugrande & Dressler, Costa Val e outros. Essa abordagem nos permitiu identificar os mecanismos da coesão e coerência responsáveis pela continuidade do sentido do texto.

O Capítulo IV, proposta teórica e fundamental que embasou essa investigação, asseverou, através dos estudos da Semântica Argumentativa de Ducrot (2005), o efeito de sentido construído pelo linguístico, não na língua, mas no discurso, no emprego da língua. E ainda, atribuiu a noção de valor linguístico para o emprego da língua em diferentes estágios: entre enunciados, elementos lexicais, discursos, entre falante e ouvinte. E acrescentando, no Capítulo V pode ser visto também alguns processos pelos quais o léxico se transformou diacronicamente.

A fim de sumarizarmos as reflexões e sintetizarmos a investigação realizada, no Capítulo 6 que trata da análise dos dados, retomamos a proposta final desse trabalho procedendo à análise semântica dos conectores e articuladores de coesão – instanciando o efeito de sentido produzido pelo linguístico – culminando para a descrição semântica da enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores.

Partindo da noção de texto como uma “atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua organização” (Koch, 2002, p. 17), abordamos com maior profundidade os elementos da textualidade, em especial a coerência e a coesão. E atribuímos aos conectores (pronomes, advérbios, preposições, conjunções e demais palavras da língua que abrangem a função coesiva) o papel de importantes articuladores textuais na construção semântica do texto.

Nas diversas situações de comunicação, o texto(discurso) não se configura como um produto engessado de interpretação, antes possibilita, a partir de elementos linguísticos e extralinguísticos, pressupostos e subentendidos, uma variada rede de sentidos apontando para diversas significações.

A partir da realização desse trabalho pudemos constatar que a Teoria da Argumentação na Língua propõe não somente um sujeito da linguagem, mas interlocutores da enunciação. Essa inter-relação permite ao locutor marcar sua posição em seu discurso, argumentando em relação ao que está sendo dito. A teoria nos aponta para a construção da argumentação como modo de enunciação do locutor, inerente ao sistema linguístico. A partir da argumentação, justificamos nossas ideias, asseveramos intenções e direcionamos o interlocutor às inferências desejadas. Falar, diz Ducrot, é tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade (1988).

As relações de sentido instanciadas por meio dos conectores e articuladores de coesão analisados nesse estudo são variadas e auxiliam os mais diversos objetivos comunicacionais, a considerar o tipo de engajamento a que se propõem seus interlocutores.

Com base na análise semântica dos conectores e articuladores de coesão utilizados nos complexos oracionais nesta pesquisa, pudemos identificar, depreender e ilustrar o constructo sintático-semântico alcançado pelos autores, segundo uma abordagem composicional da argumentação.

Apresentamos, descrevemos e ilustramos, pontualmente, os quinze excertos abordados, instanciando valores modais observados no uso dos conectores segundo o posicionamento dos interlocutores no âmbito da enunciação.

Foi possível observar que a escolha –intencional ou aleatória - dos conectores está diretamente ligada à intenção comunicativa do enunciador. A presença desses articuladores de coesão são marcas linguísticas utilizadas como estratégias argumentativas que apontam para a construção de sentido dos textos. Dessa forma, o uso de um elemento coesivo em substituição a outro possibilita a

mudança de sentido de uma orientação argumentativa no âmbito semântico da construção textual.

Ao longo de nossa pesquisa, pudemos também observar a frequência dos conectores e articuladores de coesão em variadas situações de uso da língua. E procuramos, a partir do emprego dos conectores, depreender os fatores linguísticos e extralinguísticos que incidiram sobre o contexto oracional, com vistas a confirmar as perguntas de investigação formuladas no início da tese.

Observou-se também que os articuladores de coesão não só desempenham funções discursivas – como sinais linguísticos que direcionam o encadeamento argumentativo dos enunciados através de conteúdos pressupostos e subentendidos, como também transmitem valores semânticos diversos, convergindo para a proposta teórica de Ducrot sobre a função expressiva dos conectores no uso da linguagem.

Ducrot (apud KOCH 2007, p.39) diz que “[...] os elementos discursivos têm merecido pouca atenção nos livros didáticos e nas aulas de língua portuguesa [...]”. Isso acontece porque em sua maioria os professores trabalham no limite da Gramática, não imergindo o estudante no texto, não priorizando as relações de sentido observadas a partir de uma análise composicional. Sem dúvida que se faz relevante seguir a linha da Gramática Tradicional, embora seja imprescindível o trabalho de conhecimento e transmissão das ideias das Teorias Linguísticas. Assim, o aluno poderá, a partir de sua interpretação, se fazer crítico do texto, construindo suas inferências e trabalhando sua argumentação.

Certamente há muito o que se investigar no que concerne aos articuladores de coesão e à carga argumentativa que se acometem esses elementos no ato da comunicação, o que nos permite realçar a necessidade constante de chamar a atenção dos usuários da Língua Portuguesa para o uso dos operadores (visto sua importância para o processo interpretativo).

Contudo, acreditamos que a realização desta pesquisa contribui para o cenário dos estudos linguísticos na medida em que

verifica a relação intrínseca entre a significação e o sentido estabelecidos pelos conectores como elementos de coesão, na construção do texto (discurso), preferido com frequência pelos falantes da língua, comprovado, por meio de argumentos e exemplos, a teoria da Argumentação na Língua pontuada por Ducrot (2005).

Desta forma, desejamos que este trabalho possa colaborar com o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, possibilitando ao professor imergir no amplo cenário da comunicação – produção e compreensão textual - uma vez que imputa aos conectores a função de verdadeiras estratégias argumentativas que estabelecem os mais variados efeitos de sentido e que precisam ser reconhecidas pelo leitor para a eficaz conclusão do processo interpretativo.

8. BIBLIOGRAFIA

- ADAM, Jean-Michael. **A Linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- ALI, M.Said. **Meios de expressão e alterações semânticas**. São Paulo: Francisco Alves, 1971.
- Anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação, 1957.
- ANTUNES, Irandé Costa. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- ANSCOMBRE, J. C, e DUCROT, O. **La argumentación em la Lengua**. Madrid: Gredos, 1994.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.
- AZEREDO, J. Carlos. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- AZEVEDO, Tânia Maris de. *Em busca do sentido do discurso: a semântica argumentativa como uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.
- BACHMAN, L. **Communicative language ability. In: Fundamental considerations in language testing**. New York: Oxford Press, 1990.
- BAKHTIN, M. Estudo das ideologias e filosofia da linguagem. In: **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BALDINI, Lauro J. Siqueira. **Um Linguísta na terra da gramática**. Campinas, SP. Unicamp, 2005
- BARBISAN, Leci Borges. **O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

- BARRETO, Ricardo. **Ser protagonista: língua portuguesa, 1º ano: ensino médio**. Edigráfica Gráfica e Editora Ltda. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ. 2016.
- BARTHES, R. **Verbetes "Texte"**. Encyclopaedia Iniversalis, 1974.
- BASSEGGIO, Sandra M. **Os Efeitos de Sentidos atribuídos pelos sujeitos ao discurso sobre a violência no cotidiano**. Ed. SUED. Curitiba, PR. 2008.
- BASSETTO, Bruno Fregni. **Filologia Românica**. São Paulo, EDUSP, 2005.
- BASTOS, L. K. **Coesão e coerência em narrativas escolares**. Recife. Universidade Federal de Pernambuco: Editora Martins Fontes, 1994.
- BEAUGRANDE, Robert de & DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to textlinguistics**. Londres/NewYork, Longman, 1981.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- _____. **Ensino da gramática: opressão? Liberdade?** São Paulo: Ática, 2 edição, 1985.
- _____. **Lições de português pela análise sintática**. Rio de Janeiro: Padrão, 1988.
- _____. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- _____. **Moderna gramática do português**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- _____. **Moderna gramática portuguesa** 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- _____. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- _____. **Moderna Gramática Portuguesa**. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2015.
- BENTES, Anna Cristina (2001) **Linguística Textual**. In: MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Cristina (orgs) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. (Vol. 1) . São Paulo: Cortez.

- BEAUGRANDE, Robert-Alan de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introducción a la lingüística del texto**. 1983. In: COSTA VAL, *Redação e Textualidade*. S.Paulo, Martins Fontes:1991.
- BYBEE, J. *Mechanisms of change in grammaticization: The role of frequency*. In: B.D. Joseph and J. Janda (eds) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- CAMPBELL, L. & JANDA, R. **Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems**. In: *Language Sciences* 23,2001.
- CAMPOS, Cláudia Mendes. *O Percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua*. UFPR. Revista da ABRALIN, v.6, n.2, 2007.
- CAREL, M.; DUCROT, O. *La semântica argumentativa: uma introducción a la teoría de los bloques semânticos*. Buenos Aires: Coli, 2005.
- CAVALIERE, Ricardo. "Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil". *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português*, nº 23, 1º semestre de 2002.
- _____. **Palavras denotativas e termos afins: uma visão argumentativa**. Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2009.
- _____. **A Noção de Conectivo nas Gramáticas Brasileiras do Século XIX**. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2017.
- CEGALA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua portuguesa**. 40. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1997.
- CHAROLLES, Michel (1978). "**Introduction aux problèmes de la cohérence des textes**". in: *Langue Française*, Paris: Larousse. In: VAL, M. da G. C. **Redação e textualidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- CITELLI, A. **O Texto Argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.
- CUNHA, Celso & CINTRA Lindley. **Gramática de base**. 2.ed. Rio de Janeiro: FAE- Ministério da Educação, 1978.
- _____. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. **Gramática de base**. 4.ed. Rio de Janeiro: FAE- Ministério da Educação, 1986.

- DIAS, N.B. "A marca da (inter)subjetividade na sentença complexa subjetiva". In: Revista Confluência, v. 44/45, Juiz de Fora. 2013.
- DIK, C.S. **Functional Grammar**. Dordrecht – Holland/ Cinnaminson – EUA: Foris Publications, 1978.
- Du BOIS, J. E outros. **Dicionário de Linguística**. Ed. Cultrix. São Paulo. 1993.
- DUARTE, Paulo M.T.; LIMA, M. C. **Classes e categorias em português**. 2. ed.rev. e ampl. Fortaleza: Editora UFC, 2003.
- DUCROT, Oswald. **Princípios da Semântica Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. Tradução de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar Teodoro País. São Paulo: Global Ed., 1981 (in: Parreira M.)
- _____. **Dizer e o dito. Princípios de semântica linguística**. Trad. de Eduardo Guimarães, Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- _____. **Polifonia y argumentación: conferencias del seminário "Teoría de la Argumentación y Analisis del Discurso"**. Trad. de Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez. Cali, Universidad del Valle, 1988.
- _____. **Argumentação e 'topoi' argumentativos**. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). História e Sentido na linguagem. Trad. de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. "Os *topoi* na teoria da argumentação na língua". In: Revista Brasileira de Letras. Trad. de Rosa Attié Figueira. São Carlos, UFSCar, v. 1, n. 1, 1999.
- _____. "Argumentação, retórica e argumentação linguística". Letras de Hoje, Porto Alegre, v.44, n.1, jan-mar. 2009.
- FÁVERO, L. L. **Coesão e Coerência Textuais**. 6. Ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FERRAREZI, Celso Junior & BASSO, Renato. **Semântica, semânticas uma introdução**. São Paulo. Ed. Contexto, 2013.
- FIORIM, J.L & SAVIOLI, F.P. **Para entender o Texto. Leitura e Redação**. 10 ed. Ed. Ática. São Paulo. 2007.
- FLORES, Valdir do N., TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da enunciação**. São Paulo. Ed. Contexto, 2005.

- FOCHI, Eliana M. **A classe dos pronomes relativos: uma descrição**. Ed. Alfa. São Paulo, 1981.
- GARCIA, André Luiz Ming. **Gramática Tradicional ou Normativa? Um enredamento de língua, política, educação e ciência**. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v.19, n.1, jan./jun..2011.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- GARCIA. Noemí Dominguez; DIAS.Massilia Maria Lira. “A teoria da argumentação na análise dos conectores discursivos”. In: ReVEL, edição especial vol14. n.12, 2016. Disponível em: www.revel.inf.br.
- GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company,1995.
- GOFFMAN, E. “Footing”. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (orgs). **Sociolinguística Interacional**. 2 edição Trad. Beatriz Fontana. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. **Texto e Argumentação: um estudo das conjunções do português**. 4.ed. Campinas, Pontes, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes, 1995
- HALLIDAY, M. A. K & HASAN, R.– **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
- ILARI, R.; BASSO, R. M. “O verbo”. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. **Gramática do português culto no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008.
- INFANTE, Ulisses. **Textos: leituras e escritas. Literatura, língua e produção de textos**. vol. Único. São Paulo: Scipione, 2005.
- JUBRAN, C.C.A.S., KOCH, G.V. (orgs.) **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- KLEPPA, Lou-Ann. **Preposições ligadas a verbos na fala de uma criança em processo de aquisição de linguagem ou “Vamo de a pé no carro do vovô?”**. 2005. 186p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br>>.

- KOCH, Ingedore Villaça. **Dificuldades na leitura/produção de textos: os Conectores Interfrásticos**. In: CLEMENTE, Elvo (org.) *Linguística aplicada ao ensino de Português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- KOCH, Ingedore V. & TRAVAGLIA, L.C. **Texto e Coerência**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. **Desvendando os segredos do Texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **A interação pela linguagem**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Coesão textual**. 22 ed. S.Paulo: Contexto, 2016.
- _____. **O texto e a construção dos sentidos**. 10 ed. São Paulo. Contexto, 2016.
- KURY, Adriano G. **Pequena Gramática para a Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical**. Ed. Agir, Rio de Janeiro, 1962.
- LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 4 ed. Adaptada à Nomenclatura Oficial. Rio de Janeiro. F.Briguiet & Cia. Editores, 1959.
- LONGHIN-THOMAZI, S.R. **Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial**. In: VEREDAS – *Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004, v.8, n.1 e n.2, p.215-232, jan./dez.
- LOPES, Valdir Luiz. **A formação do professor de língua portuguesa e alguns aspectos retóricos de seu discurso**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MACIEL, Maximino de Araujo. **Grammatica descriptiva**. 8 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922 [1894].
- MACK, Deise Redin. “A influência de Saussure nos trabalhos de Ducrot: aproximação e distanciamentos”. *Anais do SITED*.

- Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso. Porto Alegre, 2010.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz**. Série Debates 1, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1986.
- _____. **Análise da Conversação**. São Paulo. Ática, 1986.
- _____. **Oralidade e escrita**. São Paulo. Ática, 1995.
- _____. **Leitura e compreensão de texto falado e escrito como ato individual de uma prática social**. In: ZILBERMAN, Regina (org). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- MARINHO, J.H.C. **Articuladores Textuais**. Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG/Faculdade de Educação/ Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – CEALE, 2012.
- MARTELLOTA, Mário Eduardo. Et Al. **Gramaticalização no português no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- MARTINET, A. **Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle?** Alfa, v.38, 1994.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. **Princípios de Linguística Geral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. **Nomenclatura Gramatical**. IN: Dispersos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2 edição, 1975.
- _____. **As idéias gramaticais de João Ribeiro**. IN: Dispersos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2 edição. 1975.
- _____. **Antenor Nascentes e a Filologia brasileira**. IN: Dispersos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2 edição, 1975.
- _____. **Said Ali e a Língua Portuguesa**. IN: Dispersos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV. 2 edição. 1975.
- _____. **Os estudos de português no Brasil**. IN: Dispersos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2 edição, 1975.
- _____. **Dicionário de Filologia e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 9 edição, 1981.
- _____. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **História da Lingüística**. 4 ed. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Dicionário de Linguística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 28 edição, 2011.

MELO, Gladstone Chaves. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Academia, 1970.

MENEZES, William. In: LARA, Gláucia M.P. (org.). **Lingua(gem), texto, discurso, v.1: entre a reflexão e a prática**. – Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2006.

MONNERAT, Rosane; VIEGAS, Ilana V. **Português I. v.1/** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

_____. “Possibilidades discursivas do *e*: um conector coringa”. In: *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão/ Santa Catarina, v.4, nº 1, 2004.

MORAIS, Maria da Felicidade A. **Marcadores da Estruturação Textual: Elementos para a descrição do papel dos marcadores discursivos no processamento cognitivo do texto**. Dissertação de doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2006.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Cristina Introdução. In: _____(orgs.) **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. (Volumes 1). São Paulo: Cortez, 2001.

NASCENTES, Antenor. **Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro:[s.ed], 1946.

NERUDA, Pablo. **Confesso que Vivi Memórias**. Traduzido por Olga Savary. Rio de Janeiro: Difel – Difusão Editorial, 1978.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática**. São Paulo, UNESP, 2002

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Como as palavras se organizam em classes**. Portal da Língua Portuguesa, 2006. Disponível em: <www.poesis.org.br/files/mlp/texto_11.pdf>.

- NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. Lisboa: Clássica Editora, 1930.
- OLIVEIRA, C. **Revisão gramatical**. 7 ed. Ed. Luzir. São Paulo, 1960
- OLIVEIRA, Jaciara Ornélia Nogueira de. **Enlaces e desenlaces entre participios e gerúndios**. 2004.2v Tese (Doutorado e Letras). Instituto de letras. Universidade Federal da Bahia.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. **O Estado, a gramática, a autoria**. In: Relatos. Publicação do Projeto “História das ideias linguísticas: construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional”. DL-IEL-UNICAMP/DL-FFLCH-USP,1997.
- _____. **Análise do discurso: sentidos e fundamentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- ORTEGA, Simone Tereza de Oliveira. **Operadores Argumentativos: recursos essenciais ao direcionamento discursivo**. Disponível em: www.alv.com.br/anaisjornal/IVsem2008/comunicacoesPDF/29_operadoresORTEGA.pdf.
- PÊCHEUX, Michel. “Análise Automática do Discurso”. In: HAK (org.). **GADET 7 . Por uma análise automática do Discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica expositiva**. 7 ed. Weisflog Irmãos. São Paulo. 1918.
- _____. **Gramática expositiva: curso superior**. 20 ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934.
- PERINI, Mario A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- PIRES, R. **Semântica**. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C.(Org). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras 2**, São Paulo, Cortez, 2012.
- PLANTIN, Chaim. “L’Argumentation”. In: LARA, Gláucia M.P. (org.). **Lingua(gem), texto, discurso, v.1: entre a reflexão e a prática**. – Rio de Janeiro: Lucerna; FALE/UFMG. Belo Horizonte, MG, 2006.

- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões gramaticais (ou Nova Gramática portuguesa)**. Imprensa Popular. Salvador, Bahia. 1890.
- RIBEIRO, João. **Traços geraes de linguística**. São Paulo. Livraria Popular de Abilio A.S. Marques, 1880.
- _____. **Grammatica Portugueza. 1º grau, Grammatica da infância**. 18 ed. Rio de Janeiro: Livraria de Francisco Alves, 1900.
- _____. **Diccionario Grammatical**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3 edição, 1906.
- _____. **Grammatica portugueza, curso superior**. 21 ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1930[1889].
- _____. **Gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.
- RIBEIRO, Júlio. **Grammatica portugueza**. São Paulo: N. Falcone & Comp., 7 ed. 1913[1881].
- SAID ALI, M. **Gramática histórica**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 26 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SAVIOLI, F.P. **Gramática em Lições**. São Paulo. Ática, 1980.
- _____. **Gramática em 44 Lições**. Série Compacta. São Paulo. Ática, 14 ed. 2004.
- SETTE, Graça. **Português: trilhas e tramas**, vol.1. 2 ed. São Paulo. Leya, 2016.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- VAL, Maria da Graça C. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- VOGT, C. **O intervalo semântico: contribuição para uma teoria semântica argumentativa**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.
- WACHOWICZ, Teresa C. **Análise Linguística nos gêneros textuais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

9. ANEXOS

Nota:

As redações analisadas neste corpus não receberam nenhuma correção gramatical, tiveram como foco apenas o objeto de estudo desta pesquisa: *o uso dos conectores*.



Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

Da moral do caso

Durante anos, o Brasil passou por um período de grandes conquistas e desenvolvimento no setor trabalhista, onde empresas e contratantes tinham capacidade para empregar pessoas no mercado de trabalho sem se tornando um problema devido o excesso de desempregados.

Hoje uma época onde podia-se escolher o emprego que mais lhe agradasse, infelizmente, as coisas mudaram, e hoje ter onde trabalhar é que se um privilégio, uma vez que o país passa por uma crise econômica.

Quem quer trabalhar come; quem não quer não come. A crise brasileira chegou de uma forma tão devastadora que atingiu todas as classes sociais, porém, mais uma vez inferiores sentiram o impacto, não só no local de trabalho, mas também em casa e no mercado, onde os preços subiram de forma assustadora.

Com as novas leis que estão para serem adotados o número de desempregados tende a aumentar, já que o tempo mínimo de contribuição será de 49 meses e a idade mínima estipulada passará para 60 anos para mulheres, e 65 para homens.



Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

O desemprego vem se tornando um problema cada vez mais frequente na sociedade atual. Com um cenário cada vez mais conturbado por crises, falhas políticas e total instabilidade econômica, a situação dos trabalhadores vem se tornando um assunto de frequente discussão.

A falta de qualificação e especialização caracterizam um mercado de trabalho cada vez mais "dumilado" e seletivo, que dificulta, e muito, a inserção de grande parte da população (que não possui muita motivação e conhecimento em algumas áreas).

Esses e outros fatores fazem com que mais pessoas busquem se inserir nesses setores mudando as condições de vida nos setores econômicos, obtendo uma vantagem no "ranking" dos desempregados tornando o mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Não faltam empregos, o que falta são profissionais capacitados a exercer com maestria e atenção seus cargos, atendendo a crescente demanda no mercado.



C

Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

- Na atualidade o desemprego é um grande problema que afeta a população, já que a ausência de emprego pode estar relacionada à falta de mão de obra qualificada, que diga, o mercado de trabalho não está encontrando nos trabalhadores o que precisa para atender as suas exigências.

A falta de mão de obra se dá pelo fato de muitas vezes não haver muita procura por especializações ou até mesmo cursos técnicos que melhoram e enriquecem o currículo garantindo um emprego bem sucedido com estabilidade financeira e tendo melhores chances de aprovações em concursos ou entrevistas de emprego, mas em tempos de crise que o sistema pode ocorrer de ter alta demanda e pouco emprego gerando um super desemprego que gera no desenvolvimento do estado causando queda na economia que evita a criação de novos prédios públicos que melhoram a qualidade de vida da população.



Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

Ha quem diga que o mercado apenas se querer para um ser no mercado de trabalho, agora os indices brasileiros de desemprego tem atingido numeros cada vez mais elevados. Seria, então, esse crescimento reflexo da realização de esse e desinteresse das pessoas pela vida profissional?

Essa justificativa é facilmente derrubada se observarmos a grande quantidade de profissionais já formados em busca de emprego, ocupando lugares nas filas de entrevistados de grandes empresas sem êxito.

A utilização da tecnologia em diversos setores de produção reduz a necessidade de uma massa maior de pessoas na cadeia produtiva. Tal fato aliado a redução da população ativa, potencializam a taxa de ociosidade.

A prioridade do mundo capitalista resume-se ao aumento da produtividade e maximização da produção. Inicia-se uma busca por novos talentos com alternativas de capacitação e especialização para ocupar esta quantidade reduzida de oportunidades no mercado.

Logo, é preciso que as políticas públicas sejam implementadas para ajudar na resolução desse problema, de repente oferecer cursos de especialização para profissionais já recém formados com o intuito de melhorar sua qualificação.



Folha de Redação

Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

O ensino brasileiro se mostra nos rankings nacionais com os piores desempenhos. Para resolver essa problemática é necessário buscar formas de sanar os fatores que levam a essa lamentável realidade.

O sistema público de ensino possui falhas em diversos pontos. A nível estrutural a forma com que o conteúdo chega aos discentes, não é motivada pelo conteúdo. A didática ainda é muito paralizada com os alunos enfadados atuando como receptores passivos de conteúdos.

A relação entre professor e aluno devido ao ensino falho agrava ainda mais ainda a situação tornando a dinâmica muito desinteressante.

Faz-se necessária uma reforma imediata do sistema educacional nacional que estimule a relação entre docente e discente e abra as fronteiras de forma mais aplicada ao cotidiano, ai então o aluno gostará de estudar.



Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

O total de pessoas desempregadas cresce com ritmo acelerado nas últimas semanas. Este fato, foge com que a situação financeira das famílias se tornem problemática e a preocupação pela saúde dos membros torna-se cada vez mais acirrada.

Atualmente fazem-se por crise, onde atinge uma elevada porção da população. O tal fato, foge com que impõem-se a quem e que precisam empregar-se há de, tornando-se o desemprego frequente. Contudo, famílias necessitam de oportunidades para conseguir, ao menos, ter um tempo necessário para a vida.

Atualmente, os indivíduos utilizam estratégias para a obtenção de seus financiamentos, como o empréstimo de que eles se tornam, onde produzem, e que tenham retorno para a empresa. Há que se, o desemprego acaba se tornando uma realidade, pela falta de infraestrutura e investimentos necessários para a organização.

Entretanto, medidas como o investimento na educação seria uma forma de reduzir este problema. As pessoas se preparariam para os mercados de trabalho e de tal maneira, poderiam evitar, além disso, o conhecimento técnico e de mercado está presente nos empregos.



Folha de Redação

Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

Brasil

Atualmente em meio a tanta tecnologia e tanta informação ainda é possível sexualizar em nosso meio pessoas ignorantes de saber.

Este assunto sem sendo muito conversado e questionado, para que seja possível se corrigir as falhas. Mas ainda não se sabe qual é real vilão dessa história, entre eles está até mesmo a família, a escola e o governo etc.

O que não se discute e que é uma função de fatores onde um interfere proporcionalmente em função do outro. Então uma família sem suporte, um professor sem apoio, e um governo falho influencia drasticamente nestes problemas.



Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

Os grandes culpados

O ensino brasileiro está entre os piores nos rankings internacionais. Por mais que a realidade seja, muitas vezes, essencial, é possível perceber que muitos alunos de escolas públicas não atingem as notas esperadas em vestibulares e até mesmo nas próprias escolas. De quem é a culpa deste problema?

Pela educação brasileira é notado que algumas matérias são mais valorizadas que outras, desta forma, os professores que estudam para dar aulas como Sociologia, Filosofia e História, se sentem diminuídos frente aos outros. Os alunos, por não serem obrigados a estudar matérias que possuem dificuldades e que não pretendem seguir, desestimulam muitas vezes a aprendizagem.

Uma questão funciona como um ciclo, onde o governo não divide as aulas de uma forma que valorize todas as matérias, que faz com que os professores não deem todo o conteúdo que o aluno precisa. Os alunos, não motivados, acabam não possuindo interesse pelas aulas e não ficam dispostos a se aprofundar, alguns vão não acompanhando o ensino dos fatos e isso se perpetua ainda mais.

Todos precisam se preocupar e se comprometer sobre seus deveres para possibilitar melhores condições para o ensino público, já que a educação é um direito do cidadão.



Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

Desemprego frequente

O desemprego vem se tornando frequente no país. Pessoas fazem apresentações em vários de trânsito, em busca de ganhar algum trocado. Algumas ficam hospedadas nas ruas, com a esperança de receber alguma doação e outras, que ainda tentam conseguir algum serviço para sustentar a família.

Em geral a falta de emprego é encontrada nas famílias de baixa e baixa renda, que são as que mais passam dificuldades financeiras. Pais de família e pessoas que trabalham há muito tempo nas empresas, muitas vezes são demitidos, dando lugar a nova geração, porém recém formados e que apresentam um novo olhar para o mercado consumidor, só que não!

Muitos desempregados ainda buscam trabalhos ou pequenos serviços para que possam pagar as contas, mas ainda há grande dificuldade em conseguir algo. O mercado de trabalho se tornou pequeno, ou mesmo mal distribuído para a quantidade de novos trabalhadores que entram a cada ano.

Uma solução para esse problema deve vir do governo, distribuindo mais os trabalhos e criando mais empregos. E as ONGs criaram mais projetos que possam ajudar.



5

Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

O Brasil de hoje

O ensino no país apresenta uma situação calamitosa, pesquisas apontam que o Brasil é um dos piores no desempenho educacional. Além disso, apresentam um alto índice de criminalidade e altamente favorável à corrupção. Então nos perguntamos, porque o país se encontra neste tipo de situação?

O problema pode ser dado pela falta de incentivo de autoridades, como o governo, que não investe valores necessários na educação, ou seja, o país se encontra num descaso neste setor, que é de direito da população.

Portanto as pessoas perdem o interesse pela educação. Um outro fator determinante para o problema, é o pensamento das pessoas em adquirir empregos o quanto antes, para ajudar os seus familiares, deixando de lado os estudos.

Entretanto, para educar este problema, a sociedade está podendo se unir para incentivar a população de modo geral e conscientizá-lo sobre a importância do conhecimento e a influência que ele tem sobre nosso futuro.



Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

Desemprego no Brasil

O desemprego no Brasil é um problema crescente, afetando parte da sociedade em situação precária. É comum vermos, principalmente nas grandes cidades, pessoas pedindo esmolas ou trabalhando nas calçadas para poderem se alimentar, ou até mesmo mendicando nas ruas esperando alguma doação.

Em muitas casos, pessoas que passam por essas situações não são julgadas como sendo "vagueantes", "preguiçosos" e "desorientados", se bem que isso parece dessas pessoas usar a situação para terem acesso próprio.



1

Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

Século XXI

Atualmente vivemos em um país que está com uma grande dificuldade. O Brasil está passando por uma crise econômica que vem afetando diretamente o mercado de trabalho ocasionando muito desemprego.

Um grande número de pessoas estão passando por diversas dificuldades que foram ocasionadas por conta do colapso da economia causando o desemprego e o modo de vida precário.

Muitos brasileiros por conta do atual contexto da nação estão tentando buscar outras alternativas de sustento, por exemplo, abrindo o próprio negócio, buscando uma nova especialização e gerando oportunidades de negócios.

Infelizmente nem todos conseguiram escapar das consequências do cenário econômico, por conta da mecanização e das avançadas tecnológicas.

Então, os brasileiros estão passando por inúmeras dificuldades e o governo e a mídia tem influências sobre as formas que podem auxiliar os brasileiros a superar a crise e ir em busca de seus objetivos.



Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

O nosso país é marcado pela polarização de discursões no campo político e social que geram grandes debates na sociedade levando o determinado assunto a ganhar destaque até na mídia do país. A bola da vez que está gerando debates de morte, a sul do Brasil é o sistema de cotas que para alguns especialistas é uma correção cultural e nivelamento da igualdade de oportunidades e para outros é para encobrir a deficiência da educação básica no Brasil.

Nos últimos anos os ~~restantes~~ investimentos na educação pública aumentaram para diminuir o abismo entre a rede privada e a rede pública. Mesmo com investimentos governa decados para a qualificação do ensino que ainda conta com escolas lotadas por pessoas sem incentivos de carreira, falta de materiais e outros problemas.

Enquanto a rede pública apresenta essas deficiências a rede privada investe na qualidade ofertando aos seus usuários uma boa probabilidade de preparação para os vestibulares e afins, entretanto devemos levar em consideração que no Brasil existe aproximadamente 8 milhões de alunos sendo 7 milhões da rede pública e uma parte divide estudo entre trabalho prejudicando seu rendimento.

É de pleno conhecimento que as cotas é fundamental para garantir as oportunidades de entrar em uma universidade com credencia em promover de aproximação de igualdade de oportunidades. O nosso país apresenta diferenças nas suas redes de ensino e o sistema de cotas pode ser definido como uma correção para falta de investimentos na educação, além problemas recorrentes no país.



Folha de Redação

Aluno: _____ nº _____ turma: _____ data: _____

O Brasil é um dos países mais miscigenados do mundo, onde 41% da população se declara branca. Porém, as diferenças raciais infelizmente são gritantes. De acordo com pesquisas do IBGE, apenas 2% dos universitários são negros. Em 2012 foi aprovada a Lei de Cotas 12.711, onde era garantida 50% das vagas das universidades federais para candidatos de baixa renda, negros e índios. As cotas raciais econômicas foram bem aceitas, uma vez que quem tem melhores condições financeiras consegue estudar em escolas de qualidade. No entanto, as cotas raciais são muito discutidas.

Os grupos de esquerda às cotas raciais têm como argumentos a desigualdade histórico-social que negros e pobres sofrem pelo passado da escravidão no Brasil. Ingerem com a abolição da escravidão em 1888, não houve mecanismos de inserção dos negros na sociedade, sendo discriminados e excluídos. Senão disso racismo não persistiria até hoje, onde a falta de oportunidades é preponderante, visto que 40% da população pobre é negra. O objetivo é aumentar a presença de negros e pobres nas universidades, significando de exemplo social, mudando o cenário de elite sempre sempre ocupados majoritariamente por brancos.

Por outro lado, os grupos que são contra as cotas raciais alegam que o preconceito e a discriminação não são resolvidos, querendo uma inconstitucionalidade da lei, uma vez que a Constituição Federal determina a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de nenhuma natureza.

Contudo, a política de cotas faz uma mudança na educação pública, ela reduz a desigualdade e precariedade na educação desde o ensino médio, sendo uma forma de deixar a população pobre e negra que deseja ingressar em uma faculdade com uma formação de maior qualidade.

As ações afirmativas não são uma solução para os problemas, porém sua implementação se faz necessária durante um período de tempo determinado, até que os prejudicados historicamente adquiram na sua inclusão igualdade na sociedade, a final não somos todos iguais?

SOBRE A AUTORA

“A linguagem é polissêmica requer interpretação em fatores linguísticos e extralinguísticos. Para entender o que o outro diz, não basta entender suas palavras, mas também seus pensamentos e suas motivações” (Vygotsky).

Roberta Vecchi Prates, professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba. Natural de Belo Horizonte, graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1987. Mestre em Educação Profissional pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2005. Doutora em Educação pela Universidade de Viña del Mar – Chile em 2012 e Doutora em Linguística pela Universidade Federal Fluminense em 2019.

Iniciei²⁶ minha trajetória profissional em Escolas Públicas do Estado de Minas Gerais e em Faculdades da Rede Particular de Ensino. Envolvida pela docência e apaixonada pela Língua Portuguesa, empenhei-me em trabalhar os elementos linguísticos e suas relações sintático-semânticas na construção do texto, o que me levou aos caminhos do estudo da Semântica Argumentativa.

Nessa perspectiva senti-me direcionada a trabalhar os conectores e articuladores de coesão na construção textual. Analisar, sob o aspecto semântico, o efeito de sentido que esses elementos de coesão textual atingem no plano discursivo. Pontuando que a preferência dos autores pelos conectores dá-se não só pela função de ligar orações, mas principalmente por marcarem o estado emocional, afetivo e psicológico do interlocutor, ressaltando suas incertezas e convicções.

Nas diversas situações de comunicação, o texto não se configura como um produto engessado de interpretação, antes,

²⁶ Optei por escrever a apresentação em primeira pessoa, pois trata-se da minha experiência particular, pessoal e profissional com o tema.

possibilita a partir de elementos linguísticos e extralinguísticos, pressupostos e subentendidos, uma variada rede de sentido apontando para diversas significações. Esses sentidos podem ser observados a partir de uma descrição semântica da enunciação numa abordagem argumentativa dos conectores. Faz-se possível observar que a escolha –intencional ou aleatória - dos conectores está diretamente ligada à intenção comunicativa do enunciador. A presença desses articuladores de coesão são marcas linguísticas utilizadas como estratégias argumentativas que apontam para a construção de sentido dos textos.

Dessa forma, o uso de um elemento coesivo em substituição a outro possibilita a mudança de sentido de uma orientação argumentativa no âmbito semântico da construção textual. A escolha errada de um conectivo traz efeitos incalculáveis para a compreensão do enunciado, porque a língua, no momento de seu uso, não se fecha, antes, nos envolve em um processo interpretativo imensurável.

Esses elementos linguísticos não são usados apenas como conectivos ou liames oracionais, como assevera a gramática, atuam como relevante força argumentativa, são direcionadores de sentido, da argumentação e têm por objetivo orientar a leitura do **outro** segundo o posicionamento do **autor**.

Perceber o texto como manifestação dos sentidos é um bom começo. Enxergar a arte da argumentação como poderoso instrumento da enunciação também é. Desejo verdadeiramente que este trabalho, onde o ensino da língua e a semântica argumentativa cruzaram-se em minha vida acadêmica e profissional, possa ecoar pela prática docente e convidar mais e mais professores a pensar fora do âmbito restrito do linguístico, promovendo mudanças efetivas no estudo e no uso da língua vernácula.

Há um tipo de palavra, a que certamente não se faz referência nos compêndios gramaticais, cujo campo de atuação não se restringe à língua, mas ao amplo ambiente em que o discurso se estrutura e realiza.”
(CAVALIERE,2009).



ISBN 978-65-87645-06-3

